



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
LINHA DE PESQUISA: NÃO FORMAL

Educação Ambiental não formal e Organização não Governamental de cunho
social: incentivo a ações futuras

STÉPHANIE DE ASSIS XAVIER

RIO GRANDE

2021

Ficha Catalográfica

X3e Xavier, Stéphanie de Assis.
 Educação Ambiental não formal e Organização não
 Governamental de cunho social: incentivo a ações futuras / Stéphanie
 de Assis Xavier. – 2021.
 132 f.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
 FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio
 Grande/RS, 2021.
 Orientadora: Dra. Marta Regina Cezar-Vaz.

 1. Educação Ambiental 2. Organização não Governamental
 3. Socioambiental 4. Práticas Educativas I. Cezar-Vaz. Marta Regina
 II. Título.

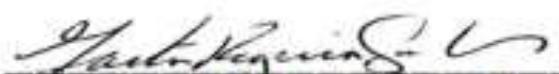
CDU 504:37

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

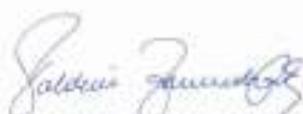
Stéphanie de Assis Xavier

“Educação Ambiental não formal e Organização não Governamental de cunho social: incentivo a ações futuras”

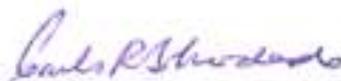
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.
Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof.ª Dr.ª Marta Regina Cezar-Vaz
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Valdecir Zavarese da Costa
(PPGENF/UFSM)



Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(PPGEA/FURG)



Prof.ª Dr.ª Daiani Modernel Xavier
(PPGEA/FURG)

STÉPHANIE DE ASSIS XAVIER

Educação Ambiental não formal e Organização não Governamental de cunho social: incentivo a ações futuras

Dissertação de mestrado exigido como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação Ambiental junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Orientadora:

Profa. Dra. Marta Regina Cezar- Vaz

Linha de Pesquisa:

Educação Ambiental Não Formal

**RIO GRANDE
2021**

Resumo

A pesquisa apresentada se refere à dissertação elaborada junto ao Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande. A mesma foi desenvolvida em uma Organização Não Governamental (ONG) na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa teve como tema a investigação de atividades que permeiam a Educação Ambiental (EA) não formal em organizações não governamentais de cunho social para incentivar ações futuras. Desta forma, tem-se como objetivo geral compreender as relações entre ONG e comunidade com ambiente para incentivar práticas de Educação Ambiental. Para os objetivos específicos foram postos para identificar atividades que permeiam a EA em ações desenvolvidas pela ONG; e incentivar o fortalecimento de vínculo e participação através de práticas de EA. Para isso é utilizado uma metodologia qualitativa em que se utiliza dos métodos de análise de documentos e entrevistas, nas quais foram realizadas com funcionários e participantes da comunidade atendida pela organização. Além do método, durante a pesquisa são realizadas revisões integrativas sobre as metodologias de pesquisas em organizações não governamentais através da Educação Ambiental e sobre práticas de Educação Ambiental realizadas nestas instituições, nas quais serão descritas ao longo do documento. Ao fim da pesquisa foram identificadas problemáticas vivenciadas orientadas atividades para o enfrentamento das mesmas oriundas dos próprios grupos. Entre as atividades estão encontros culturais, seminários e oficinas. Conclui-se através do trabalho o potencial das ONG de cunho social para o desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental crítica. Além disso, é possível por meio da pesquisa identificar os benefícios das atividades de EA para as ONG e comunidades no que se refere a participação e fortalecimento de vínculos e instigar a ampliação e criação de novos projetos.

Palavras chaves: Educação Ambiental; Organização não governamental; Socioambiental; Práticas Educativas.

Abstract

The research presented refers to the dissertation prepared at the Postgraduate Program in Environmental Education at the Federal University of Rio Grande. It was developed by a Non-Governmental Organization (NGO) in the city of Pelotas, in the state of Rio Grande do Sul, to encourage future actions. Thus, the general objective is to understand the relationship between the NGO and the community with the environment to encourage Environmental Education practices. Specific objectives were put to identify activities that permeate the EE in actions developed by the NGO; and encourage bonding and participation through EE practices. For this, a qualitative methodology is used, using methods of analyzing documents and interviews, which were carried out with employees and participants from the community served by the organization. In addition to the method, during the research, integrative reviews are carried out on research methodologies in non-governmental organizations through Environmental Education and on Environmental Education practices carried out in these institutions, which will be described throughout the document. At the end of the research, problems experienced were identified, guided by activities to face them, arising from the groups themselves. Among the activities are cultural meetings, seminars and workshops. The work concludes the potential of social NGOs for the development of critical Environmental Education practices. In addition, it is possible, through research, to identify the benefits of EE activities for NGOs and communities in terms of participation and strengthening of bonds and to instigate the expansion and creation of new projects.

Key words: Environmental Education; Non-governmental organization; Social and Environmental; Educational Practices.

Lista de siglas

ABONG- Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
CEA- Centro de Educação Ambiental
CEP- Comitê de Ética
CIC- Congresso de Iniciação Científica
COVID-19- Doença do Coronavírus com surgimento em 2019.
SARCS-CoV - Vírus causador do Coronavírus.
DST- Doenças sexualmente transmissíveis
EA- Educação Ambiental
ECO 92/RIO 92- 2o Conferência mundial do meio ambiente, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992
FURG- Fundação Universidade Do Rio Grande
GESTO- Grupo pela Educação, Saúde e Cidadania
HIV- Human Immunodeficiency
IBAMA- Instituto brasileiro do meio ambiente e recursos naturais
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC- Ministério da Educação
NEA- Núcleo de Educação Ambiental
ONG- Organização não Governamental
OSC- Organização da Sociedade Civil
PCN- Parâmetros Nacionais Curriculares
PPGEA- Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
PRONEA- Programa Nacional de Educação Ambiental

Sumário

1.	Da	
introdução: proposta de estudo inicial à justificativa.....		12
1.1	Primeiros	
contatos: Uma relação com a Educação Ambiental: Justificativa.....		12
1.2		
Questão problema que permeia este caminho.....		15
1.3		
Tema proposto.....		16
1.4	Proposiçã	
o.....		16
2.		
Objetivos.....		17
3.		
Revisão de literatura e referencial teórico.....		17
3.1		
Bases teóricas que sustentam as práticas de Educação Ambiental em ONG.....		17
3.1.1		
Metodologia da revisão: critérios e processos de coleta da RI.....		17
3.1.2		
Resultados: seleção e características da RI.....		20
3.1.3		
Discussões da RI.....		30
4.	Fundamen	
tação teórica.....		33
4.1		
Aproximações com a temática de Educação Ambiental.....		33
4.2		
Da Educação Ambiental que me fundamenta.....		38
4.3		
Da contextualização histórica: As ONG no Brasil e na cidade de Pelotas.....		41
5.	Metodologi	
a.....		43
5.1		
Tipo de estudo.....		43
5.2		
Contexto de estudo: GESTO.....		44
5.3		
Seleção de partícipes.....		46
5.3.1		
Crerios de inclusão e exclusão.....		51
6.	Instrument	
os.....		51
6.1		
Coleta de dados.....		51
6.2		
Da dinâmica e desafios da coleta.....		51
7.		
Análise de dados.....		58
7.1		
Da compreensão da apresentação dos dados dos participantes.....		61
8.		
Resultados e discussão.....		61
8.1		
Conflitos: da cidadania e participação.....		63
8.2		
Conflitos: da Saúde e Saneamento Básico.....		68
8.3		
Conflitos: da fome e segurança alimentar.....		70

8.3.1	Dá voz dos participantes à contextualização da fome.....	76
8.3.2	O que está sendo feito pela ONG em pesquisa e relação com a EA.....	81
8.4	Da Autonomia e Emancipação.....	83
8.5	Da Convivência e fortalecimento de vínculos.....	85
8.6	Da Educação Ambiental à Educação Ambiental transformadora: Incentivos às práticas futuras.....	86
9	Considerações finais: implicações para a prática da Educação Ambiental.....	90
10.	Referências.....	91
11	Apêndices.....	97
12	Anexos.....	104

Agradecimentos

Para mim só existe percorrer os caminhos que tenham Coração, qualquer caminho que tenha coração. Ali viajo, e o único desafio que vale é atravessá-lo em toda a sua extensão. E por ali viajo olhando, olhando, arquejante.
(Carlos Castaneda)

Nunca havia compreendido o sentido dos agradecimentos, em uma visão egocêntrica pensava que a pesquisa dependia do pesquisador, logo somente a ele cabia o “mérito”. No entanto, como sempre fui aberta a vida, estou aberta a mudar de ideias, pensamentos e ideologias sempre que preciso. Desta forma, hoje é inimaginável chegar a este momento e não agradecer a quem fez parte desse processo junto comigo.

Hoje compreendo que a pesquisa não se faz (ou não deveria) se fazer sozinha, principalmente a pesquisa nas ciências humanas. Não vou iniciar com uma ordem exata, todos que aqui mencionar fizeram parte igual desse momento crucial na minha formação acadêmica e pessoal. Em relação ao poema de Castaneda, posso dizer que essa aventura no mundo da EA foi o que me constituiu uma educadora ambiental.

Apreendi muito com os fundamentos teóricos de estudos nas disciplinas do programa e nos grupos de estudo, todavia, é imensurável o que aprendi na prática e na convivência com colegas. Estes que estiveram comigo em aulas e em grupos e conversas privadas em plataformas de conversas rápidas, sempre que eu precisei. Me orientaram e me acalentaram em momentos nos quais me sentia perdida. Logo, agradeço imensamente ao programa de pós-graduação em educação ambiental por acreditar no meu potencial e proporcionar essa troca com pessoas incríveis. Daqui levo mais que colegas, tenho amigos.

Fazer pesquisa exige uma dedicação, e por vezes é preciso que façamos algumas escolhas, dentre essas dedicamos um tempo maior ao trabalho e acabamos deixando um tempo um pouco menor a outras áreas entre elas as familiares e amorosas. Todavia, minha família mesmo com o tempo mais curto sempre esteve presente, a eles meu agradecimento especial pois, não é de hoje o incentivo e todo carinho que dão e me instigam a buscar aquilo que acredito. Ao meu namorado por entender que nossas maratonas de série somente seriam possíveis após a escrita de um artigo ou leitura de um texto, e que às vezes não

aconteceriam. Obrigada pelo apoio, pela força e principalmente por ouvirem cada linha desta dissertação na sala, no quarto, no “escritório” nas rodas de conversa sempre que eu precisei de uma opinião.

Ainda sobre o tempo, obrigada aos meus amigos pela compreensão da ausência justificada em dias e noites de escrita, leitura e pesquisa. Certamente a compreensão e apoio de vocês fez esse momento ser possível, pois sempre me senti acolhida. Um obrigada à minha orientadora que também acreditou em mim, quando preciso foi “dura” mas sempre com o carinho e esforço de compreender os meus limites. Com certeza essa sensibilidade fez a diferença na educadora ambiental que estou me tornando.

Dentro desses agradecimentos, não poderia deixar de fora cada funcionário da GESTO Pelotas que abriu as portas para a pesquisa e a mim. Sempre recebida com amor e atenção, esse acolhimento animava em dias de desânimo e incentivava a dar continuidade. Também agradeço a cada participante da comunidade atendida pela ONG, sem vocês ela jamais seria possível, essa pesquisa é para vocês e espero de coração poder por meio dela retribuir o carinho que recebi auxiliar a concretizar os anseios e esperanças de vocês.

Obrigada a todos e todas!

1 Da introdução: proposta de estudo inicial à justificativa

1.1 Primeiros contatos: Uma relação com a Educação Ambiental: Justificativa

Primeiramente, para dar início a esta introdução gostaria de pautar que a pesquisa e a apresentação da mesma se fundamenta na valorização da ecologia de saberes. A ecologia de saberes é o reconhecimento de que existem uma pluralidade de conhecimentos além do científico (BOAVENTURA, 2010). Assim, o conhecimento apresentado neste documento foi uma construção e comparação entre diferentes saberes, logo todos e todas as participantes desta pesquisa fizeram parte dessa construção. Para tanto, pensando nessa valorização e na forma de um retorno a todos e todas que fizeram parte desse momento, a linguagem que escolhi para essa apresentação busca uma linguagem de fácil compreensão, pois espero que a comunidade científica e não científica possam compreender a escrita e assim se beneficiar dessa pesquisa.

Dito isto, este espaço está destinado à apresentação dos meus primeiros contatos com a Educação Ambiental (EA), fortalecendo o sentimento de pertencimento com esta área e a cidade estimada para o desenvolvimento da presente pesquisa. Ao iniciar meus estudos no curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas no primeiro semestre de dois mil e dezesseis (2016) tive a oportunidade de estudar uma disciplina de Ciências voltada para os anos iniciais com a professora Caroline Terra, mestre e doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Durante a disciplina obrigatória de Teoria e Prática Pedagógica II, a qual versa sobre o Ensino de Ciências nos Anos Iniciais, foi solicitada a construção de planos de ensino que explorassem a realização de atividades experimentais na área de Ciências.

Desse modo, desenvolvi um projeto com intuito de trabalhar a Educação Ambiental, o projeto englobava duas ações, sendo elas a criação de uma compostagem e a construção de uma horta para que a partir destes dois pudéssemos trabalhar diferentes conteúdos. Ao longo do curso fui me interessando mais pelo projeto criado, buscando diferentes aportes, conversando com a professora e pedindo para me apresentar leituras sobre a EA, sendo que estas ajudaram a desenvolver e expandir a compreensão das diferentes concepções de EA. Durante um estudo sobre as cartografias das correntes em EA escrita por Sauvé (2005) foi possível compreender as diferentes concep es

e abordagens existentes em EA. Em outras palavras, ainda que não existisse uma vertente única ou uma única resposta, durante as leituras percebi que todas servem para inspirar nossa prática pedagógica. Partindo desse entendimento, percebi que as práticas que desenvolvia eram com viés de uma EA conservacionista/recursista (SAUVÉ, 2005).

Logo, busquei aproximar minha prática a uma corrente mais crítica mudando minha visão sobre a EA, pensando acerca dos problemas socioambientais que me cercavam assim como cercavam a realidade dos meus alunos e das famílias que eram atendidas pelas escolas, desta forma busquei outros projetos que pudessem acrescentar e ampliar meu conceito sobre EA, nas minhas práticas futuras. Trabalhei, ao longo do curso, como voluntária no Projeto de Pesquisa orientado pela professora Dr^a Caroline Terra, intitulado “Desafios e possibilidades da Educação Ambiental na escola: investigando práticas pedagógicas socioambientais da Rede Pública de Ensino”, realizando pesquisas sobre como os professores dos anos iniciais de determinadas escolas trabalham o tema. Além disso, através da disciplina optativa de EA realizei uma pesquisa orientada pelo professor Dr. Filipi Amorim sobre “O que as escolas que dizem que fazem EA, fazem?” que, posteriormente, foi publicada em forma de resumo no Congresso de Iniciação Científica (CIC) da Universidade Federal de Pelotas.

A participação nestas pesquisas despertou o interesse pelo campo de estudos da EA, tornando-se fundamental para o processo de formação acadêmica e socioambiental. O que levou com que eu buscasse em meu estágio final de docência abordando algumas práticas em relação ambiental em uma turma de primeiro ano de uma escola estadual de Pelotas. Por conseguinte, em conjunto com os alunos buscamos informações sobre diferentes categorias de lixos e coletas, conhecendo e tendo contato direto com centros de reciclagem em Pelotas, o que me levou a questionar o quanto este contato pode ser de grande valia à compreensão da relação ambiente e sociedade, e o quanto essas empresas podem auxiliar as comunidades a repensar suas práticas. Através dessa experiência surge o anseio de dar continuidade nos estudos e pesquisa em EA em espaços não formais, valorizando os conhecimentos e projetos já existentes para fortalecer vínculos e ampliar a participação através de práticas educativas por meio da EA. Esse anseio me traz ao mestrado através do programa de Educação Ambiental pela linha não formal da Universidade Federal

de Rio Grande.

Em relação ao espaço em que pretendia desenvolver a pesquisa optei pelas organizações não governamentais (ONG), visto que, por pensar no espaço não formal, visualizava proporcionar uma EA dentro de uma perspectiva da educação popular, voltada para corrente crítica conforme mencionado. No que lhe concerne, às ONG já atuam através de uma perspectiva educação popular, elas operam relacionadas com direitos humanos, geralmente com pessoas que se encontram em vulnerabilidade, partindo da ação assistencial buscando problematizar e auxiliar na busca de melhores condições (FERNANDES, 1994; OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2014; OLIVEIRA, 2008). Além disto, estas organizações estão ligadas de forma direta com as comunidades em que estão inseridas, que por conseguinte possuem a confiança de determinado corpo social. Sendo assim, visualizei os trabalhos realizados por ONG como possíveis atividades em prol da promoção ou passíveis de se voltar para a EA. Pois, como coloca Carvalho (2004, p. 20) “na perspectiva da EA crítica a formação incide sobre as relações indivíduo-sociedade e neste sentido indivíduo e coletividade só fazem sentido se pensados juntos”.

Deste modo, ambas podem acrescentar uma à outra, a EA pode auxiliar através de sua perspectiva crítica, transformadora e impulsionadora de ações no fortalecimento de vínculos entre ONG com a comunidade e na promoção de atividades voltadas para a criticidade. As ONGs podem fomentar a EA e assim promovê-la em diferentes espaços, portanto, o projeto visa propiciar esta ligação para que juntas possam fortalecer as comunidades onde as organizações estão inseridas e promover uma EA crítica, dado que já está situado o ambiente onde a EA pode buscar sua fundamentação quanto projeto educativo, emancipatório e transformador. Posto isto, justifica a escolha pela promoção de uma EA na linha não formal através de ONG, entre os desafios pela escolha deste projeto estão os estudos e desenvolvimentos de práticas educativas em âmbito não formal, assim como Castaneda eu também só percorro caminhos onde tem coração e quando há coração desafio-me a percorrer em toda sua extensão, me aventurando pelo mundo da EA, agora em aspectos não formais em organizações não governamentais.

É importante salientar que logo no início dessa aventura houve uma grande adversidade. Pois, a pesquisa que foi inicialmente pensada por uma metodologia

pesquisa-ação onde buscasse através dos anseios dos participantes planejar ações coletivas, passou a precisar de outro método, em que modificou os objetivos e tema da mesma. Essas alterações ocorreram devido ao início da pandemia da SARS-CoV-2 (COVID-19) que, por seu risco elevado de contágio e morte foram orientados como medidas preventivas o distanciamento social, impossibilitando a ideia primária. Mas, mesmo com os obstáculos dessa aventura, os caminhos necessários e possíveis foram percorridos.

1.2 Questão problema que permeia este caminho

Como a EA não formal pode contribuir para os projetos desenvolvidos por ONGs em comunidades?

É de suma importância atentar que trato neste sentido a EA crítica como uma ação voltada para reflexão acerca de atitudes de modo que se necessário oriente uma mudança de comportamentos e valores, desta forma, respeitando o saber e compreensão do outro sobre os problemas existentes e enfrentados, não buscando uma “conscientização”, mas sim uma criticidade da realidade vivida e as responsabilidades sobre ela, instigando a formação de indivíduos e grupos para poderem observar, problematizar e conduzir comportamentos/ações em demandas socioambientais. Como afirma a autora Carvalho (2004, pg. 18),

Inspirada nestas ideias-forças que posicionam a educação imersa na vida, na história e nas questões urgentes de nosso tempo, a Educação Ambiental acrescenta uma especificidade: compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais. Neste sentido, o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico.

1.3 Tema proposto

Em relação ao tema da pesquisa, está *a investigação de atividades que permeiam a Educação Ambiental não formal de forma interdisciplinar em organizações não governamentais de cunho social como forma de incentivar ações futuras.*

1.4 Proposição

A proposição é a ideia posta para ser provada, assim se traça uma suposição e se testa a mesma durante todo o processo buscando atestar ou não ao final da pesquisa. Nesse caso, tem-se como proposição de que: *a Educação Ambiental é um processo que repensa ações e orienta para a transformação de atitudes e valores. No que se refere às organizações não governamentais, estas têm capacidade de serem instituições para além do assistencialismo, na luta de direitos e na busca pela emancipação de grupos em vulnerabilidade social.* Dessa forma, são espaços possíveis de realização EA.

2. Objetivos

Objetivo geral:

Compreender as relações entre ONG e comunidade com ambiente para incentivar práticas de Educação Ambiental

Objetivos específicos:

2. Identificar atividades que permeiam a EA em ações desenvolvidas pela ONG.
3. Incentivar o fortalecimento de vínculo e participação através de práticas de EA.

3. Revisão de literatura e referencial teórico

Conforme posto no projeto, para auxiliar no planejamento desta pesquisa foi feita uma revisão de literatura integrativa (RI) que parte da necessidade de um aprofundamento teórico que busque sustentar as práticas de Educação Ambiental (EA) em organizações não governamentais (ONG). Além da revisão elaborada a “priori”, também foi organizada durante o processo de pesquisa uma segunda RI, que busca identificar quais as práticas de EA são feitas em ONG. Portanto, as revisões auxiliaram no planejamento e no desenvolvimento da pesquisa.

A seguir será apresentado o trabalho sobre as bases que sustentam as práticas das ONG, que ainda não foi publicado. Em relação à laboração do artigo sobre as atividades de EA feitas em ONG, este se encontra em anexo deste documento, visto que já foi publicado.

3.1 Bases teóricas que sustentam as práticas de Educação Ambiental em ONG

3.1.1 Metodologia da revisão: critérios e processos de coleta de dados

A RI proporciona ao pesquisador um amplo resultado de pesquisa, já que este modelo de revisão permite abranger obras teóricas ou práticas, empíricas e não empíricas, com amplos e distintos objetivos em um mesmo fenômeno.

As revisões integrativas são categorias de revisão de pesquisa mais amplas, seus métodos permitem a inclusão simultânea de pesquisas experimentais e não experimentais de modo a entender mais amplamente um fenômeno ou conceito. [...] Ademais, revisões integrativas incorporam uma vasta gama de propósitos: definir conceitos, revisar teorias, revisar evidências ou analisar metodologias[...] (WHITTEMORE, 2005, pg. 547. Tradução própria.)

No entanto, independente da vasta gama de resultados que a RI pode

apresentar, há neste modelo de revisão uma rigidez quanto à sua metodologia, com fins de que a mesma seja legível. É importante tomar ciência de que esta vasta gama não tem ligação com um número específico de trabalhos a serem encontrados, isto será delimitado através dos critérios que a revisão integrativa compõe. Vale ressaltar que “quando bem realizada a revisão integrativa pode apresentar o estado da ciência de forma que contribua para o desenvolvimento

da teoria, tendo aplicabilidade direta, na prática e política” (WHITTEMORE; 2005, pág. 546; tradução nossa.).

Para isso, desenvolver estratégias de análise de dados é uma prioridade importante na revisão integrativa (2005, pg. 548). Isto posto, os critérios que compõem a metodologia desta revisão foram separados em seis fases, com a finalidade de organizar a pesquisa e a posterior divulgação das informações. As fases serão guiadas com base nos apontamentos de Wittemore (2005), Botelho, Cunha e Macedo (2011). Logo, a divisão se fará: 1.^a fase: estágio de identificação do problema e definição do problema. 2.^a fase: delimitação de descritores, bases de busca teórica, critérios de inclusão e exclusão. 3.^a fase: busca e leituras de resumos, organização de trabalhos pré-selecionados, identificação de trabalhos selecionados. 4.^a fase: categorização e análise de dados, redução de dados em subgrupos e sumarização dos materiais, em que será apresentado nos resultados. 5.^a fase: análise e interpretação de dados, apresentada nas discussões e por fim 6.^a fase: se trata de uma síntese, criação de documento e proposta para estudos futuros.

Para além, utilizarei CROSSETTI (2012) para orientar a RI, pois, a autora apresenta algumas questões a serem respondidas na construção de uma RI, como: “O que é conhecido? Qual é a qualidade do que é conhecido? O que deve ser conhecido? Qual é o próximo passo para a investigação ou prática?” (CROSSETTI; 2012 p. 8). Logo, ao fim desta revisão buscarei responder a estas perguntas condutoras. Por conseguinte, no que se refere às intervenções se tratam de comparações entre as propostas de ações de atividades relatadas e compreensão dos autores sobre alguns conceitos.

Tendo estas compreensões e iniciando o primeiro momento pensando a elaboração da questão problema, fase crucial para o desenvolvimento da RI, Whittemore (2005) orienta que a escolha de uma questão problema nítida e mais compreensível possível irá facilitar o processo de busca e análise de dados, auxiliando assim para que a RI não se torne incompleta ou tendenciosa. Desta forma, construiu-se a seguinte questão problema: quais as bases que sustentam as práticas da Educação Ambiental junto às ONG?

Logo, contemplando a segunda fase definiu se as bases de pesquisas teóricas, sendo elas: Scientific Electronic Library Online/SciELO, periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, Web Of

science, Education Research and Information Center/ERIC, SciVerse SCOPUS e SCIENCE DIRECT, totalizando seis bases condutoras para realizar a busca de dados. Após a definição das plataformas de buscas é demarcado então os descritores nos quais serão utilizados posteriormente nos critérios de inclusão e exclusão na busca pelas amostras. Antes,

É importante ressaltar a diferença entre palavra-chave e descritor. A primeira não obedece a nenhuma estrutura, é aleatória e retirada de textos de linguagem livre. Para uma palavra-chave tornar-se um descritor ela tem que passar por um rígido controle de sinônimos, significado e importância na árvore de um determinado assunto. Já os descritores são organizados em estruturas hierárquicas, facilitando a pesquisa e a posterior recuperação do artigo. (BRANDAU, et. al., 2005, p. 8)

Pensando nisso, os descritores foram selecionados após a definição do tema e questão problema pautados nos objetivos da pesquisa, para tanto, os descritores escolhidos são: educação Ambiental; organização não governamental — ONG; educação ambiental em ONG; pesquisa ação em ONG; ONG e Educação Ambiental; Pesquisa ação e Educação Ambiental. Feita a definição da questão problema, bases de pesquisa e descritores, segui para identificação dos critérios de inclusão e exclusão que orientaram a busca de dados.

Critérios de inclusão: somente trabalhos encontrados nas plataformas de pesquisas adotadas para a revisão; trabalhos encontrados a partir dos descritores; trabalhos que identifiquem no título e palavra-chave a temática da questão problema; trabalhos em formato de artigo; trabalhos que abrangem a temática da questão problema (Como as práticas de educação ambiental em ONG; Colaboração de ONG no desenvolvimento da educação ambiental; Práticas de educação ambiental realizadas pelas ONG; Pesquisa ação em ONG; Práticas de educação ambiental através de pesquisa ação); publicações a partir de 1992 (Tempo estipulado pensando a partir da realização de um dos principais eventos realizados em torno da educação ambiental em que surge também um dos principais documentos que pensa a educação ambiental mundialmente como a Agenda 21, elaborada na 2ª conferência mundial do meio ambiente, conhecido como Rio 92, ECO 92 ou Cúpula da Terra.) e por fim publicações em português, inglês e espanhol.

Critérios de exclusão: publicações que fogem do tema da questão problema; publicações em outras línguas além de Português, inglês e espanhol; publicações fora da amostra a partir dos descritores; publicações sem acesso

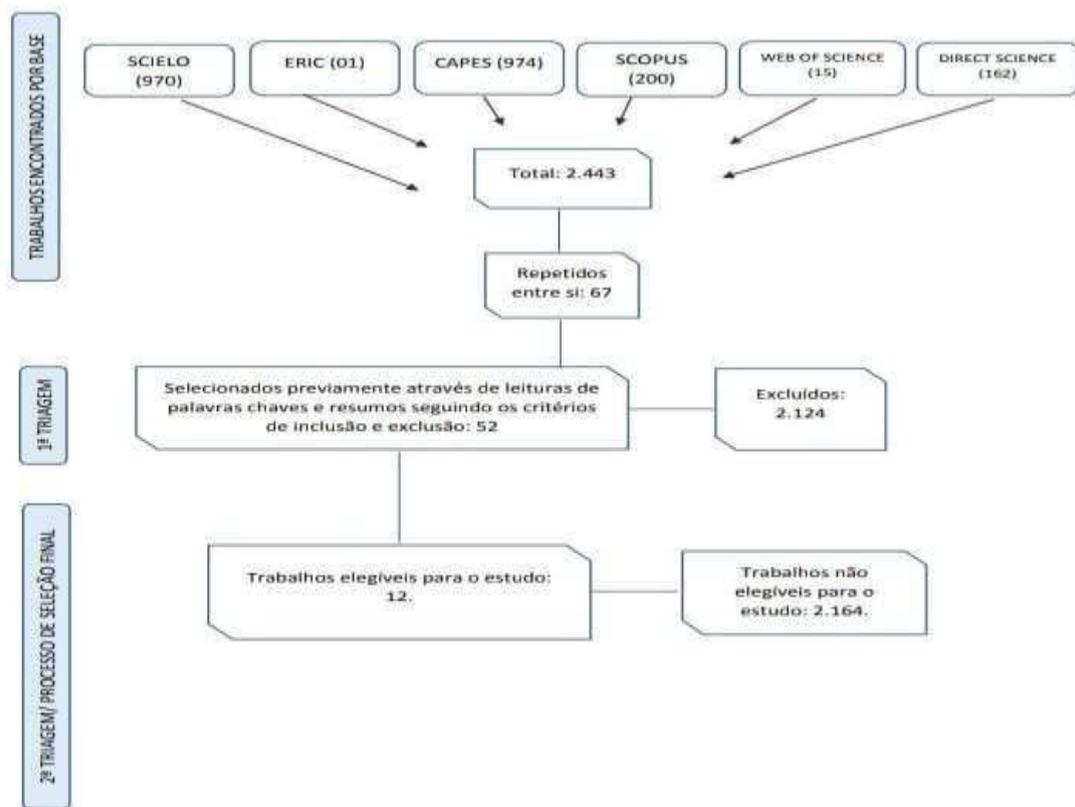
gratuito; publicações fora do formato de PDF dificultando o acesso ao arquivo.

3.1.2 Resultados: seleção e características da RI

Deliberados os critérios de busca que contemplam a revisão integrativa iniciou-se a terceira fase através da coleta de dados prévia. Em primeiro momento desta fase foram feitas buscas sobre a temática da pesquisa através dos descritores nas bases de pesquisas teóricas selecionadas, as buscas nas bases de seleções iniciaram-se em outubro de 2020 e finalizaram em janeiro de 2021. A seleção prévia de trabalhos, contemplada pela primeira triagem, se deu após a leitura de títulos e palavras chaves que abrangem o tema da questão problema seguindo critérios de inclusão e exclusão.

Após a seleção prévia conforme os critérios de inclusão e exclusão foi identificado entre o total de 52 (cinquenta e dois) trabalhos selecionados previamente a partir da leitura de títulos e palavras chaves. Logo, é feita uma leitura deleite sobre cada artigo para então partir para uma seleção final, abrangendo somente os trabalhos que atendem aos critérios postos e o tema da questão proposta, finalizando a segunda triagem e seleção final dos trabalhos. Abaixo será apresentado um fluxograma no intuito de representar esse desenho da pesquisa descrito acima.

Fluxograma da pesquisa de revisão integrativa.



Visualiza-se primeiro o número total de trabalhos encontrados por base, para chegar a quantidade indicada foi utilizado os descritores como pontos de partidas nas buscas, combinados de modos diversificados, mas iguais em todas as plataformas. Logo as leituras da primeira triagem foram feitas conforme o aparecimento de trabalhos por descritor, dessa forma garantindo a organização na busca. Feito os primeiros passos de seleção, separei em pastas por bases todos os artigos encontrados e selecionados previamente, por conseguinte iniciei a realização da segunda triagem. Ressalta-se que para a busca na plataforma SCOPUS foram considerados somente trabalhos que tivessem acesso livre, conforme critérios de inclusão, tendo em vista que a base tem diversos trabalhos

com a opção de pagamento para acesso.

Logo, para organizar as informações sobre os trabalhos selecionados após a busca, busquei categorizar em um quadro de relação entre títulos, autores, bases, periódicos e ano, deste modo contemplando a quarta fase e as medidas de sumarização postas. A categorização dos artigos tem a finalidade de possibilitar uma visão sobre os trabalhos que serão analisados e interpretados.

Quadro 1. Categorização e organização de trabalhos selecionados após a segunda filtragem.

TRABALHO	AUTOR	BASE/PERIÓDICO/ANO
1. Educação ambiental para crianças no ambiente urbano: Uma proposta de pesquisa ação.	Carolina Reigada; Marília Freitas de Campos; Tozoni Reis.	SCIELO; Ciência e Educação/2004.
2. Inovação em educação ambiental na cidade e na floresta: O caso OELA	Elie Ghanem.	SCIELO; Cadernos de pesquisa/2013.
3. A Contribuição das ONGs para a Educação Ambiental: uma avaliação da percepção dos stakeholders	Virginia Talaveira Valentini Tristão; José Américo Martelli Tristão.	SCIELO; Ambiente e Sociedade/ 2016.
4. A pesquisa-ação em estudos interdisciplinares: análise de critérios que só a prática pode revelar	Renata Ferraz de Toledo; Leandro Luiz Giatti; Pedro Roberto Jacobi.	SCIELO; Comunicação, Saúde e Educação-Interface/2014.
5. Pesquisa ação e triangulação metodológica na investigação de percepções de um grupo de alunos da educação básica sobre o ambiente.	Carolina Paulo Do Nascimento; Maylta Brandão Dos Anjos; Sonia Maria Ramos De Vasconcellos.	SCIELO; Pesquisa em Educação e Ciência/2018.
6. Processo criativo e envelhecimento em uma pesquisa-ação.	Bruna Improta de Oliveira Mendonça; Denise Maria Barreto Coutinho.	SCIELO; Revista de Psicologia/2019.
7. Produção coletiva de conhecimentos sobre	Nadja Janke; Marília Freitas	

qualidade de vida: Por uma educação ambiental participativa e emancipatória	de Campos Tozoni-Reis.	CAPES; Ciência e educação/2008.
8. Sujeitos coletivos e educação ambiental: O papel das ONGs ambientalistas de Juiz de Fora no conselho municipal de meio ambiente –COMDEMA- Minas Gerais.	Audrey de Souza Coimbra; Adriano de Amorim Fernandes.	CAPES; Revista Vianna Sapiens/2020
9. Pesquisa ação e Educação: Compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas.	Renata ferraz de toledo; Pedro Roberto Jacobi	SCOPO; Educação e sociedade/2013.
10. The adults non-formal environmental education (EE): A Scenario in Sabah, Malaysia	Arba'at Hassana; Kamisah Osmanb; Susan Pudín.	SCIENCE DIRECT; Procedia- Social and Behavioral science/2009.
11. An Approach for Environmental Education by Non-Governmental Organizations (NGOs) in Biodiversity conservation	Harinder Rai Singh; Serina Abdul Rahman.	SCIENCE DIRECT; Procedia- Social and Behavioral science/2012.
12. Contributions of Environmental NGO to Environmental Education in China	Chen Jia-nan	SCIENCE DIRECT; Procedia- Social and Behavioral science/2012.

Tendo em vista os objetivos desta RI e as indicações de Crossetti (2012), os critérios avaliados na leitura e estudo dos trabalhos selecionados foram: quais as categorias de estudo e metodologias os trabalhos apresentam; quais os objetivos dos projetos, atividades ou pesquisas; quais eram os públicos participantes ou alvo das práticas e estudos; quais as formas de coleta de dados e análise de dados realizadas; quais principais termos ou conceitos utilizados para descrever ou orientar as práticas; se há publicações recentes sobre o tema; quais

os principais autores que embasam as práticas da EA em ONG baseado nos mais citados nas produções avaliadas. Por fim, foi feita uma análise sobre a concepção do conceito de Educação Ambiental e de práticas de EA apresentadas nas ONG. Abaixo, segue um quadro para uma visualização dos estudos e propostas metodológicas, públicos alvo ou públicos participantes e os objetivos das pesquisas acerca desta temática.

Quadro 2. Análise dos estudos.

TIPO DE ESTUDO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO/PÚBLICO PARTICIPANTE
Estudo de caso; Monografia; Estudo qualitativo; Metodologia de pesquisa-ação.	Contribuir para desenvolver nas crianças atitudes de cuidado com o meio ambiente onde vivem.	Crianças de 6 a 11 anos.
Estudo de caso;	Identificar fatores salientes que conjugam na geração de ações de inovação educacional	Jovens da periferia atendidos por ONG.
Metodologia Delphi através de entrevistas e questionários;	Identificar consensos entre Stakeholders sobre o tema de EA em ONG.	Stakeholders.
Pesquisa bibliográficas; Revisão sistemática.	Contribuir para uma reflexão sobre a metodologia para uma melhoria de atividades em contextos socioambientais e de saúde.	Interessados no tema.
Pesquisa ação; Estudo de caso.	Identificar interesse de alunos em questões sobre a Educação Ambiental.	Grupo de alunos da rede básica.
Pesquisa ação; estudo de caso.	Examinar efeitos de oficinas de contação de história em idosos em vulnerabilidade social atendidos pro ONG.	Idosos que participam de programa de uma ONG em Salvador.

Pesquisa ação; Estudo de caso.	Demonstrar como a participação e seu fundamento constrói os mecanismos necessários para ação educativa ambiental.	Moradores da comunidade de Bauru; Comunidade acadêmica de Faculdade e escolas.
Estudo de caso; Qualitativo;	Analisar qual o papel das ONG que compõem as cadeiras da sociedade civil no conselho municipal de meio ambiente de Juiz de Fora e suas perspectivas relacionadas a EA.	ONG ambientalista de Juiz De Fora.
Estudo teórico.	Refletir sobre a pesquisa ação e seus princípios, aplicação e contribuições na educação.	Interessados o tema.
Revisão de literatura; Estudo de caso.	Refletir sobre a Educação Ambiental não formal para adultos na Malásia – Sabah, a importância de suas ações e impactos.	Interessados no tema.
Estudo teórico.	Pensar uma abordagem da educação ambiental através de ONG.	ONG e stakeholders.
Estudo teórico.	Discutir a importância, o conteúdo e desenvolvimento da EA com foco nas contribuições da ONG ambiental para a EA informal.	ONG ambiental e pesquisadores.

Através do quadro acima pode se identificar que a maioria das atividades são voltadas para ações em contextos informais sendo ONG ou moradores de comunidades. Entre os objetivos apresentam-se múltiplos objetivos, mas em modo geral todos atentam para a relação com o meio ambiente e a EA como uma ferramenta para pensar essa relação, tendo ainda a pesquisa-ação como proposta metodológica principal para as atividades. Dentre os autores mais citados e encontrados repetidos entre a maioria das leituras dos trabalhos estão, no embasamento da EA e EA em ONG: Reigota (1994); Guimarães (2000; 2004); Loureiro (2003; 2004) e Fernandes (2005). Para embasamento da pesquisa-ação e pesquisa-ação em EA os autores mais apresentados são: Lewin (1946; 1978; e Thiollent (1985; 2008; 2011). Para uma compreensão melhor sobre a utilização destas referências, foi realizada uma leitura intencionando a identificação de como é orientada pelos autores a prática da EA e/ou metodologia de pesquisa-ação.

Logo, no que se refere a EA e EA em ONG ou em práticas educativas não formais os autores Tristão, V. e Tristão, J. (2016) apresentam a EA através de duas vertentes apresentada por Guimarães, sendo a conservadora e a crítica, onde a conservadora arrisca reduzir a EA a como o próprio nome indica a conservação de recursos sem considerar a historicidade, cultura, ou mudança de atitudes dos indivíduos frente a esses e outros problemas socioambientais. Assim, a corrente crítica da EA atenta para ir além do preservar, pois, na leitura dos autores, este posicionamento seria insuficiente para causar mudanças significativas. Por conseguinte, seguindo esta vertente de uma EA crítica, os autores Toledo e Jacobi (2014) também refletem sobre a EA apresentada por Guimarães, em que irá se voltar para o enfrentamento da crise socioambiental. Coimbra e Fernandes (2020) também baseados em Guimarães(2000) e relacionando com Loureiro(2003), complementam ainda que, se trata de uma EA para as *transformações da sociedade em direção a novos paradigmas de justiça social* (Coimbra e Fernandes, 2000, p. 131).

Para lograr este caráter de transformação e emancipação, Janke e Reis (2008) baseados em Loureiro(2004) refletem ser preciso estimular o indivíduo a problematização da realidade e suas necessidades. Logo, para este estímulo acontecer é necessária uma aproximação com a comunidade de pesquisa, conhecer suas necessidades, seus anseios. Segundo Reigada e Reis(2004), também é preciso identificar as representações sociais, como é construído o bairro de forma social e histórica de modo que compreenda as transformações ocorridas, as ações e comportamentos presentes. Estes autores irão se basear nas orientações de Reigota (1994) para embasar a ideia da importância das ações em torno da EA se darem de forma participativa, atentando para a importância do trabalho em grupo e de todos os interessados (comunidade, pesquisadores, acadêmicos, etc.). Desta forma,

Tornando a participação uma realidade, pela Educação o indivíduo pode vencer o distanciamento que a vida moderna traz, além de trabalhar valores fundamentais, sua importância na sociedade, discussão e questionamento. [...]Para este avanço qualitativo ser significativo, ações educativas ambientais que criem oportunidades de participação efetiva dos envolvidos são fundamentais. Participação não se esgota na “chamada” dos sujeitos para acompanhar ações sociais, mas exige experiência participativa. (Reigada e Reis; 2004, p. 150)

Os autores apresentaram uma proposta de EA através da pesquisa-ação, utilizando esta forma de metodologia para atender a demanda da participação dos indivíduos da pesquisa. Para além, conforme as informações acima, outros autores também embasam suas práticas de EA em ONG e outros espaços através da pesquisa ação, portanto também irei discorrer um pouco sobre esta proposta metodológica e as colaborações das referências das mesmas. Para isto iniciaremos com os mais citados e pioneiros desta proposta, Lewin (1946; 1978) e Thiollent (1985; 2008; 2011) aparecem nos textos como principais referências no que diz respeito à metodologia da pesquisa-ação.

Lewin foi um dos pioneiros da pesquisa ação, judeu, Lewin se encontrou obrigado a deixar seu país (Alemanha) devido à pressão dos nazistas. Indignado com as condições nos quais os judeus viviam, Lewin decidiu pesquisar sobre os motivos pelos quais submetiam se a essa forma de realidade, percebendo-se assim como um sujeito da própria pesquisa, dando início ao que posteriormente conhecida como pesquisa-ação (Mendonça e Coutinho; 2019). Lewin,

[...] ousou ir além do estudo ou da observação do problema in loco, mas participar dele, conviver com a dor dos sujeitos para compreender clinicamente seus problemas; observar, descrever, analisar e devolver a escuta na busca do conhecimento. (Mendonça e Coutinho; 2019; p. 3)

Por sua vez, Thiollent (1985; 2008; 2011) aparece nos trabalhos pensando a pesquisa-ação como uma alternativa das pesquisas convencionais. No entanto, não perdendo sua cientificidade, pois, a pesquisa-ação compreende a interpretação humana dos fatos, tendo como objetivo a produção de conhecimentos, logo se constituindo enquanto pesquisa. Ainda, Janke e Reis (2008) comentam sobre problemas diretos e indiretos afetarem e criarem conhecimentos, tendo como princípio o processo de conhecimento da realidade onde emergem, logo: ação.

3.1.3 Discussões da RI

Conforme se pode observar as questões de transformação e participação estão interligadas com atividades voltadas à promoção da Educação Ambiental em ONG e outros espaços e também como princípios da metodologia de pesquisa-ação. No entanto, outros termos e conceitos vão sendo apresentados no decorrer das leituras. Sendo assim, há outros dois termos nos quais gostaria de dar ênfase por se encontrarem de forma repetida nos trabalhos, são eles:

socioambiental e “marketing” através do uso das mídias. O termo socioambiental se repete em diversos trabalhos, alguns apresentam somente na introdução a intenção de desenvolver atividades que se voltem para o enfrentamento da crise socioambiental, outros possuem a palavra no corpo do texto, mas poucos desenvolvem a sua concepção. Todavia, os autores, Toledo, Giati e Jacobi (2014, p. 633) refletem a problemática como uma questão que envolve temas *físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais*.

Por conseguinte, outro termo utilizado que instiga é a orientação de alguns autores para a atenção para o “marketing”, tendo como aliado as redes de televisão (TV). Esta orientação instiga porque as orientações que incentivam para o uso de “marketing” não são orientações de autores brasileiros, entre a RI encontram-se três textos de origem internacional com autores de diferentes lugares, onde todos mencionam o uso da mídia (em principal de TV) para a promoção e divulgação de atividades voltadas para a EA e das atividades de EA em ONG. Chen Jia-nan (2012) apresenta um trabalho sobre as contribuições das ONG ambientais na EA, a autora irá discorrer sobre ONG ambientais agirem diretamente na tomada de decisões políticas que envolvem a EA. Além disso, apresenta uma ideia de que através das práticas de EA pelas ONG acontece o estímulo à tomada de consciência através de compartilhamento de conhecimentos. No entanto, a autora recorda que em 1946 as pessoas não sabiam o que era uma ONG e tampouco sobre suas atividades, ainda hoje essa realidade não difere, para isso irá abordar a importância das mídias para a divulgação das ONG e *“participação das mídias para fomentar a resolução de problemas ambientais.” (JIN-NAN, 2012, p. 903. Tradução própria.)*

Tendo em vista os apontamentos dos autores e orientações frente a uma EA voltada para a transformação através da participação de todos os interessados (grupos partícipes e os pesquisadores) desde o planejamento das ações à prática das mesmas e considerando a proposta de pesquisa-ação, analisei quais as formas de coletas e análise de dados são apontadas para esta atividade. Deste modo, entre as ferramentas de coletas de dados mais citadas estão as entrevistas estruturadas e semiestruturadas de forma individuais e coletivas, seminários, “oficinas de trabalho”, grupos focais, rodas de conversa e visitas a passeio. Para analisar os dados e identificar as mudanças ocorridas através da intervenção nas atividades, são utilizadas as técnicas de observação, desenho, transcrição de

entrevistas, diários de campo e os próprios seminários e grupos de diálogo. Por fim, para divulgação de dados mais citados está o uso de mídias e organização de eventos.

Para finalizar a discussão desta revisão, utilizarei Crossetti (2012, p. 8) que orienta a condução de uma Revisão Integrativa através de alguns questionamentos que o pesquisador deverá procurar responder ao fim do trabalho. São estes apontamentos: *“O que é conhecido? Qual é a qualidade do que é conhecido? O que deve ser conhecido? Qual é o próximo passo para a investigação ou prática?”*

Através da análise feita, entendo como é conhecida a importância das atividades de EA em ONG, tendo em vista a influência das organizações em formação de políticas públicas locais e globais e também nas comunidades em que se inserem. Também é possível concluir que os trabalhos acerca da temática são múltiplos e amplos, nos quais abrangem diferentes lugares, além de encontrarem trabalhos desde 2003 até 2020, oportunizando uma riqueza de contextos. Para além, pode se relacionar a EA com a proposta de metodologia de pesquisa-ação ou outras pesquisas participativas em ONG tendo em vista que ambos visam os indivíduos como protagonistas da pesquisa desde a elaboração das ações através de uma reflexão da realidade e necessidades das comunidades à própria ação dita. Ainda, há diversas ferramentas que podem ser utilizadas neste processo, desde entrevistas, grupos de diálogo, seminários, entre outros a divulgação através de eventos e recursos de mídia de forma que promova as atividades e instigue novas ações.

Logo, sobre a qualidade das informações, pode se dizer que há riqueza nas investigações e referências, pois todos os trabalhos apresentaram ideias múltiplas e se conversam apesar de diferentes autores e conceitos sobre a EA, ONG e metodologia. Também é apresentada a flexibilidade e transversalidade da temática de forma que permite ser promovida em ambientes e públicos distintos. Portanto, os trabalhos publicados ajudam os pesquisadores a pensarem os caminhos para a promoção da EA em ONG através da pesquisa-ação, desta forma sendo a qualidade das publicações positiva.

Sobre o que deve ser conhecido, identificou se entre as lacunas uma divergência entre alguns objetivos e resultados apresentados, alguns trabalhos

tinham como intuito a inovação em EA, no entanto, não foram apresentadas propostas de EA. Para tanto, pensando nestas divergências ou faltas de aprofundamento concluo que há uma falta de estudo de teorias e conceitos, que possam embasar melhor as práticas por conseguinte auxiliar as ações do pesquisador, tendo este como o mediador das intervenções. Também, é identificado uma falta de atividades de EA em outros modelos de ONG para além das ambientalistas.

Posto isso, os próximos passos para investigação e práticas indicados a partir da realização desta RI é buscar aprofundar conceitos e teorias de modo que os objetivos de propostas de ações sejam coerentes com as referências e proporcionando a práxis. Também é de suma importância pensar a promoção da EA para além das ONG ambientalistas, tendo em vista que a EA apresentada pela maioria dos trabalhos se põem como ferramenta para enfrentamento de problemas socioambientais, sendo estes, problemas que permeiam áreas econômicas, de saúde, educacionais, estruturais, entre outros. Desta forma, a EA pode ser desenvolvida em diferentes espaços, assim em ONG que possuam outros focos também.

4. Fundamentação teórica

4.1 Aproximações com a temática de Educação Ambiental

Um novo contexto político emerge em meados dos anos 90 no Brasil, mesmo momento em que a temática ambiental ganha visibilidade no país, também é nesta conjuntura que a Educação Ambiental (EA) e as ONG têm seus primeiros encontros. Após a conferência de Estocolmo em 1972 realizou-se a segunda conferência mundial para meio ambiente e desenvolvimento, conhecida como Rio 92, Eco 92 ou cúpula da Terra. A participação da sociedade civil ocorreu através das ONG que por estabelecer uma relação estável com Estado e passaram a ser reconhecidas como instituições. Durante o primeiro fórum de encontro das ONG foi sugerido pelo governo a realização de um segundo evento paralelo à Rio 92, em que a presença das organizações na conferência foi de extrema valia, pois oportunizou um debate amplo, a partir de diferentes atores e culturas, tendo em vista que,

[...] O fórum das ONGs instituiu uma coalizão de diferentes setores da sociedade, trazendo à tona muitas das diferenças, disputas e divergências entre

as entidades e suas compreensões sobre a relação entre as lutas sociais e questões ambientais. [...] (CARVALHO, 2000. pg.303)

Além de oportunizar que diferentes grupos com suas diversas concepções participassem dos debates durante a conferência, também houve acréscimos significativos no que se conferia ao tema ambiental oriundo das ONG, já que “[...] enquanto a conferência oficial discutiu a crise global, o tema da Cúpula dos Povos foi o capitalismo que com suas formas clássicas de dominação concentra riquezas e produz desigualdades sociais.” (SILVA, 2015 p. 29).

Dentre as contribuições para o debate foram mencionados pelas organizações os riscos do capitalismo verde, tendo assim grande influência na elaboração de documentos culminados pela conferência. Os debates realizados na Rio-92 permitiram a elaboração de documentos que posteriormente seriam cruciais para o desenvolvimento da Educação Ambiental no Brasil, dentre eles a Agenda 21, em que se trata de um plano detalhado de ação na tentativa de minimizar impactos ambientais sem deixar de atender as necessidades da humanidade (SILVA, 2015). A partir deste momento algumas vertentes da EA irá desenvolver se como uma educação voltada para o meio ambiente e entendendo este meio ambiente como todo, esse todo significando algo inteiro onde todas as coisas e partes constituem um só, assim o ser humano faz parte da natureza que, é composta desde animais não humanos à questão ambientais e relações sociais. Essa visão irá pretender formar cidadãos capazes de identificar problemas em seus contextos e criticar essa realidade, buscando soluções e reivindicando seus direitos.

Neste espaço será retomado um pouco mais sobre a história do percurso da EA de modo que permita a contextualização da mesma com a finalidade de pensar práticas em EA. Como já foi visto anteriormente um dos eventos principais onde estimula o debate em torno da temática ambiental no Brasil foi a Rio 92 (SILVA, 2015), além dos documentos desenvolvidos pela conferência que orientaram as práticas e desenvolvimento da EA no país também foram impulsionados a partir deste momento outros eventos e ações que alavancaram a EA, discorreremos brevemente sobre alguns destes acontecimentos para pensarmos a EA atualmente.

Dado que a Rio-92 provoca a pensar sobre a temática ambiental, mais

propriamente sobre a EA, outros eventos e acontecimentos também vão se criando em prol de um desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, em 1992 é criado o Núcleo de Educação Ambiental (NEA), através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). No mesmo ano a assessoria do Ministério da Educação (MEC) promove o primeiro encontro nacional dos Centros de Educação Ambiental (CEA), tendo como consequência a formalização dos CEA através do governo, definindo estes como “polos indicadores que ajudariam a desencadear iniciativas de Educação Ambiental nos níveis formal e não formal[...]” (MEC,1998). Ademais, em 1993 é criado pelo MEC o grupo de trabalho para EA, sendo este futuramente a coordenadoria de EA no ministério (MEC,1998).

Em 1994 é fundado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) que irá atuar na formulação de políticas públicas para o setor. Dando continuidade em 1997 é incluído a EA nos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN) de forma transversal nos currículos de ensino fundamental, ainda neste ano também acontece a teleconferência nacional de EA organizada pelo MEC onde conta com média de um milhão de telespectadores, sendo estes professores, pesquisadores, ambientalistas, representantes de órgão governamentais, organizações não governamentais, sindicatos, e demais interessados no tema (MEC,1998). Outrossim, em 1999 é aprovada a Lei de EA, de n.º 9.795, de 27 de Abril de 1999. Logo,

2001 - Implementação do Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola, pelo MEC.

2002 - Regulamentação da Política Nacional de EA (Lei n. 9.795) pelo Decreto n. 4.281.

2003 - Criação do Órgão Gestor da Política Nacional de EA reunindo MEC e MMA. (CARVALHO, 2008 apud CARVALHO 2006)

A partir dessa reflexão sobre o percurso da EA ambiental no Brasil pode se observar gradualmente cada avanço dado além dos espaços físicos e legislativos que a EA foi ocupando durante esse percurso. No entanto, há nesse debate sobre o avanço da EA um embate, pois, observa-se seu crescimento contínuo, entretanto também é possível observar uma degradação crescente do meio ambiente com consequências ambientais, sociais e econômicas principalmente

em grupos de baixa renda

[...] a EA ganhou espaço na sociedade. No entanto, essa mesma sociedade degrada hoje mais o meio ambiente do que há 20, 30 anos. O que pode explicar esse aparente paradoxo? Mais Educação Ambiental não está correspondendo a uma sociedade que degrade menos o meio natural. Parece que essa EA não está sendo eficaz para enfrentar a crise socioambiental que vivenciamos. [...] (GUIMARÃES, 2013. p. 15)

Em contrapartida, um trabalho realizado com o intuito de compreender a relação entre pobreza e crescimento econômico com a degradação ambiental no meio urbano do Brasil, conclui que o acesso à informação e a educação “[...] contribui para a preservação do meio ambiente, enquanto desenvolve uma consciência ambiental” (RODRIGUES, et. al.; 2016, p.19). Desta forma, estas indagações e considerações nos levam a repensar quais as propostas de EA que estão sendo desenvolvidas. Nesse hiato, é importante compreender que existem diferentes propostas de EA Guimarães (2013) e Loureiro (2005) apresentam duas na qual irá se refletir ao longo do projeto.

Entre as propostas que Guimarães(2013) cita está a EA voltada para uma visão conservadora ou conservacionista e a EA voltada para uma tendência crítica. A EA conservadora acredita na mudança individual, ou seja, que se cada indivíduo tomar consciência de suas atitudes frente aos problemas socioambientais e mudar seu posicionamento alcançará assim o todo, que conforme já explicado anteriormente se refere desde a relação da pessoa/indivíduo consigo e com o outro à relação com animais não humanos, com espaço físico que vive, considerando questões históricas e as relações sociais estabelecidas. Essa visão de educação foca na parte e acaba esquecendo o coletivo reproduzindo assim concepções educativas tradicionais. Entre as críticas a esse modelo de educação é que ao focar na parte pode arriscar se esquecer de fatores exteriores, em que outras ações externas implicam diretamente nas ações individuais. Guimarães (2013) comenta sobre um grupo de operários que trabalham em uma madeireira, se mesmo que este grupo tivesse aproximação com a EA e mesmo que conscientes de suas ações e das implicações negativas que suas funções profissionais possam ter no meio ambiente natureza, se ainda assim a empresa mantivesse sua posição extrativista sem pensar nas consequências, iriam os funcionários pararem?

Pensando nisso é preciso chegar a uma EA que supere o paradigma do desmembramento ou fragmentação superando as armadilhas de práticas pragmáticas (GUIMARÃES, 2013). A ruptura dessa armadilha se dará na práxis pedagógica de reflexão crítica e ação participativa de educando e educadores, que una de forma indissociável teoria e prática, reflexão e ação, razão e emoção, indivíduo e coletivo, escola e comunidade, local e global, em ambientes educativos resultantes de projetos pedagógicos que vivenciem o saber fazer criticamente consciente de intervenção na realidade, por práticas refletidas, problematizadoras e diferenciadoras, que se fazem politicamente influentes no exercício da cidadania[...] (GUIMARÃES, 2013. p. 21).

Por conseguinte, chegamos a uma EA crítica. A proposta de uma EA crítica consiste em uma movimentação dialógica (LOUREIRO, et. al. 2003), que provoque a práxis que pode partir de uma visão individual mas que também possa ser ampliada, enxergando os múltiplos atores como possíveis agentes de transformação. Desta forma,

[...] cabendo aos processos de EA crítica refletirem sobre a dinâmica da relação sociedade-natureza, os quais, sem esta dimensão, tornam o debate ambiental simplificado, fragmentado e despolitizado pela negação da materialidade contida nas relações sociais. (LOUREIRO e COSTA, 2015. p. 693)

Conforme Loureiro (2003) a EA se define nesse contexto como estratégia para a transformação de valores e atitudes em direção a uma consciência crítica e política para enfrentamento dos problemas atuais. Para pensar a pesquisa na qual está sendo apresentado neste documento foi preciso um longo caminho para traçar a fundamentação teórica. Digo isto, entendendo que, quando se pretende trabalhar com a Educação Ambiental é importante que se tenha em mente qual a perspectiva ou vertente da EA que orienta a minha prática. Nesse sentido, entendendo que não existe uma Educação Ambiental única e/ou certa foi realizada uma busca sobre as vertentes e fundamentação da Educação Ambiental de modo a compreender as diferenças e semelhanças entre as mesmas, logo delinheiro a EA que me fundamenta.

4.2 Da Educação Ambiental que me fundamenta

Para buscar esse entendimento, além dos aportes trazidos de Guimarães (2003), também foi utilizada a base teórica oferecida por Loureiro (2005) onde o autor também comenta sobre os dois blocos da Educação Ambiental, sendo o conservador e o transformador ou crítico. Para além dos blocos, o autor também abrange as perspectivas que fundamentaram a Educação Ambiental, em que é dividida em três modelos, sendo a da complexidade, dialética e holística. A complexidade e a dialética conversam entre si, pois, estão interessadas em estudar os diferentes grupos sociais e os conflitos existentes em suas relações buscando compreender através de uma dialetização a subjetividade e objetividade dos indivíduos. Além disso, a perspectiva da dialética e complexidade tem o processo de educação como algo contínuo e permanente, que se faz coletivamente (não separando o indivíduo mas também abordando o coletivo). No que lhe concerne, à visão holística irá pensar a educação como algo individual, tendo uma visão mais simplificada da totalidade voltada para a relação homem x natureza, na qual acaba dissociando o indivíduo e coletivo, não problematizando os conflitos sociais ou os processos históricos (LOUREIRO, 2005).

É importante a contextualização desses blocos e perspectivas, pois, conforme se observa pelas suas descrições os mesmos podem ser antagônicos e compreender as suas finalidades é essencial para entender qual a EA em que me fundamento. Deste modo, parto de uma Educação Ambiental que tem em sua vertente a crítica, através de uma dialética na qual se baseia em pessoas concretas, nas suas relações sociais, com o meio ambiente em que vivem e nas suas condições históricas de forma que possa compreender as condições atuais e então através da práxis possa problematizar e buscar coletivamente a transformação, entendendo que na dialética não há apenas desconstrução, mas construção e posicionamentos que podem e devem ser superados pela práxis (Loureiro, 2012. p. 33).

Compreendo também que para se alcançar uma EA crítica não basta a especulação é preciso a ação, ainda que a ação planejada nessa pesquisa não é com sentido “salvacionista”, pois, a ideia central é que possa pensar a articulação através das práticas da EA partindo das realidades vivenciadas pelas pessoas para então buscar a transformação de valores e atitudes. Assim,

Educar para transformar é agir em processos que se constituem dialogicamente e conflitivamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e

simbolicamente da natureza de modo desigual. [...] A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais[...] (LOUREIRO, 2005, p. 1490)

Nesse sentido, trago como exemplo um trabalho identificado na revisão integrativa sobre as práticas de Educação Ambiental em ONG (em apêndice). Ghanem (2013) irá discorrer sobre o denomina inovação em EA, o trabalho apresentado pela autora descreve as práticas de intervenção realizadas pela ONG Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA). A OELA surge a partir de um anseio individual do seu fundador em pensar atividades que possam auxiliar na economia das famílias que vivem na floresta e, em simultâneo, pensem questões ambientais. Ao observar a quantidade de madeiras descartadas pelas empresas madeireiras que atuam na área, seu fundador Rubens Gomes teve a ideia de ofertar cursos de lutheria. Segundo a autora, esses cursos foram além do aprendizado na construção de instrumentos musicais, também proporcionaram que os jovens participantes das atividades desenvolvessem novas profissões, além de auxiliar em seus rendimentos econômicos e proporcionaram uma reflexão sobre o espaço em que vivem e sobre as atividades que ocorrem nesses espaços que englobam o meio ambiente.

Pode-se considerar essa atividade um exemplo de prática transformadora, pois através da oferta de um curso pautado no cenário local, a ONG atraiu os jovens para a formação complementar e discussões sobre questões de seu cotidiano promovendo mudanças no comportamento dos participantes. Tendo comportamento, como a forma que o indivíduo age no seu dia-a-dia e atitude como ele se posiciona em relação a determinada problemática. Ghanem(2013) traz que muitos dos alunos tornaram-se professores na ONG e que através das aulas dialogam com os grupos sobre o contexto que vivem e assim incentivam através de ações de reflexão a desconformidade com finalidades de reivindicar seus direitos. Além disso, também pode se compreender essa atividade como conflitiva por que há nesse espaço dois grupos com visões distintas de sociedade, de um lado as empresas madeireiras que fazem o descarte inconsciente de madeiras e por outro a ONG que vem com a proposta de parceria visando o reaproveitamento para auxiliar no desenvolvimento local.

Pensando nisso, como meio de buscar proporcionar espaço educativo para

o diálogo com foco na transformação de valores é preciso incluir o conceito da participação, pois, não basta apenas estudar as relações e suas características, conforme Freire (1992) o homem não está apenas no mundo, mas está com ele. Logo, é preciso que o pensar seja feito de forma coletiva com todos os interessados para então poder transcender ao domínio que é exclusivo dos homens e mulheres, o *da história e o da cultura* (FREIRE, 1992, p. 41) e assim reconhecendo-se como protagonistas de suas realidades.

Logo, se desejamos uma educação ambiental que mude atitudes e comportamentos, e não apenas este último, devemos compreender como são os ambientes de vida, qual a posição social ocupada pelos diferentes grupos e classes, como estes produzem, organizam-se e geram cultura, bem como as implicações ambientais disto para que uma mudança possa ser objetivada. (LOUREIRO, 2012, p. 86)

Portanto, fundamentada em uma Educação Ambiental na perspectiva crítica por meio da dialética materialista visando compreender as relações atuais e históricas estabelecidas entre os grupos partícipes da pesquisa para atender a questão orientadora de: como a EA não formal pode contribuir para os projetos desenvolvidos por ONGs em comunidades? Para isso, o próximo passo de minha fundamentação é compreender a contextualização histórica das ONG, visto que esta é um objeto da minha pesquisa e então a sua relação com a Educação Ambiental e as possibilidades de ação, conforme discutirei nos próximos tópicos.

4.3 Da contextualização histórica: As ONG no Brasil e na cidade de Pelotas

As organizações não governamentais (ONG) surgem no Brasil em meados da década de 60, em um contexto ditatorial, onde o Estado era comandado por militares, por sua vez dificultando a relação entre sociedade civil e Estado. Neste período os movimentos sociais passam a ser perseguidos, para tanto, as ONG desenvolvem um papel crucial no auxílio às comunidades em situações de vulnerabilidade social, nas quais pareciam estar esquecidas pelo Estado, bem como, no assessoramento dos próprios movimentos sociais.

Estas organizações passam a constituir com outros movimentos civis o conhecido terceiro setor (FERNANDES, 1994). Sendo, este representado pela relação entre o mercado e indivíduos, mais especificamente uma combinação resultante entre a relação do privado x público. Esta combinação vai movimentar a base da pirâmide de dominação estudada pelo autor Fernandes (1994), em que apresentam o Estado no topo como dominador, sendo este o primeiro setor, o

mercado no meio representando o segundo setor e os indivíduos na base e seus movimentos (associações, organizações não governamentais, grupos de moradores, entre outros) representados pelo terceiro setor. Esta movimentação tem como finalidade a desestruturação desta pirâmide na qual possa se caminhar para um novo modelo, onde um não sobrepõe o outro.

Logo, o terceiro setor, em especial as ONG, buscam nesse contexto de repressão militar no Brasil a redemocratização e resgate da cidadania, rompendo com o modelo de dominação da pirâmide conforme mencionado. Passando a buscar assegurar a cidadania respondendo a demandas sociais que estavam sendo negligenciadas pelo Estado (FERNANDES, 1994). Ao fim do período ditatorial, facilitando o diálogo entre Estado e sociedade civil, as ONG traçam novas estratégias e objetivos de modo que garantam sua existência, desta forma passam “estabelecer uma forte interlocução com Estado que se torna mais permeável às demandas sociais” (CARVALHO, 2000; p. 301). A partir deste novo modelo de relação, as organizações logram para um perfil institucional (FERNANDES, 1994). Buscando uma melhor compreensão sobre o ambiente conceitual e político das ONG direcionei o estudo pensando nas trajetórias destas organizações e as discussões acerca das mesmas.

As ONG têm o início de suas atividades no Brasil em meados da década de 60, ascendendo na década de 80 e institucionalizando se nos anos 90 onde iniciam atividades nacionais a partir de fóruns e participação em conferências e demais eventos. Também nos anos 90 é criado o estatuto das ONG pela Associação Brasileira De Organizações Não Governamentais — ABONG, em 10 de agosto de 1991, onde descreve sobre ONG em seu

ART. 2o- Para efeito do disposto neste estatuto, são consideradas Organizações Não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

Portanto, compreende-se, o conceito ONG como “[...] um conjunto de organização e iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos [...]” (FERNANDES, 1994 p.21). Desse modo, mesmo que institucionalizadas são independentes de qualquer projeto governamental e sem

fins lucrativos, tendo como subsídio financeiro principal para suas atividades doações de grupos ou empresas privadas. Ainda, neste íterim, suas atividades devem ser voltadas para o bem-estar social.

No entanto, surgem em alguns estudos sobre estas organizações nos quais questionam sobre suas ações, alguns autores como Menezes e Mendonça (2017) que questionam se as ONG podem ser uma forma de dispositivo de controle social e de corpos. Ainda, se as mesmas estão atentas às “reais necessidades” das comunidades nas quais estão inseridas ou se impõe projetos que acreditam ser o melhor para aquele lugar? Desse modo, os autores têm o termo “reais necessidades” como algo que tem prioridade para os grupos locais, pois, os mesmos trazem uma crítica de que em alguns casos pode ocorrer de um projeto não conversar com o que a comunidade ou grupo prioriza no momento, assim podendo estar descontextualizado de suas necessidades.

Para além, é questionado pelos autores se há reflexão destas organizações sobre suas práticas? Como são pensados os projetos e quais as formas ou meios de aprovação dos mesmos tendo em vista que as ONG são mantidas por empresas privadas? As indagações apontadas pelos autores são baseadas na preocupação por estes espaços estarem propícios a disputas de poder, tendo em vista que, as ONG se desenvolveram a certo ponto de ter influência desde discussões políticas e educacionais até ao impulsionamento de formulação de leis. Entre outras preocupações que surgem no estudo destas organizações, está o estudo feito por Loureiro (2012) sobre o receio da despolitização das organizações de modo a se limitarem ao assistencialismo não ampliando o debate para trabalhar na emancipação dos mesmos.

Ressalto aqui, que o termo assistencialismo se refere às atividades que as ONG proporcionam nas quais buscam atender através de ações, atividades e/ou doações a falta do Estado em determinadas áreas como educacionais, de saúde, alimentar e outras. Todavia, não se põe como algo negativo, pois, tanto os trabalhos de Fernandes (1994), de Oliveira (2014) e de Mendonça de Menezes (2017) reafirmam a importância dessas atividades. A ideia é problematizar as ações para que estas não sejam o objetivo final, mas que se coloquem como um ponto de partida para o fortalecimento de vínculos, convivência, participação e reflexão. Tendo isso em vista, Oliveira (2014) realizou um estudo que identificou os principais objetivos e as competências das ONG. Entre as respostas sobre os

objetivos principais está a “formação de cidadãos com valores, necessidades e dignidade humana.” (OLIVEIRA, 2014, p-6), Logo,

Foram observadas, nas entrevistas, algumas categorias mediante os depoimentos dos entrevistados (gestores) em relação às competências organizacionais que se tornaram significativas ao longo da análise, como: transformação social, desenvolvimento do senso crítico, formação humana e poder de mobilização. (OLIVEIRA, 2014, p-9)

A pesquisa realizada por Oliveira (2014) demonstra o comprometimento destas organizações com os espaços em que estão inseridas, a realidade local e o compromisso na transformação social. É possível notar que as ONG “[...] incorporam no seu discurso a organização e o fortalecimento da sociedade civil como objetivo central da sua atuação, direcionada de forma geral, para campos da filantropia, desenvolvimento e cidadania” (OLIVEIRA, 2008, p. 32). Pensando nisso, é possível afirmar que as ONG são meios de mobilização, atuando diretamente na promoção de transformação bem como na luta por igualdade e bem-estar social.

Para além, as áreas de atuação das ONG majoritariamente têm o foco para a educação, sendo que cerca de 18% das ONG registradas em diretórios atuam na área do meio ambiente não constando na pesquisa área da EA (OLIVEIRA, 2018). Ainda, segundo o autor quando questionado a diretores de ONG quem são os beneficiários estão grupos étnicos, imigrantes, marginalizados, terceira idade, crianças e jovens, todavia a resposta mais frequente é a comunidade. Entende-se, portanto, que o alvo destas instituições são grupos que se encontram em vulnerabilidade social. Para pensarmos a dimensão dos trabalhos desenvolvidos pelas ONG foi pesquisado sobre o número existente de organizações atualmente no Brasil. Os dados encontrados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) são de 2016, informando o número de unidades locais, dados sobre assalariados por ONG em 31 de Dezembro de 2016 e outras remunerações das Entidades sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação indica 526.841 unidades.

Pode-se identificar alguns princípios da EA se considerar os objetivos das ações desenvolvidas pelas ONG. Ainda, pensando sobre o número de entidades registradas no Brasil, e a influência destas organizações nas comunidades bem

como representantes da sociedade civil é possível pensar nestas instituições como mediadoras no processo de desenvolvimento da EA. Para isto, conforme Carvalho (2004) é necessário situar o ambiente conceitual e político em que a EA pode buscar sua fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade, não como uma EA “salvadora” mas como um meio para proporcionar a reflexão de modo que permita buscar a relação entre EA e ONG para a promoção da EA e fortalecimento de vínculos das organizações e comunidades.

Portanto, com a finalidade de contextualizar esse ambiente, busquei compreender um pouco mais sobre a formação e existência das ONG na cidade de Pelotas — RS onde foi elaborada a pesquisa. No entanto, não foram encontrados trabalhos ou matérias de jornais que versavam especificamente sobre esse contexto histórico. Todavia, para melhor compreender o ambiente busquei as informações sobre as áreas onde atuam as ONG em Pelotas e como acontece sua relação com a prefeitura, dado que as buscas encontraram diferentes matérias sobre o apoio ou parceria de ONG e a prefeitura pelotense.

Segundo o site ONGs Brasil, no período de Maio a Julho de 2021 (período da busca no site) existem em Pelotas os seguintes segmentos de ONG:

- ❖ Ongs de Animais em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Apoio a Mulheres em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Arte em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Crianças em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Cultura em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Dependentes Químicos em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Direitos Humanos em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Doação de Órgãos em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Educação em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Educação Ambiental em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Finanças em Pelotas - Rs

- ❖ Ongs de Geração de Renda em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Idosos em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Medicamentos em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Meio Ambiente em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Moradia em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Outras em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Reciclagem em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Saúde em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Situações de Emergência em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Tecnologia em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Trabalho em Pelotas - Rs
- ❖ Ongs de Voluntariado em Pelotas - Rs

Em relação à parceria das ONG com o Estado o mesmo se dá através de alguns apoios que a prefeitura fornece para algumas das instituições. Observa-se, por meio dos segmentos citados pela ONG-Brasil, que, algumas instituições atuam na área de direitos humanos conforme a Constituição Federal de 1988 como Saúde, Educação e o próprio Direitos Humanos (BRASIL, 1988). Assim, se relaciona com os estudos já citados, compreendendo que a existência dessas organizações podem ser estimuladas pela falta de organização e atenção Estado em algumas áreas da sociedade. No entanto, por seu caráter institucional há também uma parceria entre o órgão público e as ONG desde o apoio por verbas como na participação de concelhos como o municipal de assistência social do município composto por ASCAR; COP; APAE; CERENEPE; NACA; CRESS; ONG GESTO; AAPECAN, conforme o sítio da prefeitura do município (PELOTAS, 2021).

Por fim, fundamentada teoricamente e delineada a vertente da EA que utilizei durante meu processo de estudo, além de compreender as práticas e metodologias de EA em ONG que a RI me proporcionou, passo para a metodologia da pesquisa, em que desenharei no próximo tópico.

5. Metodologia

Dito isto, considerando a EA que me fundamenta e os resultados dos estudos relacionados com ONG, fez-se necessário pensar a forma que poderia aprofundar os conhecimentos a respeito dos grupos e pessoas que atuam e participam das ações na GESTO. Pois, a pesquisa intentou estudar as relações existentes para a construção de práticas em EA como ferramenta de fomento na transformação de atitudes. Loureiro (2012, p. 86) salienta,

[...]Se desejamos uma Educação Ambiental que mude atitudes e comportamentos, e não apenas este último, devemos compreender como são os ambientes de vida, qual a posição social ocupada pelos diferentes grupos e classes, como estes produzem, organizam-se e geram cultura, bem como as implicações ambientais disto para que uma mudança possa ser objetivada.

Nota-se que já foi explicado anteriormente o significado de atitudes e comportamentos. Em que o primeiro trata-se da forma como o indivíduo se posiciona a acontecimentos externos e o segundo é em relação ao seu comportamento individual e o impacto dele no espaço em que habita. Neste sentido, voltando para a questão do relacionamento humano com o ambiente em que vive, a EA se coloca com comprometimento do pesquisador na busca pela promoção da participação individual e coletiva.

5.1 Tipo de estudo

A pesquisa se desenvolveu através de um processo participativo com uma abordagem qualitativa, em que a *“interação entre o pesquisador e os sujeitos é essencial”* (Minayo et al. 2012, p. 63). Em virtude disso, a interação ocorreu através da participação em atividades da ONG. Esta categoria de estudo se encaixa nos objetivos da pesquisa e na metodologia escolhida, por isso a seleção de uma abordagem qualitativa.

5.2 Contexto de estudo: GESTO

A escolha da instituição foi feita após realizada uma busca virtual, em que visava identificar ONG na cidade de Pelotas e conhecer melhor os seus projetos para pensar em um possível trabalho em conjunto. Para tanto, a procura foi feita no site ONGs Brasil e na plataforma de pesquisa Google. Encontrou-se no total de ambos os sites 45 organizações com nomes distintos, entre os nomes constatou-se diversas instituições com a nomenclatura *“cooperativa”* e/ou *“associação”*, logo atentando-se para a diferença entre as organizações, foi

selecionado somente os que possuíam a sigla “ONG” ou o termo “organização não governamental” no nome ou no texto sobre seus perfis. Essa busca pelas organizações foi feita no período de julho de 2019 a dezembro de 2019, o primeiro contato se deu através de endereço eletrônico e telefone, realizados contatos e conversas informais a respeito da construção do projeto.

Entretanto, com a pandemia da doença COVID-19, causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, no início do ano de 2020, o contato com a maioria ficou mais restrito e as atividades antes desenvolvidas estagnaram. O contato foi mantido com uma ONG, a qual seguiu com algumas atividades, mesmo que de forma restritiva. Esta condição assegurou a manutenção do contato com a proponente da presente pesquisa. Assim, foi selecionada a Organização da Sociedade Civil-Grupo pela Educação, Saúde e Sociedade (OSC-GESTO) localizada na Rua Marechal Deodoro, n.º 504 e com sua sede principal na Rua Olegário Costa n.º123, ambas situadas na cidade de Pelotas.

A GESTO é uma ONG voltada para diversas áreas de atendimento, dentre elas educação, saúde, assistência (alimentícia, vestuário, entre outras) e na mobilização pela busca de direitos e qualidade de vida das comunidades integradas a seus projetos. É uma organização sem fins econômicos, fundada em 2003 com objetivo de contribuir com a diminuição das vulnerabilidades através da elaboração e desenvolvimento de projetos que contribuam para a defesa, para a elevação e para a manutenção da qualidade de vida de famílias e indivíduos, em especial, participantes da comunidade atendida, das Políticas Sociais (GESTO, 2003).

A instituição atende diferentes personagens da comunidade Pelotense, pois, o restaurante popular na qual administra é direcionado para todas e todos os cidadãos que precisarem. Assim, frequentam o espaço e atividades proporcionadas pela GESTO, moradores do bairro próximo como a comunidade Ceval e de outros bairros mais distantes como o bairro Dunas, Areal, Laranjal, Guabiroba e outros. Além disso, a escola de educação infantil fornecida pela ONG se localiza na colônia Z3, atendendo diretamente crianças do local. São atendidas, segundo a organização, nos projetos propostos (não contabilizando o restaurante popular) cerca de 50 famílias. Entre os projetos que a GESTO proporciona está o Adolescendo que visa, segundo informações recebidas pelas assistentes sociais, por meio do desenvolvimento de palestras e oficinas de

instrumentalização, a diminuição da violência contra a criança e adolescente, a promoção dos direitos humanos, da expressão sexual de gênero e/ou identidade, e da saúde sexual rebarbando na diminuição da infecção pelo HIV/DST por parte desta população.

Também, foi informado o fornecimento de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que atende crianças de até 06 anos e seus familiares, este tem como objetivos complementares às ações de proteção e desenvolvimento da criança, assegurar espaços de convívio familiar e comunitário, fortalecer a interação de crianças com a mesma faixa etária, valorizar cultura local através do resgate de brinquedos, brincadeiras e promoções de atividades lúdicas, além de criar espaço de reflexão sobre o papel da família, através do fornecimento do pré-escolar, de aulas de dança e artes marciais. Além disso, o serviço de convivência conta com visitas de assistentes sociais às famílias e um assessoramento na renda extra com reciclagem no fornecimento de materiais. Para além, segundo as assistentes sociais e o gestor da organização, também são contempladas atividades de dança, teatro, alguns fornecimentos de minicursos para auxiliar no ingresso ao mercado de trabalho, eventos culturais e um restaurante popular onde conta com a ajuda governamental com média de 250 refeições diárias a custo baixo que são vendidas a um (1) real.

Conforme descrito, a ONG atende a diversos grupos, nos quais o seu trabalho se interligam. Esta diversidade de comunidades conduz a orientação proposta por Minayo (2012) que enfatiza a importância de se delimitar a definição de amostragem questionando quais os indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? Pensando nisso será definido no subitem a seguir os critérios e seleção de partícipes para pesquisa.

5.3 Seleção de partícipes

Inicialmente a proposta visava trabalhar com dois grupos, pensados moradores da comunidade Ceval e da Colônia Z3, pensando nas localidades em que a ONG atende. Todavia, houve alguns fatores cruciais para alterar a proposta durante a pesquisa. Primeiramente é importante salientar o contexto histórico em que a mesma foi desenvolvida, durante a pandemia da COVID-19, sendo assim, dificultando o acesso às pessoas que participam das ações da ONG. Outro fator, é que durante o período da etapa preliminar I, anterior a pesquisa sobre os

participantes, foi informado que nos projetos participavam moradores da comunidade Ceval e colônia Z3, mas conforme descrevi no tópico anterior os participantes são de múltiplos lugares. Além disso, devido ao contexto da pandemia e a dificuldade em aceitar participar da pesquisa (em que irei descrever mais a frente) não coloquei critérios de exclusão quanto a esse fator, logo participaram pessoas de diferentes localizações da cidade de Pelotas. Foram selecionados participantes e funcionários que utilizam e trabalham no restaurante popular (localizado na estrutura do centro) e da escola Tico e Teco (localizado na colônia Z3).

A participação aconteceu por meio da inclusão progressiva (Minayo, et al., 2012),

[...] a ideia de amostragem não é a mais indicada para certas pesquisas sociais, especialmente aquelas de cunho qualitativo. Isto se deve ao fato de que o “universo” em questão não são os sujeitos em si, mas as suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes. [...] Diante disto, costumeiramente se opta por incluir o número de sujeitos por inclusão progressiva[...] (Minayo, et al.; 2012 p 48)

Ademais, foi preciso pensar a partir de que projetos que a ONG oferta será desenvolvido as atividades, para tanto foi escolhido o projeto de alfabetização da Colônia Z3 e do Restaurante popular localizado no centro da cidade atendendo às diferentes comunidades e bairros. Logo, os desafios que permearam esta escolha estavam em trabalhar com os responsáveis do projeto de alfabetização, tendo em vista que somente crianças participam deste projeto, no entanto, atentando se aos objetivos e proposta do estudo, justifica a escolha por esse grupo. Pois, conversar com estes representantes das crianças sobre suas relações, sentimentos quanto ao projeto de alfabetização bem como outras relações existentes com a ONG além da percepção de problemas socioambientais da comunidade é importante para alcançar os objetivos propostos.

O segundo projeto fornecido pela ONG e escolhido para a pesquisa foi o do “restaurante popular”. O projeto visa fornecer alimentação de forma equilibrada e por um preço acessível de um (1) real para média de 250 pessoas por dia. Entre os motivos que levam a escolha deste projeto é por ser um dos projetos principais

da ONG. Logo, a proposta para esse grupo é buscar compreender seus sentimentos em relação aos trabalhos que realizam com o conceito da fome. Indo mais além, pretende-se instigar a pensar sobre a compreensão em relação às desigualdades socioeconômicas a partir do que os leva ao restaurante popular e quais os responsáveis por determinadas problemáticas socioambientais pensando acerca dos bairros e comunidades em que moram. Ainda refletir acerca de possíveis projetos ou ações de EA que possam auxiliar no desenvolvimento da comunidade.

5.3.1 Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de **inclusão** da pesquisa são:

- Participantes dos projetos escolhidos.
- Representantes da ONG que estejam na linha de frente da elaboração dos projetos.
- Homens e mulheres maiores de 18 anos.
- Partícipes que tenham acesso a telefone, celular ou outros meios de chamadas/reuniões “online” (meet, zoom, telegrama, etc.)

Critérios de **exclusão**:

- Pessoas que apresentam limitações avançadas na capacidade de comunicação de forma que afete o raciocínio para responder a perguntas de entrevistas.

Através dos critérios busquei que fossem assegurados a participação de pessoas com deficiência que tenham nos limites de sua capacidade de comunicação. Para garantir o acesso e melhor aproveitamento dos dados, no caso das entrevistas em relação a participantes que tinham dificuldades de comunicação, foram feitas as gravações e adaptação de perguntas quando necessário bem como a repetição e fala com velocidade diminuída para melhor compreensão.

6. Instrumentos

6.1 Coleta de dados

A etapa da coleta de dados aconteceu em duas fases, sendo a primeira contemplada por uma análise documental e a segunda por entrevistas com

participantes da comunidade e funcionários da ONG. Para fundamentar a escolha pelo método de coleta usei como aporte os estudos de Thiollent (1988), Minayo (1994) e Gil (2008). Em relação à análise de documentos, Gil (2008, p.50) atenta que,

Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficientes para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos. (GIL, 2008. p. 150)

Além disso, o autor informa que os documentos analisados podem se tratar de registros cursivos, registros episódicos e privados ou até mesmo dados encontrados. Pensando nisso, os documentos analisados são documentos institucionais privados como estatuto e projetos de atividades que promovem, cursivos como relatórios e pesquisas em relação à ONG e de dados públicos já que também foram incluídos análise de redes sociais e site. Todos os acessos foram solicitados para a instituição em pesquisa, no caso a ONG GESTO/OSC. Dentre as vantagens por essa ferramenta identificadas por GIL (2008) está: a oportunidade de conhecer o passado da instituição; a visão de uma mudança social e cultural dentro deste espaço e a obtenção de dados com custo baixo e sem constrangimento aos partícipes.

Para saber por quais documentos iniciar a coleta foi utilizado o site da ONGs Brasil em: > *Aprenda o que é uma ONG* > *Como criar uma ONG?* Onde informam quais os documentos necessários para fundar uma ONG e como se constitui uma ONG. Desta forma, orientando a lista de documentos solicitados para análise desta pesquisa. Logo foram solicitados o estatuto, o regimento e planos de projetos, que neste caso foi sobre o restaurante popular e a escola de educação infantil Tico e Teco. Além disso, conforme Gil (2008) orienta, os documentos a serem analisados não se limitam aos da instituição, podem ser incluídos reportagens, livros ou pesquisas a respeito, além de fotos, áudios e outros. Pensando nisso foi feita uma vasta busca através da plataforma Google e Jornais locais sobre o que poderia ser incluído na análise que possibilitasse conhecer melhor a ONG e o perfil dos seus participantes. Abaixo está o quadro de relação dos documentos e páginas “web” analisadas.

Quadro 3: relação de documentos analisados na pesquisa

Relação de documentos analisados
Estatuto da ONG (2005)
Manual do restaurante popular (2005)
Projeto Político pedagógico Tico e Teco
Pesquisa de dissertação (Restaurante Popular: uma forma de acesso à alimentação adequada) (2005)
Página de Facebook da ONG (https://pt-br.facebook.com/gestopelotasosc/)
Página de Instagram da ONG (https://instagram.com/oscgesto_pelotas?utm_medium=copy_link)
Site da ONG (https://gescpel.wixsite.com/gesto/quem-somos)
Site da Prefeitura de Pelotas (https://www.pelotas.com.br/)
Folhetos e Banners disponíveis nos espaços físicos da ONG

As entrevistas possibilitam que o pesquisador se aproxime do grupo e conheça características individuais e coletivas que possam orientar ações futuras (THIOLLENT, 1998). No que se refere às entrevistas de modo semiestruturado, reitera-se através deste procedimento que podemos obter dados subjetivos e objetivos (Minayo 2012, p.57), tendo como objetivo uma melhor identificação dos entrevistados e subjetivos suas percepções, relações e sentimentos com o ambiente pesquisado e demais participantes. Pensando nisso, foram desenvolvidas entrevistas individuais e semiestruturadas para a comunidade e representantes da ONG.

Por fim, não classificada como uma fase, mas como um material que permite o registro de dados da observação e sentimentos durante o processo de coleta e análise dos dados, utilizou-se do diário de campo. O diário foi utilizado para anotações sobre os documentos, entrevistas e também sobre referências e leituras de aportes, desse modo permitindo o tempo todo a reflexão minha enquanto pesquisadora sobre a ação e a retomada nas fundamentações que subsidiaram a pesquisa.

6.2 Da dinâmica e desafios da coleta

Em relação à coleta de documentos sobre a ONG, logo que qualificado o projeto, em fevereiro de 2021 iniciou-se a solicitação dos documentos, esse período de coleta durou 4 meses. Ressalto que, os documentos foram

solicitados por plataforma de conversas rápidas, devido à pandemia, desse modo houve algumas demoras para receber os mesmos, em que algumas vezes houve uma espera de cerca de quinze dias. Todavia, durante a espera foram sendo feitas análises das redes sociais e site, bem como leituras e relações com aportes teóricos. Assim que recebido todos os documentos e feito suas leituras deleites foram então iniciadas as leituras analíticas. As leituras analíticas foram feitas com a seleção de trechos de interesse da pesquisa e subsidiaram as categorizações iniciais e alterações na estrutura das entrevistas. Finalizadas essas leituras e pré análises passou-se ao agendamento das entrevistas.

A dinâmica das entrevistas realizou-se em dois momentos, primeiramente com os funcionários da ONG e depois com os participantes da comunidade. Essa etapa durou três meses sendo realizada no período de julho a outubro de 2021 e se iniciou após a aprovação do comitê de ética em pesquisa. As entrevistas com os funcionários eram agendadas através da plataforma de conversas e marcadas para o dia e horário de preferência do participante de modo que pudesse facilitar a sua participação na pesquisa. Atenta-se que consta no projeto que as entrevistas seriam de modo remoto através de plataformas de vídeo chamada, no entanto, no momento em que o projeto foi proposto ainda não estavam liberadas as vacinas contra a COVID-19.

Nota-se que o convite foi feito de modo remoto e dando a opção para o participante da entrevista ocorrer do mesmo modo, mas alguns se sentiram mais confortáveis se fosse presencialmente. Assim, para que esse momento ocorresse de modo seguro, foi respeitado o distanciamento de dois metros, o ambiente onde ocorreram as entrevistas foi em uma sala que se manteve com portas e janelas abertas, além disso, durante todo o período de entrevistas foram utilizadas máscaras e álcool em gel. Por fim, pensando no cuidado extremo, ao término da entrevista pessoalmente eu esterilizei a sala, onde utilizei de papel higiênico e álcool 70.^o passando em cadeiras, mesa e canetas, após a limpeza os papéis eram postos fora em um saco plástico direcionado imediatamente para contêiner de resíduos não recicláveis. Feita a higienização, se encerrava com uma entrevista diária, dando 24h mínimas entre uma entrevista e outra com os funcionários do restaurante. Já com os funcionários da escola a dinâmica de agendamento foi a mesma, no entanto, como as funcionárias só estariam na

escola a cada quinze dias (devido à pandemia), nos quais eram os dias de entrega de atividade para casa, as entrevistas foram feitas no mesmo dia, sendo duas professoras, assim o cuidado em relação ao contágio do vírus foi feito através de troca de cadeiras e limpeza da mesa e canetas com pano umidificado com álcool 70°.

Em relação a entrevistas com os participantes do restaurante, o contexto já era com a segunda dose da vacina, tanto do pesquisador quanto dos participantes. No entanto, os convites precisaram ser feitos pessoalmente, visto que, a maioria não possuía telefone celular, não havendo outra forma. A dinâmica dos convites foi feita da seguinte forma: primeiro se organizava a sala onde aconteceria as entrevistas considerando as recomendações da Organização Pan Americana da Saúde, destarte foram colocadas as cadeiras com 2 m de distância entre uma e outra e próximo à cadeira do participante foram postos lanches e bebidas para o conforto do mesmo. Na porta de entrada eram postos o álcool em gel e termômetro infravermelho (disponibilizados pela ONG). Feita a pré-organização do espaço, fui até a fila do restaurante (onde os participantes chegam cedo para melhor organização) e me apresentei fazendo o convite para a pesquisa. Todas as entrevistas foram feitas de forma individual e no intervalo entre uma e outra entrevista realizei a limpeza da sala com álcool 70.º e troquei louças e lanches fornecidos. Abaixo seguem imagens do ambiente onde foi realizada essa etapa.

Imagem 1: Sala de entrevistas com funcionários e comunidade



Imagem 2: Sala de entrevista com funcionárias da escola da ONG



Em relação aos aceites, quando feitos os convites para a participação na pesquisa houve uma alta taxa de recusa não esperada no projeto. Houve reações agressivas verbalmente de um grupo de idosos encontrados na fila através de comentários. Além disso, também fingiram serem deficientes auditivos para não interagirem comigo e abordavam outros idosos para que não chegassem perto de mim. Assim, gerando um desconforto em mim enquanto pesquisadora, pois busquei ser educada e compreensiva em todos os momentos, e fiquei chateada com a atitude dessas pessoas além de temer estar incomodando já que não tinham interesse na minha proposta. Todavia compreendo através de Jacobi (1998, p.6) que

A postura de dependência e de des-responsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental das cidades.

Logo, mesmo gerando um desconforto, essas também foram reações que estimularam a continuidade da pesquisa, dado que, se determinadas posturas de desresponsabilizações são geradas pela falta de práticas que visem a participação da comunidade reafirma assim a relevância da pesquisa nesse âmbito, pois através dos aceites feitos também foi percebido haver uma necessidade de ações que possam trazer essa reflexão acerca dos problemas

vivenciados, conforme apresentarei a seguir nos resultados e discussões.

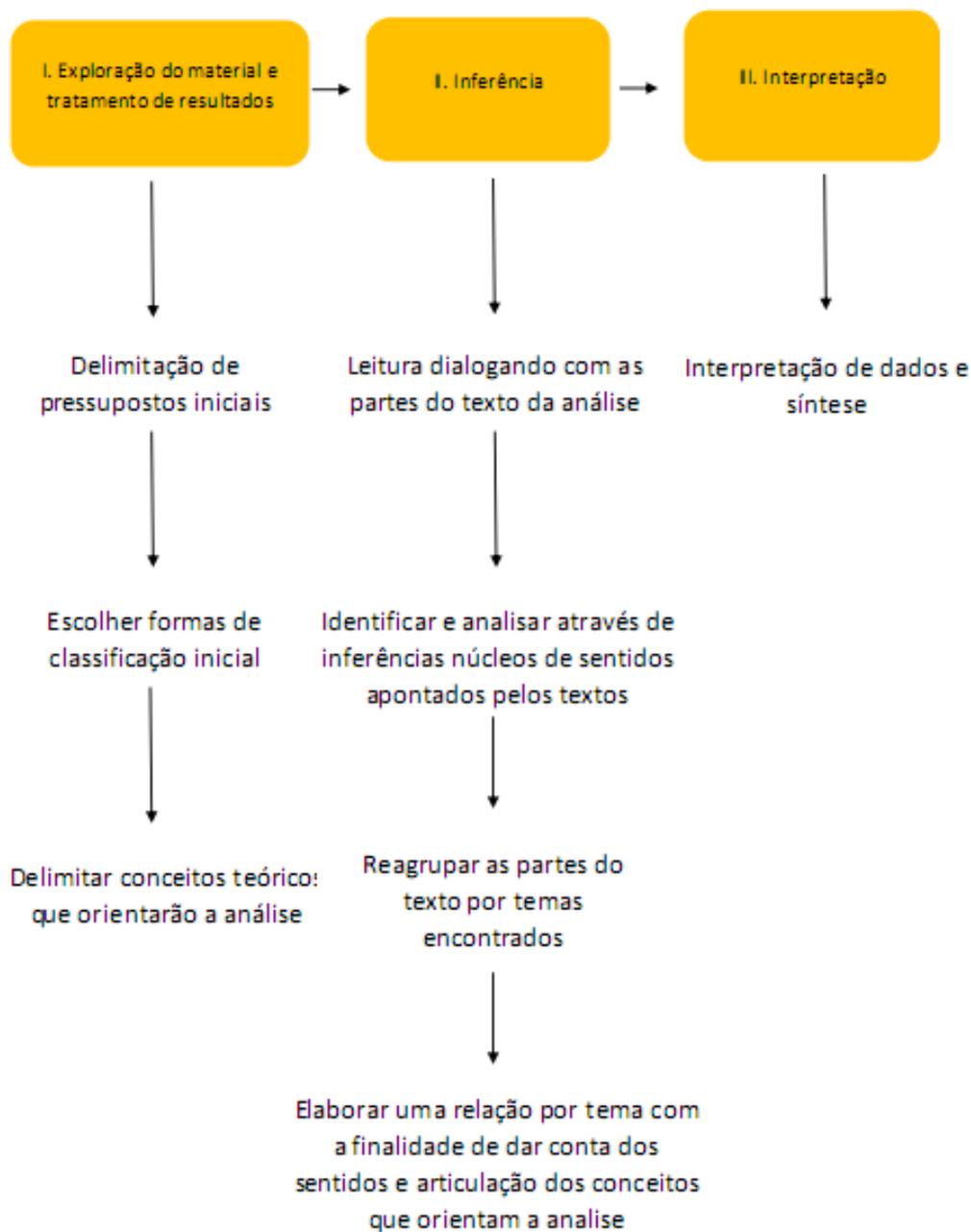
Também é interessante descrever que, pelas recusas que estavam sendo feitas à participação na pesquisa, foi preciso reinventar o modo de convites à participação na pesquisa e entrevista. Pois, como já estava sendo alcançado o tempo pensado para a finalização das coletas e não estava ocorrendo os aces esperados, busquei ir até às filas e tentar fazer as entrevistas no local onde estavam, desse modo o participante não precisaria caminhar. Houve alguns aces, no entanto, também houveram diferentes inferências como ruídos de automóveis que passavam no local, ventanias, conversas paralelas e complementos das pessoas que estavam na fila na fala do entrevistado. Portanto algumas vezes foi preciso uma escuta mais atenta, pois algumas das falas já traziam respostas de perguntas que ainda não haviam sido feitas e em alguns momentos o entrevistado direcionava a fala para algo mais pessoal como sentimentos com seus relacionamentos afetivos e outros, logo era preciso trazer de volta ao interesse da pesquisa, sempre de forma carinhosa para que não se sentisse desconfortável.

Em relação a esse cuidado na entrevista e na atenção carinhosa, o mesmo ocorreu porque já havia sido avisado pelos funcionários que muitos vivem sozinhos e às vezes procuram a ONG para conversar devido ao sentimento de estar só. Assim a escuta se deu como uma troca onde fazia as perguntas do roteiro mas também buscava ser alguém que pudessem confiar e então ouvia os sentimentos que me apresentavam, feita às entrevistas no momento de análise busquei então fazer os filtros para o que interessavam à pesquisa.

7. Análise dos dados

Sobre a análise de documentos, Gil (2008) cita três etapas, são elas: pré-análise, a exploração do material e o tratamento de dados. A primeira permeia uma leitura deleite e pré-seleção de itens que possam contemplar a discussão, a segunda orienta e faz parte da categorização dos dados e a terceira é o tratamento a partir das categorias e discussão com fundamentos teóricos. As etapas indicadas por Gil (2008) conversam com as etapas postas no projeto de pesquisa, tendo a primeira como “*exploração do material e tratamento dos resultados*”. Em seguida, com base nas orientações de Minayo(2012) referente a uma trajetória que pode se dar esse tipo de análise segue um mapeamento de passos:

Abaixo segue o esquema de análise conforme pré-estabelecido no projeto.



(MINAYO, 2012)

Desta forma, mesmo que a análise final seja após a coleta dos dados, não impede que a classificação inicial seja feita conforme se faz o agrupamento dos dados obtidos (GIL, 2008). Assim, entre os primeiros passos estão o estabelecimento de categorias, Gil (2008, p. 157 apud SELLTIZ et al., 1967, p. 441) orienta que,

Para que essas categorias sejam úteis na análise dos dados, devem atender a algumas regras básicas, assim definidas por Selltiz et al. (1967, p. 441): a) o conjunto de categorias deve ser derivado de um único princípio de classificação; b) o conjunto de categorias deve ser exaustivo; e c) as categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas.

Apesar de serem exaustivas não se trata de ter um número grande de categorias, Gil (2008, p. 158) nos atenta, que *“não se deve, entretanto, estabelecer número muito grande de categorias, pois isto poderá dificultar a análise estatística e a interpretação dos dados.”* Para isto, o autor também indica que se utilize a hipótese da pesquisa para auxiliar na delimitação das mesmas. Considerando as propostas de Gil (2008) foram organizados dois blocos. A intenção é que durante toda a análise possa ser relacionado os documentos e entrevistas com a fundamentação teórica de modo que se chegue a uma síntese sobre os dados coletados. Abaixo seguem os blocos.

Quadro 4: bloco de categorias

Bloco 1: Conflitos	Bloco 2: Práxis
Cidadania e Participação	Autonomia e Emancipação
Saúde e Saneamento Básico	Convivência e Fortalecimento de vínculos
Fome e Segurança Alimentar	Educação Ambiental e Educação Ambiental transformadora

Elaboração da pesquisa.

É importante ressaltar que essas categorias apesar de serem apoiadas no referencial teórico, foram mutáveis durante toda a coleta de dados e etapas iniciais, conforme Gil já atenta, pois segundo o autor *nesta etapa são geralmente definidas outras categorias de análise que vão além daquelas descobertas na etapa de redução dos dados* (Gil, 2008. P. 148). Assim as categorizações consideraram a fundamentação teórica realizada, os conceitos e temas abordados nos documentos da instituição e as falas dos participantes da

pesquisa.

Desenhadas as categorias, começou então o processo de Inferência, assim foram primeiramente feitas tabelas com as informações coletadas separadas por categorias. Para isso, cada documento e entrevista passou por todas as categorias de modo que se fizesse a classificação inicial, elaborando tabelas, quadros e gráficos conforme as informações adquiridas, além dessas duas fontes utilizou-se do diário de campo para auxiliar nessa etapa, pois, o diário continha anotações e grifos sobre as leituras e como aconteceram os processos de entrevistas. Para a organização das informações foi utilizada a versão Excel 2013 e Word 2013, em que foram categorizados e então analisados dentro de suas categorias. Feito isso, chega-se aos resultados e discussão ou síntese, conforme a seguir.

7.1 Da compreensão da apresentação dos dados dos participantes

Antes de iniciar o processo de discussão dos resultados da pesquisa, é importante atentar que os nomes dos participantes entrevistados foram trocados por codinomes. Pois, como princípio ético em pesquisa é importante preservar a identidade do participante. Todavia, por se tratar de uma pesquisa qualitativa em que considera as subjetividades das pessoas, é importante que nesse processo de codificar os nomes possam ser sensíveis quanto às características de cada um.

Logo, escolher codinomes não foi uma tarefa fácil, visto que primeiro foi preciso partir de um ponto de orientação e depois considerar a personalidade das pessoas que fizeram parte desse processo. Para isso, foi considerado o nome da escola da ONG, que se denomina “Tico e Teco”, em conversa com o Gestor da ONG foi informado que o nome se deu por se tratar de um desenho da infância dos funcionários. Ainda, que a ideia do nome era resgatar as culturas e trazer a diversão dos desenhos dos anos 90 para a infância atual.

Pensando nisso, busquei codificar os nomes dos participantes referindo a personagens de desenhos, no entanto, são utilizados nomes dos anos 90 e atuais, para valorizar ambas as culturas e infâncias e com a perspectiva de que todo o leitor possa lembrar de um personagem que o tenha marcado de forma positiva, assim como todos os personagens dessa pesquisa marcaram a mim enquanto pesquisadora. Cada personagem, apesar de semelhantes possuem suas especificidades, logo os codinomes escolhidos levaram em consideração as características positivas em comum entre o entrevistado e o personagem.

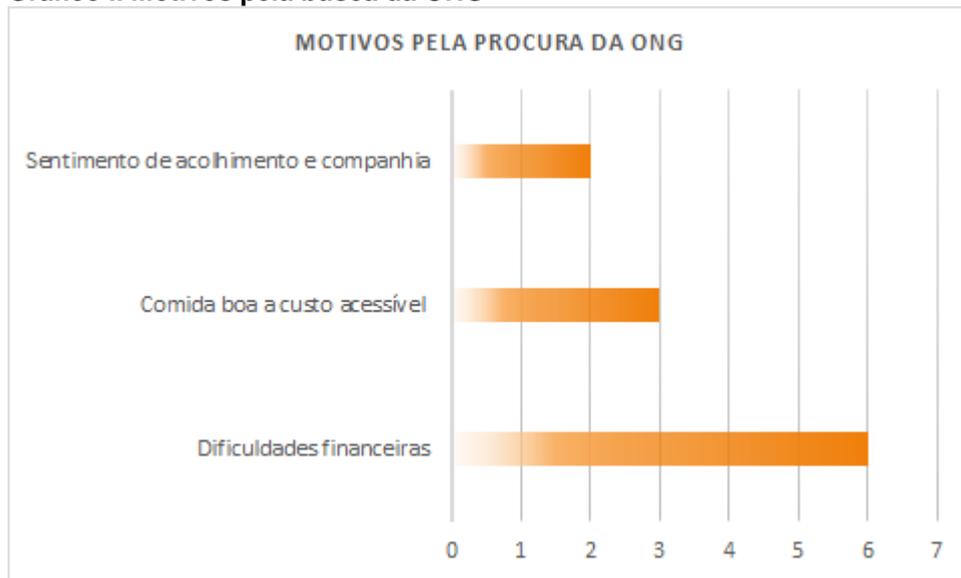
8. Resultados e discussão

Participaram desta pesquisa dezessete participantes, sendo 11 pessoas atendidas pela ONG e seis funcionários da mesma. Durante a análise de documentos observei que na dissertação desenvolvida por Silva (2012) havia um traço sobre o perfil dos participantes do restaurante na época em que a pesquisa foi desenvolvida. Segundo Silva (2012) a maioria dos participantes estava na faixa etária dos 61 a 70 anos, além disso, majoritariamente era composto pelo grupo masculino sendo aposentados e solteiros. Nota-se que, no período que a pesquisa de Silva (2012) foi elaborada, o restaurante popular de Pelotas não estava sob administração da GESTO, a troca de administração ocorreu ao fim do ano de 2012 quando a pesquisa já havia sido encerrada. Logo, para comparação deste perfil dos usuários, trago abaixo um quadro com as informações coletadas nas entrevistas sobre esse perfil e o gráfico apontando os motivos informados pela procura da ONG.

Quadro 5: Perfil dos participantes

Perfil do público atendido pela ONG	
Sexo dos entrevistados	
Feminino	4
Masculinos	7
Faixa etária dos entrevistados	
Entre 18 e 28 anos	2
Entre 29 e 39 anos	1
Entre 40 e 50 anos	1
Entre 51 e 61 anos	1
Entre 62 e 72 anos	4
Acima de 72 anos	2
Grau de escolaridade	
Ensino fundamental incompleto	6
Ensino Fundamental completo	3
Ensino médio	1
Ensino superior	1
Possuem filhos	
Sim	6
Não	5
Parceiros de moradia	
Residem sozinhos	7
Residem com outros	4
Tipos de moradia	
Própria	7
Alugada	3
Cedida (emprestada)	1

Gráfico I. Motivos pela busca da ONG



Fonte da pesquisa

Através dos resultados é possível observar que os participantes no projeto do restaurante apresentam a maioria na faixa etária dos 60 para 70 anos ou mais, todavia, houve um crescimento do público com a faixa etária menor (entre 18 e 50 anos) em relação com os dados da pesquisa de Silva (2012) que apontam uma porcentagem de aproximadamente 41% do público acima dos 60 anos. Além disso, no que se refere à escolaridade da comunidade em comparação à pesquisa de Silva, não houve alteração, pois a maioria encontra-se no ensino fundamental incompleto ou no primeiro grau (até a oitava série do ensino fundamental).

Em relação aos parceiros de moradia, em comparação com os apontamentos de Silva (2012), a autora identificou que, a maioria dos participantes eram solteiros, atentando-se para o estado civil dos mesmos. Já nessa pesquisa em questão, busquei manter a atenção nos parceiros de moradia dos participantes, tendo “outros” como pais, irmãos, amigos e/ou colegas. Conforme o quadro III a maioria dos entrevistados reside sozinhos, também foram identificados que a maioria possui residência própria, no entanto, há casos de situação de cedência de imóvel e aluguel.

Ressalto que o gráfico I apresenta os motivos pela procura da ONG, nos quais excluem entre si, pois em entrevistas houve relatos de que houve a busca pela ONG devido às dificuldades financeiras surgidas na pandemia e que no momento que não houvessem mais as necessidades então iriam se retirar dos serviços da ONG. Em contrapartida, houve relatos de que a ONG seria um espaço de convivência nos quais fazem amigos e participam de atividades para além do

restaurante nas quais fazem bem a qualidade de vida dos mesmos. Por fim, há também participantes que buscam o restaurante porque trabalham nas proximidades e o custo é acessível, além de gostarem da qualidade e sabor do alimento servido.

Tendo o perfil dos participantes traçado segue então as discussões entre os resultados das entrevistas e dos documentos relacionados com as categorias pré-estabelecidas na análise.

8.1 Conflitos: da cidadania e participação

Primeiramente é preciso pontuar a perspectiva que parto a discussão dos resultados, lembrando que se busca permear através de uma dialética. Conforme Loureiro (2005, p. 1488),

A dialética, como princípio metodológico, significa racionalmente compreender que o singular ganha sentido em suas relações (totalizações) e que o todo é mais que a soma de singularidades e ao mesmo tempo diferente do singular, que tem suas propriedades próprias, num movimento de mútua constituição envolvendo não só o objetivo, o teórico e o coletivo, mas o subjetivo, o indivíduo, o espiritual e o intuitivo

Desse modo, esse tópico trata de uma dessas partes em que procuro compreender como se estabelecem as relações no que se refere a cidadania e a participação dos interessados nos projetos da ONG. Saliento que a participação que falo é conforme Freire (2001) um direito de quem está envolvido com o fazer educativo. Dentro dessa ideia, o fazer educativo na perspectiva da pesquisa se dá através de todos os projetos da GESTO que visem a construção de saberes pelos diferentes meios, sendo através da informação ou problematização. Ainda em Freire, é sobre não trazer propostas verticais, mas que as mesmas considerem o conhecimento e experiências de todos os envolvidos.

Nesse sentido, Freire (2001) nos traz que a participação é um exercício de ter voz e dar voz, além disso, essa é direito de cidadania. Em relação à cidadania é sobre ter condição de cidadão. Ou para além de ter direitos e deveres possamos quanto cidadãos alfabetizados ter nas ações atos políticos. Lembrando que ato político não se trata de política partidária, o ato político é um compromisso ético, em que possamos na condição de cidadão de direitos nos articularmos para a reivindicação dos mesmos e, em simultâneo, compreendermos que temos deveres, nesse caso o dever também pode se relacionar com a busca pelo direito. Em relação aos interessados, ou participantes dos processos de tomada de

decisão, ou elaboração de projetos na ONG estão os gestores, os funcionários e os participantes da comunidade.

No que se refere ao regulamento da escola, tico e teco não é pontuado sobre a participação além da dos funcionários em cursos extras de formação complementar que possam ser promovidos pelo Estado. No entanto, o estatuto da instituição garante a participação de todos, incluindo a sociedade civil na elaboração de projetos e assembleias gerais conforme no trecho de seu Art. 4. “*É assegurado pelo estatuto a participação de contribuintes e usuários nas assembleias bem como no planejamento de projetos e ações*”. Já no site da GESTO encontra-se como participação “*Ampliar nossas atividades sociais, atuar num cenário mais igualitário e aumentar a participação da população pelotense na ONG. Proporcionar a conscientização da importância da manutenção de nosso projeto*” (GESCPPEL).

Em relação à cidadania consta em seu Art. 4.º. Parágrafo primeiro, onde é informado que seus projetos visam,

I- [...] execução de programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e **efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais**, articulação com órgãos públicos de defesa e de direitos dirigidos ao público da política de assistência social. (ESTATUTO, 2005. Grifo próprio)

Já no Projeto Lógico do Restaurante Popular (p.6) consta “*promover o fortalecimento da cidadania por meio da oferta de refeições em ambientes limpos, confortáveis e em conformidade com as orientações dos órgãos de vigilância sanitária, favorecendo a dignidade e a convivência entre os usuários*”.

Em relação às entrevistas, a fala de um do funcionário Garnet, chamou atenção por seu engajamento. Pois, durante a entrevista Garnet comenta que a ONG foi criada inicialmente para atender a comunidade que vive com HIV/AIDS, visto que por experiências pessoais percebia a vulnerabilidade desses grupos não só em relação à saúde física e mental, mas social. No entanto, durante as atividades da ONG foram sendo percebidas outras necessidades e vulnerabilidades nesses e em outros grupos, como a alimentação, a formação educacional, o ingresso no mercado de trabalho, a assistência social e psicológica e outros. Assim, a instituição foi crescendo, e passando de um ensejo pessoal para algo construído em conjunto com outros grupos através então do que Garnet

chama da participação de todos.

Em entrevista Garnet comenta que apesar dos projetos perpassarem por editais, a ONG sempre busca ouvir a comunidade, além disso, há ações educativas e outras que também surgem de demandas trazidas pela população participe da ONG. O mesmo complementa que *“a organização também valoriza a escuta e está sempre de portas abertas para seus participantes e simpatizantes para ouvir e construir coletivamente”* (GARNET).

Além disso, também foi mencionado o desejo de que a partir dos projetos surjam novas ações que possam promover a independência da comunidade atendida. Em um momento da entrevista também é comentado sobre diversas ações incentivadas pelos projetos, organizadas pelos grupos de pessoas com HIV/AIDS, pessoas LGBTQIA + e mulheres, nas quais emergiram dos grupos de convivência e foram se formando coletivos independentes. Garnet compartilha também o anseio de que a ONG possa ser um lugar de lazer, de refúgio e seguro, mas que também possa ser um lugar e espaço de formação de coletivos que busquem por si seus direitos. Para isso, o próprio restaurante e escola surgem como um espaço inicial dessa relação, dado que conforme Garnet e Androide 18 o público das atividades de fortalecimento de vínculo e convivência geralmente surgem desses espaços, onde os usuários são convidados ou podem procurar a ONG para sugerir ou solicitar a participação nos grupos.

Desta forma, em relação à participação para transformação e emancipação é que relaciono com os estudos de Freire (1996; 2001) o autor instiga a participação de cada um nos coletivos e a importância desses dois processos para ações que visem as transformações. O primeiro processo visará uma transformação de valor, uma vez que o indivíduo percebe-se como ser de direitos e se reconhece como protagonista nas mudanças de sua realidade. A segunda irá buscar então essa mudança, através de uma articulação em conjunto ao grupo e coletivo. Nos quais conforme Garnet e Androide 18 são feitos primeiramente levando a informação através de palestras e outras atividades informativas, e então a abertura de espaço para os coletivos, como nos mencionados anteriormente.

Já em relação aos participantes quando questionados sobre como acontece a participação nos projetos e ações que participam na ONG não aparentam conversar com o proposto nos documentos. E quando questionado

sobre como é a participação nos projetos e ações, a maior parte das respostas é sobre não haver participação, conforme o relato de Mickey “Nos reunimos para reuniões, conversar, eu participo das palestras”. É necessário salientar que não são informadas quais os tipos de palestras inicialmente, mas segundo os funcionários e documentos estas se referem à saúde, acesso a benefícios assistenciais, insegurança alimentar e descarte ou aproveitamento de resíduos. Seguindo as falas,

É eu não veio muito mesmo, quem pega o almoço é a mãe(Pumba)

Não vejo o restaurante como um um projeto, eu estou aqui através do encaminhamento da CAPS, por que eu tô a um ano e meio tentando ser encostado pela justiça federal que apesar do INSS dizer que não tenho direito eu fiz perícia federal por uma médica contratada pela Juíza que decretou que tenho o direito. Estou aqui porque não tenho outra saída, eu moro em uma casa emprestada, pois já morei na rua[...] (Gru)

Eu vou dar início agora no grupo (da terceira idade). E no restaurante, ainda não participei (Batatinha)

Como no restaurante e do grupo dos idosos, tudo que posso eu ajudo, gostaria de ter mais participação, mas assim... tu pensa uma coisa, eu sugeri sobre fazer um passeio no barro duro, Mas como? é o que dizem (Princesa caroço)

Desse modo, através do que os documentos como o manual do restaurante e o regulamento da escola, citados acima, abordam sobre a participação e cidadania, estes parecem dar subsídios para assegurar essa relação, já que buscam garantir o envolvimento de todos na elaboração de propostas de atividades e projetos. Todavia, encontra-se nas entrevistas com os participantes um paradigma, pois, os mesmos alegam ter pouca participação ou nenhuma. Apesar disso, foi identificado nas entrevistas que a maioria dos que não tem envolvimento em grupos gostariam de serem inseridos, para além, os que já estão também gostariam de ter suas participações aumentadas no que se refere ao “pensar junto”.

Nesse sentido, sobre os projetos em que estão inseridos, 73% estão incluídos somente no restaurante popular, 18% estão vinculados ao restaurante e ao grupo de idosos e 9% ao grupo de pessoas com HIV. Quando questionados sobre a possibilidade de participar de outros projetos, somente um dos entrevistados não indicou interesse. Quando questionado o porquê não

participavam do grupo já que havia interesse, as respostas alternavam entre não haver vaga disponível para participação ou sobre o tempo de participação ser um fator limitante, posto que, precisa de assiduidade e nem todos conseguem garantir por condições de transportes diários ou tarefas em casa.

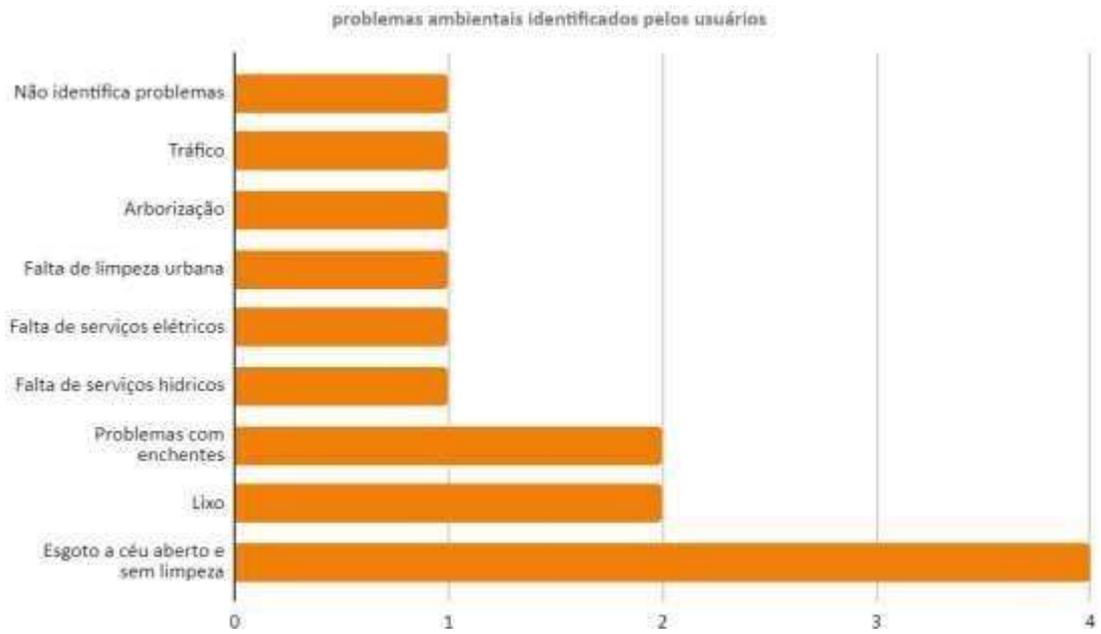
Posto isso, compreendo que possa haver um antagonismo nos entendimentos da ONG e dos participantes da comunidade atendida por ela sobre a questão da participação. Pois, conforme os documentos apresentados é assegurado a participação de todos nos projetos, ações e elaborações dos mesmos, além disso, os funcionários compartilham dessa ideia. Todavia, a comunidade atendida pela ONG não compartilha do mesmo sentimento, visto que, nas entrevistas há relatos sobre as limitações para a participação e os anseios de poder participar mais.

Em relação a EA para poder se planejar ações de EA que possam visar a emancipação, é indispensável a participação da sociedade civil (LOUREIRO, 2005). Logo, para alcançar o anseio dos funcionários, dos participantes da comunidade e desta pesquisa, devem ser reconsideradas atividades de fortalecimento de vínculos para poderem ser efetivas na promoção da participação e então da cidadania. Uma forma de promover esse tipo de atividade é partindo do contexto de vivência das pessoas que ali circulam, como no caso da ONG OELA apresentada por Ganhem (2012), para isso as entrevistas e os próximos tópicos auxiliarão no conhecimento desses contextos a planejamento de propostas, uma vez que, são tópicos formados por problemas apresentados pelos grupos de funcionários e comunidade atendida pela ONG.

8.2 Conflitos: da Saúde e Saneamento Básico

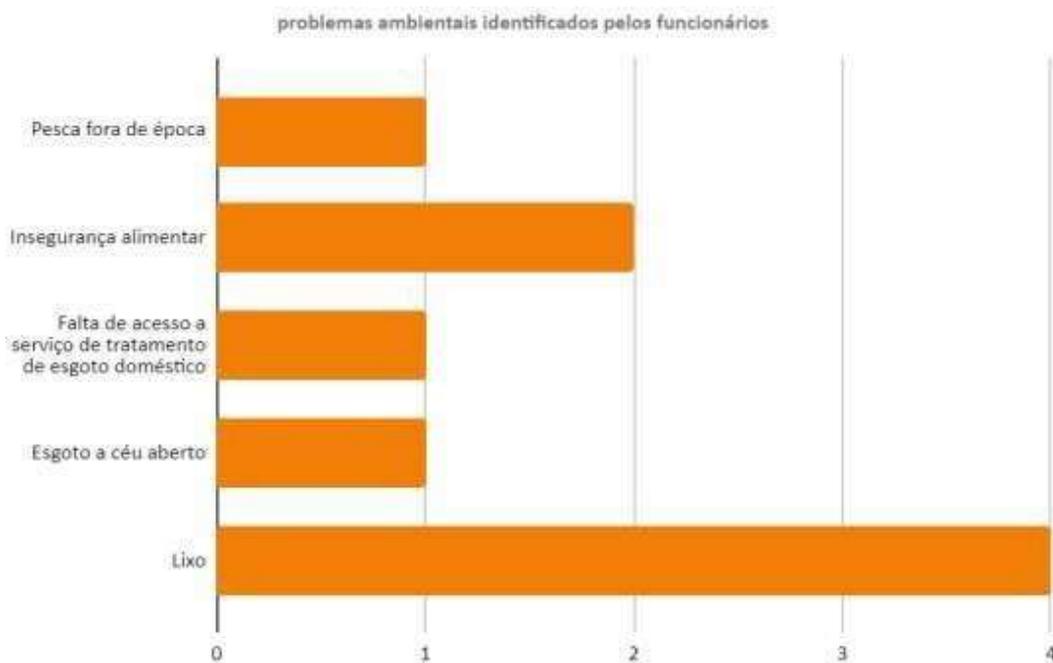
Entre os problemas ambientais identificados pelos grupos Saneamento básico é o “carro chefe”, em seguida constam a fome e segurança alimentar, conforme os dados abaixo.

Gráfico II. Problemas ambientais identificados pelos participantes



Fonte da pesquisa

Gráfico III. Problemas ambientais identificados pelos funcionários



Fonte da pesquisa

Assim, discutirei o saneamento básico ou a falta dele e depois sobre a fome e insegurança alimentar, as quais são categorias da pesquisa. Para dar início ao debate irei contextualizar o que é o saneamento básico e como se caracteriza no Brasil, por conseguinte qual a sua relação com a saúde e meio ambiente buscando essa problematização a partir das falas dos entrevistados e se há alguma ação da ONG ou possibilidade de ação no enfrentamento desses problemas.

Para contextualizar, é importante colocar que saneamento é um conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população. O saneamento básico é composto pelo tratamento e distribuição de água potável, tratamento e descarte correto de esgoto e lixo, e o cuidado com águas pluviais. No Brasil o acesso ao saneamento e disponibilização desse pelo Estado é lei desde 1976 (BRASIL, 2007), em que visa,

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; ([Redação pela Lei nº 14.026, de 2020](#))

No que se refere ao saneamento e sua ligação com a saúde, a falta de saneamento atinge diretamente a saúde do indivíduo que vive nessa situação. Em

exemplo, um estudo realizado pela Fiocruz de Minas (2018), aponta que cerca de 500 mil mortes anuais por diarreia são causadas por condições inadequadas de abastecimento de água e tratamento de esgoto sanitário. Ainda em relação à falta ao acesso à água tratada, também atenua a desigualdade na prevenção de doenças como a da COVID-19, que conforme Heller (2020) o hábito de lavar as mãos é uma das formas principais de prevenção.

Todavia, apesar de o Brasil ter como lei o acesso ao saneamento básico e a água potável e esgoto sanitário serem partes deste serviço, nem todos têm acesso ao mesmo. Por exemplo, está o caso de um dos participantes da ONG. O Plucky Duck que comenta sobre a sua situação de moradia, *“Ali onde eu moro é área de risco, com alagamento, ali não tem água, nem luz... ali é área de risco e nós queríamos que melhorasse[...]”*. Plucky Duck relata que o lugar em que mora foi considerado área de risco pela prefeitura municipal, logo seria imprópria para moradia, apresentando riscos para desastres naturais. Por isso o mesmo não tem acesso à água, luz ou outros serviços como mencionado. Entretanto, Plucky Duck não tem outra opção de moradia, além disso, o participante informou que vivem em sua rua em torno de mais 25 famílias que enfrentam a mesma situação de vulnerabilidade.

Conforme Heller (2020) é justamente os grupos em vulnerabilidade (socioambientais e econômicas) que se encontram privados desse serviço, adicionando assim mais uma camada de vulnerabilidade aos mesmos. Apesar de ser comprovada a importância do acesso ao saneamento básico para saúde e qualidade de vida humana e ambiental, bem como acesso à moradia (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988) esse acesso no Brasil ainda não é universal. Ou seja, nem todos possuem o acesso mesmo sendo direito garantido por lei. Neste ponto, vislumbra-se a EA como ferramenta de enfrentamento desse problema visto que, *as mudanças não ocorrem espontaneamente, mas com intervenções conscientes e intenções claras de grupos e pessoas* (LOUREIRO, 2012. P. 87). Assim, o conceito de Educação Ambiental pensado é através da criticidade, já que a ideia é de que através dos problemas apresentados e vivenciados possa-se abrir espaços de diálogos e incentivar a reflexão acerca das problemáticas.

Ressalta-se de que nessa perspectiva de uma EA crítica se visa que a

reflexão parta de um ponto que não necessariamente é o problema final, nesse caso, o saneamento básico (ou a falta dele) pode se pôr como um tema gerador. Assim, proporcionando repensar sobre as causas e consequências do tema transcendendo as relações existentes, como a relação das pessoas que vivem essas condições consigo mesmas, seus espaços e impasses. Loureiro (2003) aponta que uma EA pode ser reprodutora quando não aprofunda as relações com o tema, um dos casos comuns é a questão do lixo quando pensa na reciclagem ou reaproveitamento, mas não problematiza o consumo. Em relação a isso o autor completa que,

Entendemos que o quadro de crise em que vivemos não permite soluções compatibilistas entre ambientalismo e capitalismo, ou alternativas moralistas que descolam o comportamental do histórico-cultural. O cenário no qual nos movemos, de coisificação de tudo e de todos, de banalização da vida, de individualismo exacerbado e de dicotomização na compreensão do humano como natureza é, em tese, antagônico a projetos ambientalistas que visam a justiça social, o equilíbrio ecossistêmico e a indissociabilidade entre humanidade- natureza.

Assim, a EA se põe como uma ferramenta possível para o enfrentamento desses problemas, e os problemas se colocam como uma oportunidade de fortalecimento de grupos que se articulem para o enfrentamento e prevenção de problemas futuros. Se voltarmos à questão da participação e cidadania trazida no tópico anterior estas se farão necessárias para o enfrentamento desses problemas. Pois, conforme Loureiro (2003; 2005) não se trata somente da responsabilidade individual, há fatores históricos, políticos e econômicos que devem ser levados em consideração. Como exemplo nessa temática do saneamento, no âmbito da política, a relação do consumo da água potável se dá através de verbas destinadas ao processo de purificação da mesma. Conforme a Lei do saneamento básico. Nº 11.445, DE 5 De Janeiro De 2007. Art.3 . Inciso I,

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição; (BRASIL, Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

É dever do Estado o abastecimento de água bem como proporcionar a infraestrutura para manutenção e outros em relação a disponibilização da água potável. Além disso, conforme o Plansab, entre as metas para o saneamento básico está a universalização do serviço, tendo como,

[...] noção de universalidade remete à possibilidade de todos os brasileiros poderem alcançar uma ação ou serviço de que necessitem, sem qualquer barreira de acessibilidade, seja legal, econômica, física ou cultural. Significa acesso igual para todos, sem qualquer discriminação ou preconceito. (PLANSAB, 2019. P. 28)

Todavia, segundo dados do SNIS, em 2019, 83,7% do país tinha acesso à água potável, desta forma aproximadamente 35 milhões de brasileiros não têm acesso a esse serviço e direito (TRATA BRASIL 2019).

A cobertura urbana de abastecimento de água, que era de 40% no início da década, chegou a aproximadamente 65% em 1980. Durante os anos 1980, o crescimento na cobertura desse serviço continuou a se expandir, chegando a 80% em 1990. Na década de 1990, devido principalmente às investidas neoliberais no setor e às limitações de financiamento desde a segunda metade da década anterior, não houve aumento significativo da cobertura, que não chegou a atingir 85% em 2000. (FIOCRUZ, 2018, p.27)

Através destes estudos é possível identificar que há uma grande parte da população que ainda não tem acesso a água potável apesar de estar garantido por lei e de fazer parte da meta do plano de saneamento básico desde 2008 (PLANSAB, 2019). Já em relação ao esgoto e tratamento do mesmo, conforme o ranking de 2021 realizado pelo Instituto Trata Brasil, quarenta e oito dos cem municípios participantes da pesquisa possuem abaixo de 80% de atendimento ao tratamento do esgoto, e oito dos cem municípios possuem de 0% a 20% do serviço. É importante atentar que dos cem municípios partícipes do estudo do instituto, nenhum possui 100% do atendimento ao serviço de esgoto. Segundo os dados do SNIS 54,1% da população brasileira possui acesso ao serviço de tratamento de esgoto, sendo que quase cem milhões de brasileiros não possuem acesso ao serviço e direito de saneamento básico correspondente ao tratamento de esgoto (TRATA BRASIL, 2019).

Já em relação ao tratamento de águas pluviais, ou seja relacionados a enchentes e alagamentos, conforme também citados como problemas, deveriam ser assegurados pela lei uma vez que, conta na Lei do saneamento básico. Nº 11.445, DE 5 De Janeiro De 2007, em seu art. 3 parágrafo I.

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a

limpeza e a fiscalização preventiva das redes; (BRASIL, 2007. Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

No que se refere à coleta e tratamento de resíduos sólidos, ou lixo, este também é responsabilidade do Estado e abrange questões de saneamento básico conforme a lei nº 11.445 de Janeiro de 2007, art. 3 Paragrafo I.

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; (BRASIL, 2007. Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

Segundo os dados do SNIS, 92,1% da população brasileira têm acesso à coleta domiciliar, logo aproximadamente 18 milhões de habitantes não possuem acesso à coleta domiciliar, ou coleta simples. O termo “coleta simples” foi utilizado levando em consideração que conforme os dados do SNIS, somente 38,7% da população tem acesso a coleta seletiva (com seleção, categorização e encaminhamento para reaproveitamento de resíduos) ou conforme dados do Plansab 1.256 municípios de 5.570 municípios.

Por meio desses dados é possível afirmar que o acesso ao saneamento básico como água tratada, limpeza de esgotos e tratamento dos mesmos, cuidados com águas pluviais e limpeza urbana bem como a coleta de lixo, são também responsabilidades do Estado e dos direitos dos cidadãos. No entanto, quando questionado sobre as causas responsáveis pelos problemas, somente três entrevistados citaram a falta de ações da prefeitura ou Estado. Todos os entrevistados citaram a sociedade civil como responsável pelos problemas, relacionando com a “falta de educação” em relação às responsabilidades do cuidado com o meio ambiente, conforme os relatos selecionados a seguir.

Olha eu acho que mais é do lixo, mesmo passando lixo reciclável, lixo orgânico, a prefeitura fazendo a parte dela as pessoas não fazem, soltam lixo nas valetas. (Andy)

Sobre a questão do lixo, eu acho que a causa é a falta de consciência das pessoas, porque tem coleta, eles tem que se conscientizar que aquilo ali está errado. Há coleta às segundas, terças e sextas eu acho... (Tico)

Abaixo seguem as imagens referentes aos ambientes mencionados.

Imagens 3 e 4: Saneamento básico



Fonte: pesquisa

Imagens 4 e 5: Saneamento básico



Fonte: pesquisa

No que se refere ao âmbito da educação, conforme pontuado anteriormente, as relações entre o ser humano e o ambiente em que vivem passam por transformações em tempos históricos diferentes. O que leva a essas transformações é a cultura. Tendo como cultura a forma como construímos as relações sociais e as relações com o meio ambiente, nas quais se modificam ao longo do tempo. Deste modo, é possível dizer que essa auto responsabilização da sociedade civil sem refletir sobre o Estado e os direitos é um ato produzido culturalmente. Pensando nisso, a educação é também um modo de produzir cultura, por isso deve ser pensada para transformação de valores e atitudes por meio de um processo de emancipação. Desta forma, o ato de educar, tem nesse contexto o papel de instigar à articulação dos grupos de modo que sejam conscientes de seus deveres cobrar do Estado uma postura que vise a resolução desses problemas e atendimento da lei, assim envolvendo então a participação para a cidadania.

Ainda, é importante pontuar que mesmo o problema sendo apresentado por funcionários e participantes atendidos da ONG, os documentos da instituição não apresentam algum posicionamento ou atividade para o enfrentamento do mesmo. Além disso, quando questionado nas entrevistas se havia alguma atividade em ação que pensasse estas questões os participantes não souberam

responder e os funcionários informaram que trabalhavam apenas a questão do lixo até o momento. Entretanto, como um ponto positivo, foi informado pela gestão da ONG a possibilidade de criação de projetos que possam pensar nesse problema apresentado, logo, mesmo que não tenha alguma ação já iniciada, a ONG se cola como espaço para tal. Pensando nisso, como forma de incentivo para ações, após o fim da apresentação dos problemas abordados será elaborado um tópico a respeito.

8.3 Conflitos: da fome e segurança alimentar

8.3.1 Dá voz dos participantes à contextualização da fome

É importante salientar que essa discussão através do conceito da fome não partiu somente da proposta da pesquisa de compreender as relações dadas do público da comunidade civil com a organização da ONG. Mas também porque foi mencionado nas entrevistas é apresentado de diferentes formas por funcionários e comunidade atendida pela ONG. Assim, ressaltando a perspectiva da dialética se pautando nas falas dos participantes como pontos orientadores para o pesquisador.

As falas foram feitas de formas diretas e indiretas, como mencionado por Androide nº18 OU Dimitri, quando questionado sobre o significado dos projetos e a sua relação ou por Leela, conforme os trechos abaixo.

Eu me sinto frustrada todo dia porque eu tenho que mandar pessoas para casa sem o alimento, sem almoço, a frustração é diária porque a meta do restaurante popular é de 386 refeições por dia, no termo de colaboração são 85 refeições gratuitas por dia, para ti ter ideia quando comecei no início da pandemia eu recebia 30 encaminhamentos e hoje eu recebo 286 encaminhamentos de gratuidade de almoço, a prefeitura repassa somente 386. Ai, tu pensa... de 386 ficam 100, mas acolhemos todos! Nós fazemos 450 almoços por dia. A fome que nós estamos lidando hoje, por causa da pandemia é triste, dói. Mandar mais de 150 pessoas embora para casa de gratuidade e daqueles que tentam comprar porque também não tem condições. Os projetos têm extrema importância e também relevância social. (ANDROIDE Nº 18)

[...] Podemos perceber que a maior procura é por parte de idosos que moram sozinhos e por vezes a única de suas refeições completas era fornecida pelo restaurante. Quando eles vão para a casa é consumido bastante café, lanches e outros. A oferta nutricional deles é bastante limitada[...](DIMITRI)

Pergunta: Há quanto tempo você participa dos projetos aqui na ONG?

Leela: Não faz muito tempo, porque antes eu tinha uma vida mais

ou menos, mas meu ex companheiro, o pai dela, entrou no crack esse ano e recém too me reerguendo, ele foi embora e fiquei sozinha.

Pergunta: E como conheceu a ONG?

Leela: no caso eu fui no CRAS que eu pegava o rancho e eles disseram que a marmita era muito boa, então resolvi trocar e as crianças gostaram bastante também.

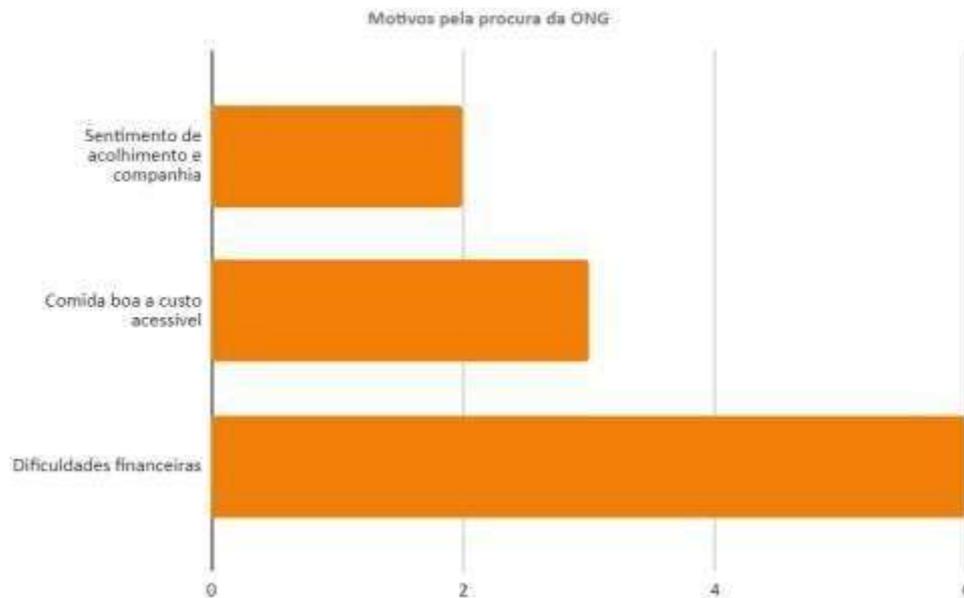
Pergunta: E qual o significado da ONG para ti?

Leela: ajuda né, ajuda... muitas pessoas vem aqui porque não tem o que comer no caso. (LEELA)

Conforme pode-se observar através das falas, a questão da fome é uma realidade vivida por grupos de moradores da cidade de Pelotas. Além disso, a pandemia atenuou os casos de insegurança alimentar, uma forma de visualizar esse aumento é o crescimento do público atendido, somando cem pessoas além das cento e cinquenta que não conseguiram o atendimento pela ONG. Ademais, mesmo com o restaurante, a situação de insegurança dos que são abrangidos permanece, pois, conforme informado por Dimitri através de sua pesquisa sobre o público que atende a oferta nutricional dos mesmos, é limitada. Assim, a refeição mais completa que a maioria do público atendido tem condições de obter é a fornecida pelo restaurante.

Para além, o depoimento de Leela confirma que entre os motivos pela procura está a falta de acesso à alimentação básica, este também está entre os principais motivos apontados pela procura ao restaurante depois das dificuldades financeiras, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico IV. Motivos pela procura da ONG / Restaurante popular.



Elaboração da pesquisa.

Por sua vez, através dos documentos analisados, a instituição proporciona atividades de assistência e amparo para auxiliar na garantia e acesso à alimentação segura, além de atividades educacionais que permitam refletir acerca do tema. Conforme os trechos abaixo,

Realizamos nossas atividades por meio de um restaurante popular, possibilitamos alimentação saudável diariamente a pessoas com baixos recursos financeiros na cidade de Pelotas e transformamos positivamente a sociedade local. (SITE)

O restaurante é fruto do fome zero, e espera-se, segundo o regulamento, criar uma rede de proteção alimentar em áreas de grande circulação de pessoas que realizam refeições fora de casa, atendendo dessa maneira, os segmentos mais vulneráveis nutricionalmente. (4) além de proporcionar hábitos alimentares saudáveis (PROJETO DO RESTAURANTE, pg. 11)

Nesses espaços, devem ser realizadas atividades de educação alimentar, como, por exemplo, palestras sobre valor nutricional dos alimentos, oficinas de aproveitamento e combate ao desperdício de alimentos, realização de campanhas educativas, e também outras atividades com fins culturais e de socialização, tais como shows, apresentações e reuniões da comunidade. (PROJETO DO RESTAURANTE, pág. 5)

A partir das ponderações e relatos dos sentimentos dos entrevistados e entrevistadas, do grupo de funcionários e da comunidade atendida, e dos documentos que abordam o tema, percebi a necessidade de contextualizar a situação fome para poder compreender a causa dessa realidade vivenciada pelos grupos e buscar contribuir nesse enfrentamento. Dito isso, fui atrás de pesquisas que pudessem me auxiliar nesse trajeto. Logo, encontrei alguns dados publicados pelo IBGE em que aponta o problema da fome como algo que já vinha apresentando crescimento antes da pandemia, segundo a pesquisa realizada no período de 2017 a 2018 e divulgada em 2020 houve um aumento de cerca de 3 milhões de pessoas no Brasil em situação de insegurança alimentar (IBGE, 2020).

Em complemento a pesquisa realizada pelo IBGE a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSAN) realizou uma pesquisa sobre o aumento e o número estimado de pessoas que vivem a insegurança alimentar no período da pandemia no Brasil. Segundo a pesquisa do PENSAN um total estimado de 116,8 milhões de pessoas vivem nessa situação, a maior parte está concentrada na região do nordeste (7.684.981 milhões de pessoas), seguidos por sul e sudeste (7.453.958 milhões de pessoas). Ainda, a pesquisa apresenta as dificuldades financeiras causadas pelo desemprego durante a pandemia como um dos fatores para o aumento da fome (PENSAN, 2021).

Através dos resultados apresentados pelas pesquisas pode-se perceber que há um número grande de brasileiros que vivem com a fome sem acesso à alimentação básica. É possível compreender também que o desemprego gerou dificuldades financeiras que está entre as causas dessa realidade, não só as pesquisas nacionais apontam esse fator como a própria pesquisa em questão conforme o gráfico VI. Todavia, pensando na perspectiva histórica e política, é importante pensar o que causa esse fator do desemprego e das dificuldades financeiras que levam ao estado de fome e insegurança alimentar de milhões de brasileiros.

Para realizar essa reflexão trago o autor Santos, M. (2000) para dialogar. Santos, M. (2000) faz a relação entre a ampliação da pobreza e o crescente agravamento à soberania. Nesse caso, a soberania a que o autor se refere é ao poder absoluto de empresas, nas quais por sua vez são detentoras do dinheiro, pode-se até dizer sobre a soberania do dinheiro. Sobre essa “soberania” do dinheiro, o

mesmo aborda que,

Nas condições atuais de economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. Por isso, a relação entre a finança e a produção, entre o que agora se chama economia real e o mundo da finança, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. (SANTOS, M. 2000. p. 22)

A condição de dinheiro em estado puro é chamada de *despótico*, no qual o poder está concentrado somente no capital (SANTOS, M. 2000). Essa relação que vai valorizar o financeiro e não pensar as condições sociais ou a qualidade de vida das pessoas é a consequência do que Santos, M. (2000) chama de globalização da perversidade. Essa faceta da globalização causa discrepância nas condições sociais, ou como é conhecida a desigualdade social.

Dito isso, é possível compreender que a fome não se trata de um fator isolado causado somente pela falta de emprego ou dificuldades financeiras, é também um problema estrutural e sistêmico. Pois, esta é uma consequência da globalização, que, não é um fenômeno recente, já que desde o período medieval se consolidava. Pois, em seu sistema econômico do feudalismo esse período tinha o crescimento econômico de uns em detrimento de outros. Além disso, nesse período surgem a competitividade e as corporações.

Retomando a contextualização histórica no período atual, Santos, M. (2000) problematiza o uso da mídia e técnicas de informação como formas de manipulação e condicionamento dessa realidade, em que normaliza a fome com uma consequência natural em prol de um “desenvolvimento”. Além disso, alimenta a competitividade reforçando a consciência voltada para a atividade material. Pensando nisso, se coloca a necessidade de ações que possam retomar a consciência de classe a partir da práxis, portanto, pautadas nos contextos em que estão inseridos os participantes. Nesse caso, a realidade é que conforme apresentado, está cada vez mais crescendo o número de pessoas com insegurança alimentar e às margens da fome e ainda de que esse não é um problema atual. Assim, precisa ser problematizado junto às massas de forma que se reivindique seus direitos de cidadania.

Tendo a tendência crítica da EA e como uma ferramenta de mobilização social e transformação de valores, a mesma pode se por nesse contexto como um meio para essa busca. Atento que, compreendo que esse não é um problema em que se pode ser resolvido individualmente ou somente pelos grupos, para

alcançar mudanças dentro dessa temática é importante a organização dos grupos na cobrança do Estado sobre seus direitos. Todavia, deve se pensar ações possíveis para essas mudanças, para isso, irei descrever qual o trabalho que a ONG está fazendo dentro dessa perspectiva da fome e então refletir sobre os possíveis incentivos a ações futuras.

8.3.2 O que está sendo feito pela ONG em pesquisa e relação com a EA

Em relação à fome, o restaurante popular administrado atualmente pela ONG é direcionado diretamente para atender as demandas relacionadas. O restaurante conta com a parceria do Estado conforme seu manual e regulamento, no qual foi fundado no ano de 2003 a partir do programa Fome Zero durante o mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo principal desse programa, segundo seu manual, é

Oferecer refeições nutricionalmente balanceadas originadas de processos seguros, em local confortável e de fácil acesso, ao custo de R \$1,00, destinadas, preferencialmente, ao público em estado de insegurança alimentar. (MANUAL DO PROGRAMA RESTAURANTE POPULAR, 2003. p.)

Além do fornecimento de uma alimentação com custo acessível, e balanceamento nutricional, o restaurante popular também deverá se caracterizar como um espaço de promover a educação acerca do uso do estabelecimento e da alimentação bem como para socialização da comunidade, conforme consta no manual do programa do restaurante popular. Entre os conteúdos a serem abordados nessas práticas educativas estão: *à saúde, nutrição, combate aos preconceitos que prejudicam a adoção de hábitos alimentares, entre outras práticas relacionadas à alimentação, como a higiene quanto a manipulação e preparo de alimentos e os cuidados na alimentação fora de casa* (2003, pg. 5).

No que se refere ao planejamento da implementação do restaurante, também é indicado que seja considerada a concentração de pessoas com baixa renda, ainda, é solicitado que se encontre em uma região central onde os trabalhadores não necessitem de transporte para ir até o local. Ainda, sobre as orientações em relação ao posicionamento geográfico, o restaurante atende as demandas solicitadas, pois fica a alguns metros de um dos bairros mais vulneráveis (Seival) e da zona central da cidade de Pelotas-RS.

No que se refere às compras de alimentos, é feito através de licitações, no entanto, como o manual é antigo outros dois governos se passaram desde o lançamento do programa de combate a fome que gerou o restaurante popular vale questionar na entrevista sobre a procedência dos alimentos que hoje são servidos. Lembrando que conforme relatado em entrevistas pelos funcionários, além das licitações a ONG recebe doações de empresas e sociedade civil nas quais permitem a oferta de cem refeições a mais do que repassado pela prefeitura municipal.

Em relação às atividades educativas voltadas para a questão da alimentação proporcionadas pela ONG e indicado pelo manual do programa, estão as palestras educativas sobre desperdício e alimentação saudável, além de oficinas de culinária que trabalham com reaproveitamento. Quando conversado com o público de participantes, a maioria indicou interesse em mais atividades que pudessem ser ofertadas pela ONG. Ainda em entrevista, houve um relato sobre o interesse de uma das usuárias em criar e coordenar um projeto em parceria com a ONG que pudesse trabalhar com o cultivo de horta comunitária.

Dentro dessas indicações de vontade de maior participação, a EA pode se colocar como uma parceira de incentivo e diálogo, onde a horta e qualquer outra

atividade podem ser um ponto de partida para a problematização dos problemas indicados. Assim,

Educar para transformar é agir conscientemente em processos sociais que se constituem conflituamente [...] Educar para emancipar é reconhecer os sujeitos sociais e trabalhar com estes em suas especificidades. A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando a superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade contemporânea (LOUREIRO, 2003)

Para tanto, o conceito da fome trazida pelos participantes da pesquisa é um dos processos sociais que constituem conflitos. As atividades mencionadas que já acontecem e que podem acontecer se tornam espaço para a práxis e condições de modificações da realidade vivida pelas pessoas e na busca pela autonomia e emancipação dos mesmos, no qual será tema do próximo bloco e tópico a seguir.

8.4 Da Autonomia e Emancipação

A partir deste tópico tenho início sobre a escrita e reflexão sobre o bloco dois das categorias dos dados. Esse bloco foi denominado como práxis, porque busca relacionar os problemas apresentados pelos participantes com os termos também abordados pelos mesmos e que conversam com um dos objetivos específicos da pesquisa, como: incentivar a emancipação dos partícipes para elaboração de atividades que reflitam suas reais necessidades através do desenvolvimento do projeto. Para tanto, iniciarei descrevendo um pouco sobre a concepção de autonomia e emancipação que trago e então irei buscar vincular à visão da educação ambiental, depois irei apresentar a visão dos grupos (ONG e comunidade) sobre os conceitos.

Sobre a autonomia, se trata do ato de proporcionar que a pessoa seja autônoma referente às tomadas de atitudes em relação às adversidades vivenciadas, nas quais possa pensar por si só. Para pensar a autonomia é preciso que se produza a *consciência*, a produção da consciência pode acontecer através do diálogo partindo das realidades (FREIRE, 1996). Atento ainda que, não é sobre conscientizar alguém sobre determinada ação ser positiva ou negativa para o meio ambiente ou para si, a autonomia/consciência que se pretende alcançar na vertente de uma EA crítica é de problematizar as questões históricas, sociais, políticas e culturais de determinada problemática para que compreendido a fonte

do problema a pessoa possa então se tornar emancipada e buscar a reivindicação sobre seus direitos. Desse modo, a emancipação ocorre por intervenções conscientes, tentando não dissociar o indivíduo e sociedade para que assim possam então alcançar os objetivos da EA (LOUREIRO, 2012).

Nesse sentido, compreendendo as concepções de autonomia e emancipação que pretendia trabalhar nesta pesquisa, busquei nos documentos ofertados pela instituição e nas páginas virtuais algumas considerações acerca dos conceitos, no entanto, não foram encontradas. Todavia, em entrevista com Garnet, o mesmo informou sobre a intenção de que os projetos e atividades desenvolvidas pela ONG possam instigar os participantes a criarem coletivos onde troquem experiências e saberes, e juntos participem de espaços políticos como em reuniões da câmara municipal onde é aberta a sociedade civil. Ainda em entrevista, Garnet comenta que essa formação já aconteceu no passado, onde através do grupo de apoio de pessoas com HIV as mesmas formaram um coletivo LGBTQIA+ onde levam informações, participam de reuniões e reivindicam os direitos da comunidade.

Além disso, Garnet comenta que, seria muito importante que a comunidade atendida pela ONG possa cada vez mais se interessar na formação de coletivos, pois, a ideia é de que sejam independentes da ONG, que saibam onde buscar seus direitos, onde obter e como compartilhar informações. A partir da fala do funcionário pode-se compreender que mesmo não estando expresso nos documentos, há uma intenção da ONG sobre autonomia e emancipação e que se refletem na prática já que conforme Garnet todas as atividades de formação ou grupos de apoio visam esses objetivos.

8.5 Da Convivência e fortalecimento de vínculos

Neste tópico vou buscar explicar o que é e como acontece a convivência e fortalecimento de vínculos pela óptica da ONG. Nos documentos da instituição constam no regulamento da escola e no estatuto do restaurante popular ambos os conceitos interligados, todavia não especificam como são realizados esses serviços. Um exemplo disso está no regulamento da escola de educação infantil, que conforme o documento, a escola tem o objetivo de ser um espaço de convivência dos grupos (famílias) e a partir disso proporciona o fortalecimento de vínculos. Em seu Art. 5, esse fortalecimento é garantido por meio da participação e articulação da família e da comunidade, conforme os trechos, “Art. 5.º — A

Escolinha Tico e Teco tem por finalidade contribuir com o desenvolvimento integral da criança, trabalhando prioritariamente a convivência e o fortalecimento de vínculos complementando a ação da família e da comunidade” (PPP Tico e Teco, p.1). E no Art. 12, inciso X "proposta de articulação com a família e a comunidade” (PPP Tico e Teco, p. 3).

Deste modo, compreende-se que o espaço físico da escola estará disponível para a ação de convivência com objetivo de fortalecimento de vínculos, porém não especifica de que forma isso acontece e como é planejado. Em entrevista, Tigresa, responsável pelo serviço de convivência, comenta que o mesmo é dividido por faixa etária voltadas para grupos de 0 a 6 anos, 7 a 14 e de 18 a 59 e mais. Para entender um pouco sobre como é feito esse processo foi pedido para que Tigresa descrevesse um pouco melhor sobre, conforme no relato abaixo,

de 0 a seis anos fazemos atividade junto ao responsável, com a família, então fazemos um grupo e proporcionamos atividades que fortaleça o vínculo com o responsável, um exemplo de atividade tem a mímica, que auxilia a criança e a mãe ou outro responsável a ter esse sentimento de troca de lugar, um no lugar do outro... Com os idosos são feitas palestras educativas e também informando os serviços que o município oferta para eles terem contato e saberem seus direitos, além de informativo em relação a saúde, através de datas como o Novembro azul, Outubro rosa, Dezembro vermelho (sobre a DST AIDS). Trabalhamos sempre com temas geradores, fazemos uma palestra e conversamos sobre determinado assunto. Agora na pandemia, estamos fazendo atividade uma vez ao mês, além de receber individualmente cada um e entender as demandas de atividades e necessidades, fazemos algumas falas. (TIGRESA)

Por fim, ponderando os relatos e o que os documentos da ONG trazem sobre o tema, é possível compreender que a ONG busca através de projetos e atividades proporcionar um espaço para convivência e nesse espaço espera-se fortalecer os vínculos das relações que se estabelecem ali. Pode-se concluir que o objetivo do fortalecimento de vínculos para a ONG é que ele possa acontecer entre a ONG x comunidade e comunidade x comunidade. Abaixo seguem algumas imagens das atividades do serviço de fortalecimento de vínculos retiradas das páginas virtuais da organização.

Imagem 6: convivência e fortalecimento de vínculos



Fonte: facebook GESTO

Imagem 7: convivência e fortalecimento de vínculos



Fonte: facebook GESTO

Imagem 8: convivência e fortalecimento de vínculos



Fonte: facebook GESTO

Imagem 9: convivência e fortalecimento de vínculos



Fonte: facebook GESTO

Imagem 10: convivência e fortalecimento de vínculos



Fonte: Facebook GESTO

Nesse sentido, pensando através da EA para a construção da cidadania e emancipação, Jacobi (1998, p.6) irá orientar que para pensar a problemática ambiental é preciso que haja “*a possibilidade de abertura de estimulantes espaços para implementar alternativas diversificadas de democracia participativa, notadamente a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural*”. Desta forma, é concebível dizer que a ONG está realizando e ofertando esse espaço, onde conforme visualizamos no tópico anterior tem a possibilidade de crescimento já que há vontade dos dois grupos de “fazer mais” na instituição. Para isso, foi preciso identificar como esses grupos compreendem a EA para poder trazer as propostas de incentivos, essa identificação será descrita no próximo item.

8.6 Da Educação Ambiental à Educação Ambiental transformadora: Incentivos às práticas futuras

Antes de dar início a compreensão da EA pelos grupos, é preciso ressaltar e reintroduzir que na área da Educação Ambiental existem diferentes vertentes. Algumas conforme Loureiro (2005) sobre uma perspectiva mais crítica e outras mais conservadoras. Todavia não existe uma educação ambiental certa (CARVALHO, 2004). Essas diferentes visões podem ocorrer dependendo da forma como o indivíduo entende o mundo, sendo uma construção social e/ou cultural.

Pensando nisso a ideia desse tópico é trazer para a discussão as diferentes vertentes apresentadas pelos participantes da pesquisa de modo que ao relacionar com os tópicos anteriores possa ser feito uma síntese de possibilidades de diálogos onde a EA possa contribuir para a ONG e seus participantes. Assim, a ideia é identificar as ideias de EA dos participantes com o intuito de *endereçar* a EA. Conforme Carvalho (2004, p. 17)

Nesta ideia de endereçamento estão compreendidas a produção de cada uma destas educações ambientais como artefatos que são construídos dentro de uma dinâmica de forças sociais e culturais, poderes e contra-poderes, num círculo de interlocução, onde o destinatário também constitui o artefato que a ele é endereçado.

Assim, o endereçar se trata de saber para quem e como se planejar as práticas de EA. Para isso é importante que se compreenda quais os conhecimentos já produzidos e quais ainda podem ser construídos acerca do tema. Gostaria de lembrar ao leitor que dois dos tópicos do primeiro bloco, subdivididos em saúde e saneamento básico e fome e segurança alimentar, são problemas ambientais identificados pelos participantes. Quando perguntado quais as atividades de enfrentamento desses problemas poderiam ser feitas se obteve as seguintes respostas:

Quadro 6: atividades para enfrentamento das problemáticas

Atividades citadas pelos entrevistados para o enfrentamento de problemas ambientais identificados	
Respostas	Nº
Atividades de Educação Ambiental (não especificadas)	2
Projetos que descentralizem o acesso a alimentação saudável	1
Atividades do restaurante popular noturnas	1
Atividades voltadas para o lixo e preservação através de oficinas e artesanato	1
Atividades de conscientização em relação ao lixo	4
Atividades que possam levar informação	2

Oficinas com reaproveitamento	1
Oficinas gerais	1
Plantio de árvores	1
Não souberam opinar	2

O quadro 6 das respostas de atividades de enfrentamento mostra a maioria como atividades educativas, desde de palestras informativas à práticas. Logo, foi questionado aos entrevistados o que compreendiam por EA, a maioria das respostas permearam entre atividades que promovessem a conscientização, o objetivo do reaproveitamento, do cuidar a natureza e de educar para a preservação. Através da análise dos exemplos, pode-se compreender que os grupos compreendem a EA através das seguintes vertentes: naturalista; conservacionista/recursista; resolutiva; humanista e prático.

A primeira irá pensar ações que reflitam sobre a relação com a natureza, geralmente se dá através de atividades práticas como cuidado e manejo de locais ou através de passeios ao ar livre. Já a segunda, como o próprio nome informa, se pautará em atividades de conservação ou de busca por soluções de problemas ambientais. No que lhe concerne, a corrente humanista irá buscar desenvolver o sentimento de pertença, nesse caso são ações que reflitam o pertencimento da pessoa a determinado espaço e qual a função dela como ser que integra aquele local. Por fim, a corrente prático se trata de *aprender pela ação*, não se trata de buscar resolver um problema a “priori”, mas através de um projeto participativo, ou seja, com a participação de todos envolvidos possa então aprender com e instigar a criar outros (SAUVÉ, 2005).

Na prática, tem se os exemplos do trabalho de Ghanem (2012) no caso da ONG OELA que parte de um problema local para ações educativas que iniciam-se com oficinas de reaproveitamento e se ampliam. Ou em uma vertente holística como de Steil, Carvalho e Pastori (2010) sobre o trabalho na ONG Rincão da Gaia, que se inicia com uma trilha com intuito de o ser humano perceba-se como parte integrante do ambiente em uma rede onde todos os seres vivos fazem parte, em que se encontra, como relatam os autores,

As atividades de educação ambiental no Rincão Gaia proporcionam um conjunto de experiências que visam a desenvolver tanto a sensibilidade para a horizontalidade da presença dos seres não-humanos numa mesma rede de comunicação quanto para a individualidade e singularidade de cada um neste ambiente (STEIL, CARVALHO e PASTORI, 2010 pg. 62)

Nesse ínterim, Matarazi (2006) também apresenta atividades de trilhas realizadas por ONG, o autor traz a atividade em EA como algo que busca além da sensibilização, pois conforme o mesmo a ideia é valorizar as diversidades culturais e ambientais através de vivências, como a realização de trilha. Através dessa atividade é pretendido conforme Matarazi (2006, pg. 186)

Trabalhar as relações “Eu – Meio Ambiente”, “Eu – O Outro” e “Eu– Comigo Mesmo” de forma vivencial e reflexiva. Portanto, ultrapassa em muito a dimensão de atividade apenas de sensibilização. A associação e o entendimento da “Trilha da Vida” enquanto experimento educacional que passa e é potencializado pelo sensível, mas não se limita a ele, é fundamental para sua adequada disseminação.

Por fim, um outro exemplo que também pode ser citado nesse contexto é a atividade que Mendonça e Coutinho (2019) apresentam sobre atividades de EA que tenham como objetivo a valorização da terceira idade e qualidade de vida dos mesmos. As atividades partem de oficinas de artes onde são formados grupos de idosos, esses grupos proporcionam o fortalecimento de vínculos através da convivência, para além abordam temáticas do interesse dos participantes desse modo garantindo a presença dos mesmos. Tendo esses exemplos, pode-se responder a questão problema da pesquisa, pois a EA pode contribuir nos projetos de ONG trazendo inovação em práticas educativas se tornando um meio de fortalecer os vínculos estabelecidos entre os grupos.

Em relação aos incentivos para práticas futuras, é animador poder dizer que o mesmo deu-se início ainda durante a coleta de dados. Pois, foi organizada uma atividade para pensar o consumo, descarte, reaproveitamento e alimentação pela ONG. A mesma aconteceu durante dois dias pelo período da manhã, agendada previamente com dois grupos distintos, sendo o primeiro com crianças e adolescentes atendidos pelos projetos da ONG e o segundo para adultos. Os grupos continham cerca de dez pessoas e a atividade consistia em uma fala que pudesse trazer a reflexão acerca do descarte e reutilização de resíduos e alimentação. A fala foi feita por mim através de convite feito pela instituição e teve sua duração de 20 minutos conforme acordado previamente. Segundo Tigresa, o incentivo a elaboração dessa atividade se deu pelo andamento do projeto dentro da ONG e o anseio de poder criar atividades que englobam a EA.

Outro momento que foi incentivado pela pesquisa, foi a proposta de atividade de uma das participantes dos projetos, a princesa Carvão. A participante

apresentou a ideia de uma horta comunitária que pudesse auxiliar a assegurar uma alimentação equilibrada dos participantes fora do restaurante. Além disso, a participante se propôs a se responsabilizar pela atividade, no entanto, necessita do apoio da ONG pois seria preciso um espaço físico para essa atividade. A ideia da Princesa Carvão foi levada para a gestão da ONG.

9. Considerações finais: implicações para a prática da Educação Ambiental

Tendo em vista que ainda durante o processo de pesquisa pode-se notar o incentivo a ação como o exemplo da atividade sobre consumo e sustentabilidade no qual se originou da ONG com a justificativa de ter sido incentivada pela pesquisa, pode-se afirmar que houve incentivos à ação em Educação Ambiental. No que se refere a ações futuras, ao fim da pesquisa foi feita uma reunião com a gestão da ONG, nessa reunião foram apresentados os resultados da coleta como os problemas identificados pelos grupos e as atividades que os mesmos indicaram para pensar a resolução dos mesmos, ao fim da conversa foram elencadas quais atividades seriam possíveis de serem pensadas na ONG. Ainda sobre as atividades possíveis, foi informado pela gestão que houve uma revitalização da praça na comunidade da colônia Z3 e que a mesma estaria pronta, logo, que poderia ser feita alguma atividade para fortalecimento de vínculo e estimular as ações citadas na pesquisa, desse modo durante a conversa chegamos a ideia de uma atividade cultural.

Para tanto, a atividade será pensada com artistas locais englobando música, artes visuais através de desenhos e pinturas, a utilização de tatuagens, barracas onde possam vender qualquer tipo de artesanato e outros (ainda em planejamento com a ONG). Ainda, dentro dessa ação cultural será divulgado atividades para EA através da ONG com a sugestão de criação de grupos de diálogos que possam pensar o enfrentamento das problemáticas trazidas como um ponto de partida na articulação dos mesmos. Por fim, ficou acordado na reunião a possibilidade de após o recesso de fim de ano ser feito a organização e elaboração de seminários e palestras acerca de atividades em EA, também com a finalidade de articulação de grupos e levando em consideração as atividades citadas nas entrevistas. Ainda, como foi citado a ideia de produção de uma horta comunitária, a gestão ficou de entrar em contato com a partícipe que deu a ideia para planejarem a

implementação da mesma.

O encontro aconteceu de forma virtual, ressalto que a finalização desta pesquisa se deu em Dezembro de 2021 por isso as atividades serão feitas após a mesma, respeitando o período de recesso da instituição. Todavia, isso não atrapalha a conclusão da dissertação uma vez que seus objetivos, como o *incentivo a práticas futuras em EA* foi alcançado. Além disso, a questão problema que orienta a pesquisa foi devidamente respondida uma vez que por meio das entrevistas e das revisões sobre as atividades de EA em ONG comprova-se que atividades de EA podem contribuir para pensar a elaboração de novos projetos bem como revitalizar ações e atividades já em andamento. Em relação a preposição posta ou a suposição, se reafirma que as ONG de cunho social possuem o potencial para práticas de EA no sentido crítico que visa a articulação de coletivos, deste modo ultrapassando o cunho assistencialista.

Ainda, dentro da realidade das dificuldades desse trabalho, percebe-se como desafios a participação da sociedade civil, uma vez que os obstáculos para esse fator acontecer são diversos. Todavia, através dos resultados apresentados há entre a comunidade atendida o ensejo de ampliar a sua participação dentro da ONG. Logo, para que isso seja possível é necessário que as instituições estejam abertas para o diálogo. Por fim, este meio pode acontecer através das atividades já existentes, desde que ampliadas e mais flexíveis em relação a presença e horários.

Em suma, espero que por meio dos relatos, atividades, incentivos e desafios apresentados, esta pesquisa possa incentivar e ser uma ferramenta na elaboração e ampliação de projetos através da EA em ONG e outros espaços não formais de educação.

10. Referências

ASSIS, S. CESAR-VAZ, M. Práticas de educação ambiental em organizações não governamentais. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, e301101421882, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21882>

BRASIL, 2007. **LEI Nº 11.445**, De 5 De Janeiro de 2007.. Acesso em: 10 de Julho de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-010/2007/lei/11445.htm

BRASIL, 2020. **LEI Nº 14.026**. De 15 de Julho de 2020. Acesso em: 20 de Julho de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/14026.htm

BRASIL, **Constituição Federal**, 1988. Acesso em: Outubro de 2021. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

BRASIL, 1999. **LEI Nº 9.795**. De 27 de Abril de 1999. Acesso em: 21 de Setembro de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

BOTELHO, L. L. R., Cunha, C. C. de A; & Macedo, M. (2011) O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão E Sociedade*, Belo Horizonte- MG.121-136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>

CARVALHO, I.C. **A invenção do sujeito ecológico: Sentidos e trajetórias em Educação Ambiental**. Isabel Cristina de Moura Carvalho. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CARVALHO, I.C. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004 (P. 15-23)

CARVALHO, I.C. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed. p. 17-24. 2005.

CASTANEDA. C. **Os Ensinamentos de Don Juan: Uma maneira de conhecimento** Yaqui. Carlos Castaneda. Simon & Schuster; 7th ptg. edição 1 janeiro 1976.

CEP-PROPESP/FURG. **Resolução 510-2016**. Acesso em 22 de Janeiro de 2021. Disponível em: https://propesp.furg.br/images/arquivos_propesp/CEP-FURG/2020/RESOLUO_N_510_DE_07_DE_ABRIL_DE_2016.pdf

COSTA, C. A. S; LOUREIRO, C.B. F. Educação ambiental crítica e interdisciplinaridade: a contribuição da dialética materialista na determinação conceitual. **VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental** Rio Claro - SP, 07 a 10 de Julho de 2013. Acesso em 01 de Novembro de 2021. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0022-2.pdf

COSTA, C. A. S; LOUREIRO, C.B. F. Interdisciplinaridade, materialismo Histórico-Dialético e Paradigma da Complexidade: Articulações em Torno da Pesquisa em Educação Ambiental Crítica. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol.14, n.1 – pags. 32-47, 2019 DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol14.n1.p32-47>

CROSSETI, M. G. M. (2012) Revisão Integrativa de pesquisa na enfermagem o rigor científico que lhe é exigido. *Rev. Gaúcha Enferm.*33(2):8-9. Porto Alegre.

EPA. United States Environmental Protection Agency. **Drinking water treatment for small communities**. May. 1994. Acesso em 01 de Jul. de 2021. Tradução: própria. Disponível em:

<https://nepis.epa.gov/Exe/ZyPDF.cgi/30005051.PDF?Dockey=30005051.PDF>

FIOCRUZ. Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade Saneamento: entre os direitos humanos, a justiça ambiental e a promoção da saúde. **Saneamento e Saúde.** Documentos institucionais 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/46304/2/06_saneamento.pdf

FERNANDES, R.C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rubem Cesar Fernandes. – Rio De Janeiro: Relume-Dumará, 1994

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Editora Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios.** – 5. Ed - São Paulo, Cortez, 2001.

GHANEM, E. (2013) Inovação em educação ambiental na cidade e na floresta: o caso Oela. **Cad. Pesqui.** 43 (150). <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000300014>

GIL, A, C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GESTO. Página inicial. Acesso em 22 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://gescpel.wixsite.com/gesto/o-que-fazemos>

GUIMARÃES. M. **Por uma Educação Ambiental crítica na sociedade atual.** Universidade Federal do Pará - Campus Abaetetuba - Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) V7.n9 2013

HELLER, L. Saneamento básico; políticas públicas e relação com a pandemia. Léo Heller. **Ciência Hoje.** **Fiocruz Minas.** 20 out. 2020. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/saneamento-basico-politicas-publicas-e-relacao-com-a-pandemia/>

IBGE- Censo 2016/ tabela 17. Acesso em 14 de Janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=resultados>

JACOBI. P. Educação, meio ambiente e cidadania. **Reflexões e experiências**. Pedro Jacobi São Paulo- 1998 (p. 2-10)

JACOBI. P. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Pedro Roberto Jacobi. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTydvnmKVNrqshspWH/?format=pdf&lang=pt>

LOUREIRO. C.F.B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. Carlos Frederico B. Loureiro. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, 8: 37-54, 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897/355>

LOUREIRO. C.F.B. **Sustentabilidade e Educação; Um olhar da ecologia política**. Carlos Frederico B. Loureiro. São Paulo: Cortez, 2012- (Coleção questões da nossa época; v:39).

LOUREIRO, C. B. F. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006 131 Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/Q958B6p6Rz6vmXgHP7T5Ysy/?format=pdf&lang=pt>

LOUREIRO, C.F. B. **Sustentabilidade e Educação; Um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012- (Coleção questões da nossa época; v:39).

MATAREZI, J. (2006) Despertando os sentidos da educação ambiental. *Educar*, (27), 181-199. Editora UFPR. <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n27/n27a12.pdf> ONGS, BRASIL. **Entendendo as ONGs de Pelotas - Rs**. Acesso em: 21 de Setembro de 2021. Disponível em: <http://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=55&Estado=RS&Cidade=Pelotas>

MENDONÇA, E.S. MENEZES, J. A. Organizações não-governamentais como dispositivos de poder: do bem-estar ao controle social Erica De Souza Mendonça. Jaileila De Araujo Menezes. **Revista de Psicologia**, v. 29, n. 3, p. 272-279, set.- dez. 2017. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i3/1422>

MEC. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**, Brasília - DF, Ministério da educação e do desporto. Coordenação de Educação Ambiental. Publicação de responsabilidade da Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, Brasília - DF, 1998.

MINAYO. Maria C. De Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**/Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecilia de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, TJ: Vozes, 1994.

PELOTAS, **Prefeitura municipal**; 2021. Acesso em: 21 de Setembro de 2021. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/social/conselhos/conselho-assistencia-social>

PLANSAB. **Plano Nacional de Saneamento Básico**. 2019. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSDRU/ArquivosPDF/Versao_Conselhos_Resolu%C3%A7%C3%A3o_Alta_-_Capa_Atualizada.pdf

RODRIGUES, L. CUNHA, D. A. BRITO, L.M. PIRES, V. M. Pobreza, crescimento econômico e degradação ambiental no meio urbano brasileiro. Lora dos Anjos Rodrigues. Dênis Antônio da Cunha. Lélis Maia Brito. Marcel Viana Pires. **Revista Ibero-americana de Economia Ecológica** Vol. 26: 11-24. 2016.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental**. In: Sato, M.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Milton Santos, Record- 2000.

STEIL, C. A., CARVALHO, I. C. M., & PASTORI, E. O. Educação ambiental no Rincão Gaia: pelas trilhas da saúde e da religiosidade numa paisagem ecológica. **Educação**, 33(1), 54-64.
<http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v33n01/v33n01a06.pdf>

SILVA, D. **Restaurante popular: uma forma de acesso a alimentação adequada**. Denise Ely e Silva. Universidade Católica de Pelotas. Mar. 2012. https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/DENISE.SILVA_Restaurante-Popular-Uma-forma-de-acesso-%C3%A0-alimenta%C3%A7%C3%A3o-adequada.pdf

TRATA BRASIL. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) 2018**. Ranking do saneamento instituto trata Brasil. 2019. Disponível em: https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking_2020/Relatorio_Ranking_Trata_Brasil_2020_Julho_.pdf

TRATA BRASIL. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) 2019**. Ranking do saneamento instituto trata Brasil. 2021. Disponível em: https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_saneamento_2021/Relat%C3%B3rio_-_Ranking_Trata_Brasil_2021_v2.pdf

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. Michael Thiollent. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

WITTEMORE, R. KNAFL, K. Methodological issues in nursing research the integrative review: update methodology. Robin Wittemore; Kathleen Knafl. *Journal of Advanced Nursing* 52(5), 546–553. 2005.

11. Apêndices

Apêndice I. Orçamento

Impressos de termo de consentimento	R\$ 20,00
Lanches fornecidos	R\$ 200,00
Transporte	R\$ 300,00

Apêndice II. Roteiro de entrevista com **funcionários** da GESTO.

Esta entrevista constitui a segunda etapa da pesquisa denominada “Educação Ambiental não formal e Organização não Governamental de cunho social: incentivo a ações futuras em comunidades do RS” realizada pela mestranda em Educação Ambiental na linha não formal da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Stéphanie de Assis Xavier. A pesquisa será realizada com funcionários representantes da ONG GESTO dos projetos de alfabetização Tico e Teco, assistentes sociais e do restaurante popular, localizada na cidade de Pelotas.

Questões pessoais.

Nome do(a) participante:

Idade:

Endereço:

Possui filhos? Se sim,
quantos? Qual seu grau de
escolaridade?

Questões sobre o trabalho na ONG e comunidade.

Você atua diretamente em algum projeto? Caso sim, poderia descrever um pouco sobre essa participação e especificar quais?

O que estes projetos significam pra você? Qual a sua relação com as atividades desenvolvidas na ONG?

O que a ONG significa para você? Descreva um pouco sobre sua relação e trajetória com a GESTO.

Como é sua relação com os bairros em que atuam?

Quais problemas ambientais você identifica nesses bairros?

Quem você acha que são os responsáveis por esses problemas?

Como você acredita que poderiam ser solucionados esses problemas? Dentro da ONG como são abordados estes problemas?

Questões acerca dos projetos

Como você conheceu e iniciou suas atividades na GESTO?

Você recebe alguma remuneração para a atuação na ONG? Como é feita essa remuneração?

Como você descreve a participação da comunidade atendida nos projetos desenvolvidos?

O que seriam ações de Educação Ambiental para você?

Em que atividades você visualiza na GESTO ações que pensam acerca das questões de Educação Ambiental?

Questões sobre o restaurante:

No projeto do restaurante, há alguma outra atividade que pense a questão da fome?

Como é feita a arrecadação de alimentos para o projeto?

Como é feito o descarte do restaurante?

Neste descarte há lixo orgânico ou outro tipo de recicláveis? Como são tratados?

Há alguma atividade educativa ou técnica que seja relacionada a esse descarte?

Questões sobre a escola Tico e Teco:

Como são feitas as seleções e matrículas das crianças na escola?

Qual o tempo que as crianças ficam na escola?

Dentro do tempo na escola o fornecimento de alimentos se dá de que forma? Quem fornece esses insumos?

Os materiais utilizados pelos docentes e discentes são fornecidos por que órgão?

Como são pensadas atividades que fortaleçam vínculos entre a escola e

as famílias?

Onde você identifica atividades que se relacionam com a Educação Ambiental?

Onde você identifica ações sobre Educação Ambiental com a comunidade externa à escola?

Apêndice III. Roteiro de entrevista com **grupos partícipes de atividades** da GESTO.

Esta entrevista constitui a segunda etapa da pesquisa denominada “Educação Ambiental não formal e Organização não Governamental de cunho social: incentivo a ações futuras em comunidades do RS” realizada pela mestranda em Educação Ambiental na linha não formal da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Stéphanie de Assis Xavier. A pesquisa será realizada com grupos partícipes de atividades fornecidas pela ONG GESTO dos projetos de alfabetização Tico e Teco, assistentes sociais e do restaurante popular, localizada na cidade de Pelotas.

Questões pessoais.

Nome do(a) participante:

Idade:

Endereço:

Possui filhos? Se sim,
quantos? Qual seu grau de
escolaridade?

Questões sobre os bairros.

Descreva sua relação com o seu bairro/comunidade.

Quais problemas ambientais você identifica no seu
bairro?

Quem você acha que são os responsáveis por esses problemas?

Como você acha que poderiam ser solucionados esses
problemas?

Você identifica alguma atividade da ONG que pense acerca dessas
problemáticas citadas?

Questões sobre atividades da ONG.

A quanto tempo participa dos projetos na GESTO? Como são desenvolvidos os projetos?
Qual o significado da GESTO para você?

Na sua opinião, qual a relação da GESTO com o seu bairro?
Como é sua participação nas atividades desenvolvidas pela ONG?

Onde você identifica a Educação Ambiental nas atividades da ONG? Como são os vínculos entre a ONG, você e sua família?

Apêndice IV. – Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Stéphanie de Assis Xavier, sou aluno(a) do curso de pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, e estou realizando esta pesquisa intitulada Promoção da Educação Ambiental em Organizações não governamentais de cunho social: incentivo a ações futuras, sob orientação do(a) professor(a) Dr(a) Marta Regina Cezar Vaz. Após realizar o processo de consentimento, gostaria de convidar você para participar do estudo, respondendo a uma entrevista que será gravada, para que nenhum detalhe importante seja perdido. Os dados coletados serão usados somente nesta pesquisa, que possui o(s) objetivo(s) de Impulsionar a educação ambiental em espaços informais e fortalecer o vínculo entre comunidade e organização não governamental através de projetos já existentes. Dessa maneira, a pesquisa trará benefícios como auxiliar no trabalho da organização não governamental para o crescimento

dos projetos e deste modo melhorando a condição de vida dos que são atendidos por estes. Os riscos dessa pesquisa são mínimos, como o desconforto emocional, frente a estes riscos o pesquisador se compromete em garantir para você a assistência integral e gratuita. Sua participação é livre de despesas pessoais e compensação financeira, se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Você tem o direito de se manter informado sobre os resultados parciais e finais, os quais serão publicados em eventos e periódicos científicos, mantendo-se o anonimato de sua identidade. É garantida a liberdade de retirada do consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você, para tanto entre em contato comigo endereço: JK de Oliveira 2200, bloco 19E apt. 201, e-mail: stpehassisxavier@gmail.com, telefone: (53)98157 3121 ou ainda pelo CEP-FURG endereço: segundo andar do prédio das pró-reitoras, carreiros, avenida Itália, Km 8, bairro carreiros, Rio Grande-RS, e-mail: cep@furg.br, telefone: 3237.3011. O CEP/FURG é um comitê responsável pela análise e aprovação ética de todas as pesquisas desenvolvidas com seres humanos, assegurando o respeito pela identidade, integridade, dignidade, prática da solidariedade e justiça social.

Você receberá uma via deste termo e a outra ficará com o(a) pesquisador(a). Você aceita participar?

Eu aceito participar desta pesquisa.

Assinatura do(a) participante/responsável. Data ____/____/____

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável. Data

____/____/____

Práticas de educação ambiental em organizações não governamentais

Environmental education practices in non-governmental organizations

Prácticas de educación ambiental en organizaciones no gubernamentales

Recebido: 16/10/2021 | Revisado: 23/10/2021 | Aceito: 01/11/2021 | Publicado: 02/11/2021

Stéphanie

Assis ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1288-4643> Universidade Federal do Rio Grande, Brasil
E-mail: stephassisxavier@gmail.com

Marta Regina Cezar-

Vaz ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0754-7469> Universidade Federal do Rio Grande, Brasil
E-mail: mrcezarvaz@gmail.com

Resumo

Este trabalho é motivado pela pesquisa intitulada como *Educação Ambiental não formal e Organização não Governamental de cunho social: incentivo a ações futuras em comunidades do Rio Grande do Sul*, através da Universidade Do Rio Grande pelo Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental. Para tanto, trata-se de uma revisão integrativa que tem como objetivo compreender como as Organizações Não Governamentais entendem, desenvolvem e praticam a EA. Conclui-se por meio da revisão, que é de extrema importância pensar a Educação Ambiental por meio das Organizações Não Governamentais, uma vez que, estas são canais de intermédio entre a sociedade civil e Estado. Além disso, percebe-se que há nas organizações diversos e diferentes tipos de práticas de Educação Ambiental, nas quais estão entre elas oficinas, minicursos e cursos de aperfeiçoamento, promoção de eventos e espaços de convivência. Desta forma as atividades permeiam entre as vertentes conservadoras e transformadoras da Educação Ambiental. Por fim, apesar da relevância e das várias atividades encontradas, conclui-se também de que há pouca produção acadêmica e com fácil acesso em relação ao tema, logo, espera-se que esta revisão integrativa possa orientar e auxiliar em estudos, pesquisas e práticas futuras de todos os grupos interessados.

Palavras-chave: Educação ambiental; Não formal; Organizações não governamentais; Práticas educativas.

Abstract

This work is motivated by the research entitled *Non-formal Environmental Education and Non-Governmental Organization of a social nature: incentive to future actions in communities in Rio Grande do Sul*, through the Universidad Do Rio Grande by the Post-Graduate Program in Environmental Education. Therefore, an integrative review aims to understand how Non-Governmental Organizations understand, develop and practice EE. The review concludes that it is extremely important to think about Environmental Education through Non-Governmental Organizations, since these are intermediary channels between civil society and the State. In addition, it is clear that there are several and different types of Environmental Education practices in organizations, which include workshops, short courses and improvement courses, promotion of events and spaces for social interaction. In this way, the activities permeate between the conservative and transformative aspects of Environmental Education. Finally, despite the relevance and the various activities found, it is also concluded that there is little academic production and easy access on the topic, therefore, it is expected that this integrative review can guide and assist in studies, research and practices futures of all interested groups.

Keywords: Environmental education; Not formal; Non-governmental organizations; Educational practices.

Resumen

Este trabajo está motivado por la investigación titulada *Educación ambiental no formal y organización no gubernamental de carácter social: incentivo a acciones futuras en las comunidades de Rio Grande do Sul*, a través de la Fundación Universidad De Rio Grande por el Programa de Posgrado en Educación Ambiental. Por lo tanto, es una revisión

integradora que tiene como objetivo comprender cómo las Organizaciones No Gubernamentales entienden, desarrollan y practican la EE. La revisión concluye que es de suma importancia pensar en la Educación Ambiental a través de Organizaciones No Gubernamentales, ya que estos son canales intermediarios entre la sociedad civil y el Estado. Además, es evidente que existen varios y diferentes tipos de prácticas de Educación Ambiental en las organizaciones, que incluyen talleres, cursos cortos y cursos de mejora, promoción de eventos y espacios de interacción social. De esta manera, las actividades permean entre los aspectos conservadores y transformadores de la Educación Ambiental. Finalmente, a pesar de la relevancia y las diversas actividades encontradas, también se concluye que existe poca producción académica y fácil acceso sobre el tema, por lo que se espera que esta revisión

integradora pueda orientar y coadyuvar en los estudios, investigaciones y prácticas futuras de todos. grupos interesados.
Palabras clave: Educación ambiental; No formal; Organizaciones no gubernamentales; Prácticas educativas.

1. Introdução

Atualmente vivencia-se um problema mundial conhecido como globalização, segundo Milton Santos (2000, p. 12) “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Esse processo, é pautado em uma globalização para o neoliberalismo, desta forma, visando números e ignorando a qualidade de vida, pois, conforme o autor apresenta, existem três tipos de globalização: *a da fábula*, onde é fantasiado uma globalização para o avanço e desenvolvimento de todos igualmente; *da perversidade*: como ela realmente é, da desigualdade social e econômica, da degradação ambiental, uma vez que visa a produção infinita através de materiais naturais finitos e a *outra globalização*: uma outra possível.

Ainda sobre a globalização da perversidade, com o crescimento da desigualdade social e econômica, da degradação ambiental e por conseguintes de problemas socioambientais, surgem em contrapartida os debates em torno da Educação Ambiental. Visando a os problemas causados pelo crescimento da degradação ambiental, ressurtam eventos que foquem no debate acerca da temática, entre eles a conferência de Estocolmo que irá incentivar posteriormente no Brasil a Rio 92 ou Cúpula da Terra. Através da Rio 92 incentiva-se a criação do Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a Lei nº 9795 da Educação Ambiental e a inserção da temática de forma transversal no Plano Nacional Comum Curricular (PCN 's). Além da lei e planos, surge da Rio 91 a Agenda 21 que apresenta orientações por meio de objetivos aos países parceiros na busca por uma qualidade de vida voltada para a sustentabilidade ambiental.

No entanto, é importante salientar dois pontos, o primeiro de a Educação Ambiental não se coloca como a “salvação” dos problemas constituídos, o segundo de que é preciso contextualizar a EA, pois, a mesma possui uma história de descontextualização, levando a entender como ‘meio ambiente’. Assim a Educação Ambiental é um processo educativo, que se pauta sobre questões ambientais e sociais, logo, socioambientais (Loureiro, 2003). Ainda que, está EA trata-se de ações educativas como ferramenta para o enfrentamento das problemáticas citadas e não como solução final das mesmas.

Para entendermos melhor a concepção de Educação Ambiental e como ela chega no ponto de ferramenta para o enfrentamento de problemas oriundos da globalização para o neoliberalismo, é preciso delimitar sobre qual EA estamos falando. Pois, pela própria história de descontextualização da EA dificulta-se a compreensão do que é, qual o objetivo e como fazer Educação Ambiental. Logo, constituem diferentes tipos de EA, formadas por visões sociais e naturais distintas, através de conflitos e diálogos por longo período (Loureiro, 2004). Assim, a EA se dá por meio de algumas visões, Loureiro (2004; 2003) apresenta as visões como conservadoras e transformadoras. Uma EA conservadora se fundamenta na reprodução, um exemplo desse tipo de Educação Ambiental são atividades que não se aprofundam na raiz do problema. Um exemplo, são atividades que trabalhem acerca do tema do lixo, mas vagam somente acerca da reciclagem, não pensam o consumismo.

No que se refere a uma Educação Ambiental transformadora ou crítica (Loureiro, 2003), esta é pautada em uma dialética, na qual forma conteúdo teorizados permanentes. A EA transformadora se dá por meio da práxis social, buscando a construção de novos patamares. Todavia, Loureiro (2003) atenta de que não se trata da ingenuidade de acreditar que somos todos condicionados a determinadas problemáticas, pois é preciso compreender que os problemas nos quais vivenciamos hoje são constituídos pelas relações sociais, logo são históricos. Dito isto, a EA transformadora traz consigo a visão de que processos históricos nas relações e conflitos

A EA para transformação, é fundamentada na dialética, por meio da busca pela práxis social. Assim, a mesma compreende que as relações e os conflitos ambientais vivenciados são constituídos historicamente. Por serem constituídos historicamente é que essa transformação e busca por novos patamares sociais não são utópicos, uma vez que a construção da

sociedade vive em constante mudança (Loureiro, 2004). A EA para transformação busca através das singularidades e do diálogo a busca pela participação para que se possa por meio desta atingir o sentimento de pertença e assim a responsabilidade e cidadania.

Além das visões apresentadas por Loureiro, existem as conhecidas correntes da EA que são apresentadas por Sauvé (2005) nas quais tratam de vertentes que podem ou não conversar entre si, além disso, permeiam entre a concep o conservadora e transformadora da EA. Logo, atentando de que não existe uma EA única e reafirmando que apesar de não existir uma EA correta, existem nelas ideologias e objetivos sobre o tipo de sociedade que se espera, já que   formada por disputas de poderes e conflitos.

Por sua vez, a participa o por meio da intera o e da manifesta o dos diferentes interesses proporciona a cidadania. Pois, por meio dessa intera o os indivíduos podem compartilhar e dialogar acerca das necessidades reais que vivenciam e assim se articular para o enfrentamento das mesmas. Como espaços de participa o são vários os espaços onde essa acontece, todavia, se atentar que para uma mudança macrossocial   preciso que a mesma se d e em espaços públicos, como conselhos. Nesse ínterim as ONG se põem como um dos canais de diálogo entre a sociedade civil e espaços de poder público, principalmente por estas organiza es estarem dominando o campo da Educa o (Rodrigues; Loureiro, 2012) assim sendo capazes de proporcionar abertura do dialogo ente o Estado e sociedade civil e ainda para articular a es que visem mudanças.

Desta forma, entendo os problemas socioambientais e as origens do mesmo, compreendendo a EA como processo educativo, seu caráter transformador e as ONG como um canal para a participa o da sociedade civil em diferentes espaços e de articula o da mesma para o enfrentamento das problemáticas, chegamos a justificativa pela constru o desta Revisão Integrativa (RI). O trabalho motivou-se pela pesquisa intitulada como *Educa o Ambiental não formal e Organiza o não Governamental de cunho social: incentivo a a es futuras em comunidades do RS*, através da Funda o Universidade De Rio Grande (FURG) pelo Programa de Pós Gradua o em Educa o Ambiental (PPGEA). Assim, buscando compreender as práticas de EA pelas ONG.

Portanto tem se como tema as práticas de EA em ONG, logo a questão problema orientadora desta revisão   *Quais práticas em EA estão sendo desenvolvidas em OSC e ONG?* A hipótese   de que há nas ONG diferentes práticas em EA que permeiam entre conservadoras   crítica. Logo, delimitou-se como objetivo geral: Compreender como as OSC/ONG entendem/desenvolvem/praticam a EA. Por conseguinte, como objetivos específicos estão:

- Compreender como as ONG entendem a EA.
- Identificar os desafios na prática em EA nas ONG.
- Identificar necessidades que incentivam as práticas de EA em ONG.
- Apontar as contribui es que práticas em EA ofertam para o público e ONG.

Posto as considera es iniciais, a seguir será apresentada a metodologia realizada durante a pesquisa bem como os resultados e as discussões acerca dos mesmos.

2. Metodologia

2.1 Tipo de estudo

Conforme mencionado, optou-se por uma revisão sistemática partindo do modelo integrativo. Para dar início a metodologia desta RI levamos em considera o as orienta es de Whittemore e Knafl (2005) Botelho, Cunha e Macedo (2011) e Crossetti (2012). Além de ressaltar a importância de uma RI, uma vez que a mesma permite ao pesquisador conhecer o que já fora produzido acerca de sua pesquisa e ainda por meio da mesma permite também a gera o de novos conhecimentos (Whittemore; Knafl. 2005 e Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Os autores também abordam a importância da rigidez

metodológica para que a RI tenha sua validação científica e que não se perca nenhuma informação, obtendo o maior número de produções sobre a temática possível. Para isso, ambos trazem etapas que podem auxiliar o pesquisador no processo de construção de sua revisão, assim, apresentadas no tópico a seguir.

2.2 Etapas da revisão integrativa

São as etapas abordadas pelos autores: estágio de identificação do problema (momento em que se identifica o tema, questão problema, estratégias de busca como descritores, critérios de inclusão e exclusão e bases de procura); Estágio de pesquisa de literatura (ensejo em que se inicia a exploração de produção nas bases de busca por meio dos critérios postos e se faz a pré seleção através da leitura de títulos, palavras chaves e resumos); Estágio de avaliação de dados (Avaliação das produções selecionadas por meio da leitura na íntegra e categorização dos mesmos); Estágio de análise de dados (feita a categorização passa-se a fazer a análise dos conteúdos). Conforme Botelho, Cunha e Macedo (2011) a análise tende a ser narrativa nesse tipo de revisão. Por fim, o estágio de apresentação de dados no qual se trata da elaboração de um documento a ser apresentado ou publicado com os resultados e discussão da busca.

2.3 Etapas iniciais

Tendo as orientações dos aportes teóricos bases deste estudo passou-se ao estágio primeiro, pensando o tema, a questão orientadora do processo, os objetivos e os critérios de busca, conforme mencionados anteriormente. Assim, levando em consideração os temas e objetivos colocados neste trabalho, tem-se como descritores: seguir: Educação Ambiental e Organizações não Governamentais; Educação Ambiental e Organizações da Sociedade Civil; Práticas de Educação Ambiental e Espaços não formais. O primeiro e o segundo descritor foram postos pensando que algumas organizações necessitam de cnpj para se tornarem não governamentais, todavia há muitas organizações sem o documento que também atuam neste segmento, sendo nominadas como as Organizações de Sociedade Civil. Logo para se obter o máximo possível de informações foram postos os dois conceitos. Também, salientamos que está se tratou de uma delimitação inicial, assim através da fase de exploração em uma pré busca de material, foi identificado o descritor “práticas educacionais” como uma ferramenta importante nesta busca, sendo assim incluído neste grupo.

No que se refere aos critérios de inclusão, foi levado em consideração o ano em que a Educação Ambiental tornou-se lei e assim delimitando como espaços possíveis de suas práticas os formais e não formais de educação. Também foram levados em consideração o ano em que as ONG se institucionalizaram e passaram a ser também espaços educativos (Fernandes, 1994). Além disso, foram considerados a nossa língua materna, tendo o português e a região geográfica onde a Universidade em que realizamos nossas pesquisas se posiciona e o país de origem da pesquisa (ao Sul do país, próximo ao Uruguai e como país próximo a Argentina) optando pelo Espanhol e a língua universal. Dessa maneira, se pôs como critérios de inclusão: Trabalhos publicados a partir de 1999; Trabalhos em Português); Espanhol; Inglês e periódicos revisados por pares.

Em relação aos critérios de exclusão, estão: trabalhos que não abordam EA em ONG e/ou OSC; não tenham descrito práticas de Educação Ambiental em ONGS/OSC em seus títulos, e/ou resumos; trabalhos com acesso limitado ao texto integral. Logo, para a busca foram selecionadas as bases: Institute Of Education Sciences (ERIC); Scientific Eletronic Library Online (SCIELO); Publicação Online de Educação e Metodologia (EDUC@) e Directory Of Open Access Journal (DOAJ). Feitas estas primeiras etapas, passamos para o estágio de busca de literatura, conforme o próximo tópico.

2.4 Estágio de pesquisa de literatura

Este tópico tem como objetivo apresentar o processo de seleção do estudo, logo, será posto detalhamento das buscas e seus processos. Antes de dar início a este estágio foram feitas algumas buscas exploratórias com o intuito de testar os critérios de busca e descritores. Durante a fase exploratória foram identificadas as necessidades do uso de filtros em algumas das plataformas. Assim, com o intuito de manter um padrão nas buscas e garantir a elegibilidade do estudo, os filtros incluídos nas buscas serão descritos. A seguir, será apresentado uma breve descrição de como foram feitas as procuras nas plataformas.

Iniciou-se as buscas por meio da base ERIC com os descritores (*educação ambiental*) AND (*organização não governamental*), no entanto, não foram apresentados resultados, tendo isso em vista foi feita novamente a busca mas com os descritores em inglês. Em seguida, ao utilizar (*Environmental education*) AND (*Practice*) AND (*Non-governmental organization*) e com o filtro de revisado por pares surgem 10.188 resultados. Tendo o número elevado de resultados, buscou-se com o intuito de delimitar a busca dentro do tema, acrescentar os seguintes filtros: *educação ambiental* e *práticas educacionais*. Posto os filtros, tem-se como resultado 284 trabalhos. Delimitada a busca, seguiu-se para seleção prévia dos trabalhos através da leitura dos títulos, palavras chaves e/ou descritores e resumo.

Após a seleção dos trabalhos, seguiu-se a busca na ERIC, uma vez que ainda não haviam sido esgotadas as possibilidades por meio dos descritores. Assim, a próxima busca deu-se pelos descritores (*Práticas de educação ambiental*) AND (*espaço não formal*) no qual apresentou 1 resultado. Novamente optou-se então pela busca em inglês. Todavia, a busca apresentou 16.951 resultados então acrescentou-se o restante dos descritores, ficando (*Environmental education*) AND (*practices*) AND (*non-formal space*) AND (*civil society organization*) utilizando-se o filtro Educação Ambiental, obtendo o resultado de 54 trabalhos. Assim, feita a análise dos resultados e esgotada os descritores passei para a base de dados seguinte.

Seguindo para a próxima base, a busca se deu pela plataforma SCIELO. A primeira busca foi feita pelos descritores (*educação ambiental*) AND (*organização não governamental*), sem filtros, resultando somente em 1 trabalho, no qual foi selecionado por atender os critérios e estar dentro do tema. Entretanto foi feita uma segunda tentativa utilizando (*educação ambiental*) AND (*organização da sociedade civil*) mas não houve resultados para a busca. Assim, optou-se por utilizar a sigla de Organização Não Governamental, ficando (*educação ambiental*) AND (*ONG*), no qual apresentou 6 resultados. Seguindo a procura, utilizou-se os descritores (*práticas de educação ambiental*) AND (*não formal*) resultando em 8 trabalhos. Esgotadas as possibilidades na língua portuguesa, realizou-se a busca na língua inglesa com os mesmos descritores utilizados na ERIC: (*Environmental education*) AND (*Practice*) AND (*Non-governmental organization*). Todavia não houve resultados, então 'jogou-se' com os descritores e suas posições e o mesmo ocorreu, desta forma finalizando a busca na plataforma SCIELO.

Dando continuidade, para a busca na plataforma Educ@ iniciou-se com os descritores (*Educação Ambiental*) AND (*Organização Não Governamental*) obtendo 1 resultado. Tendo o baixo resultado, foi feita uma procura com os mesmos descritores em inglês e espanhol, no entanto não houve resultados. Por conseguinte, foram utilizados (*Educação Ambiental*) AND (*Organização da Sociedade Civil*) também nas três línguas e não houveram resultados. Logo, visualizando os descritores utilizados por outros trabalhos já selecionados, busquei então o teste com (*Educação*) AND (*ONG*), uma vez que, a plataforma identifica palavras separadas e não frases, assim tendo 31 resultados. Os resultados foram incluídos na análise, pois, houveram selecionados dentro dos critérios de inclusão, finalizando a busca na plataforma.

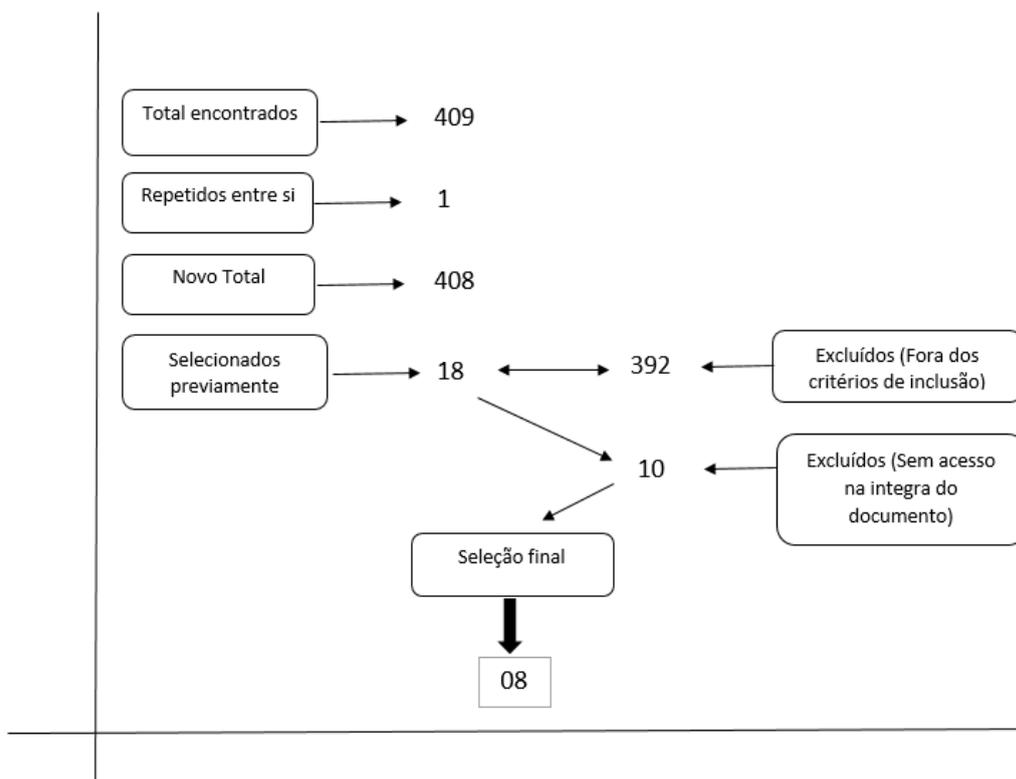
Encaminhando-se para a última plataforma selecionada, a busca feita na base de dados da DOAJ iniciou-se pelos descritores (*Educação Ambiental*) AND (*Organização Não Governamental*) tendo um resultado de 6 trabalhos. Todavia, nenhum dos trabalhos abordavam a EA em ONG ou práticas de EA em ONG, logo foi modificado para a língua inglesa, encontrando 22 trabalhos. Também foi feita uma busca dos mesmos descritores em espanhol, entretanto houveram somente dois resultados nos quais não condizem com a temática. Por fim, foi feita a busca com os descritores (*Práticas em Educação*

Ambiental) AND (Não formal) não tendo nenhum resultado, assim finalizando a busca na base. Findada a busca pela literatura, passou-se então para a organização dos dados coletados, conforme apresentados a seguir.

3. Estágio de Avaliação dos Dados

Neste estágio é feita a leitura na íntegra e seleção final dos artigos para a análise (Wittemore; Knafl, 2005). Portanto, após a busca nas bases de pesquisa foram encontrados ao total 409 trabalhos. Destes, foi feita uma seleção prévia partindo da leitura de títulos, palavras chaves e/ou descritores e resumos, todos levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão. Após a seleção prévia dos artigos foi dada a continuidade através da leitura na íntegra dos documentos selecionados. Neste momento, houve dificuldades para a continuidade na leitura de alguns documentos selecionados, pois, os mesmos se tratavam de documentos privados, onde havia o acesso ao resumo, porém não ao texto na íntegra. Antes de se fazer o descarte dos textos foram enviados e-mails aos autores dos mesmos solicitando, se possível, o documento, todavia não houve retornos. Para fins de organização e melhor visualização dos dados obtidos segue abaixo o barema dos resultados.

Barema: Resultados da busca.



Fonte: Autores.

Conforme o gráfico de fluxo ou barema, foram selecionados previamente 18 trabalhos e excluídos 392, as exclusões de deram por não atender os critérios de inclusão. Além disso, a maioria dos trabalhos estavam fora do tema, pois não abordam a Educação Ambiental em ONG ou OSC, assim, justificando a exclusão dos trabalhos. Conforme anteriormente pontuado e apresentado no gráfico, houveram trabalhos que foram selecionados previamente, mas, posteriormente durante a seleção final não puderam ser acessados na íntegra lavando a exclusão dos mesmos. Deste modo, restando para a análise desta revisão 8 artigos, abaixo segue o quadro com mais detalhes dos documentos analisados.

Quadro 1. Trabalhos selecionados e analisados.

Título	Autores	Ano de publicação	Tipo de pesquisa/metodologia
Inovação em educação ambiental na cidade e na floresta: o caso Oela	Elie Ghanem.	2013	Estudo de caso
O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano	Luciane Germano Goldberg; Maria Angela Mattar Yunes; José Vicente de Freitas;	2005	Reflexão sobre práticas
The contribution of NGO in environmental: an avaluation of stakeholders perception	Virginia Tristão; José Tristão.	2016	Reflexão de práticas de EA em ONG através do método prospectivo Delphi.
"Lugar do lixo é no lixo": estudo de assimilação da informação	Carla Tavares. Isa; Maria Freire;	2003	Análise de depoimentos e práticas
Educação ambiental no Rincão Gaia: pelas trilhas da saúde e da religiosidade numa paisagem ecológica	Carlos Alberto Steil; Isabel Cristina de Moura Carvalho; Erica Onzi Pastori;	2010	Etnografia fenomenológica
A crise socioambiental e a atuação de ONGs ambientalistas no campo educacional	Jéssica do Nascimento Rodrigues; Carlos Frederico Bernardo Loureiro;	2021	Reflexão sobre EA em ONG 's.
Despertando os sentidos da educação ambiental	José Matarezi.	2006	Apresentação de resultados de práticas
Organizações não governamentais ambientais regionais: entre resistência e a utopia, algumas reflexões	Jussara da Silva Tavares; Vera Lucia S. Botta Ferrante;	2015	Pesquisa direta junto à ONG e revisão bibliográfica.

Fonte: Autores.

Por fim, feita a seleção e a relação dos trabalhos iniciou-se a fase de elaboração das categorias para análise. Para elaborar a categorização foram buscados alguns aportes teóricos que auxiliassem nesse processo. Assim, conforme Meirelles, Cendón e Almeida (2016) a categorização precisa seguir alguns passos, pensando nisso foram postos alguns critérios para organizar as categorias, são eles: não haver na mesma categoria mais de um critério (cuidar para não haver subtópicos excessivos); as categorias devem abranger todos os documentos a serem analisados; a classificação deve excluir mutuamente, sendo bem delineadas para evitar confusão no momento da análise; por fim, o cuidado com a quantidade de categorias, não há uma regra quanto a isso, todavia o autor orienta para o cuidado para ser objetivo. Deste modo, pautando-se nessas orientações as categorias foram pautadas a partir da leitura e fichamento dos trabalhos e objetivo da RI. Logo, são: 1. Compreensão da Educação Ambiental; 2. Práticas desenvolvidas; 3. Desafios das práticas; 4. Incentivos que levam às práticas; 5; Contribuições da Educação Ambiental para as ONG; Determinadas as categorias seguem-se para o estágio de análise dos dados.

4. Estágio de Análise dos Dados

Esta fase compõe a análise dos dados obtidos para organização dos resultados, *análoga à análise dos dados das pesquisas convencionais, esta fase demanda uma abordagem organizada para ponderar o rigor e as características de cada estudo* (Souza, Silva, Carvalho, 2010, p. 104). Nesse sentido, conforme também orientado pelos autores Souza, Silva e Carvalho (2010) foram realizadas categorizações e por conseguinte uma análise por evidências. Todavia, por se tratar de uma

revisão sobre as práticas, as evidências analisadas foram sobre os tipos de cada prática realizada e a compreensão da EA pelas ONG.

Desta forma, os dados das pesquisas selecionadas foram organizados pelas categorias. Assim fez-se a redução dos dados através das divisões das informações em grupos. O objetivo desta redução foi simplificar a leitura dos dados, assim as categorizações foram feitas através de diferentes elementos como: práticas identificadas nos estudos; desafios das práticas citadas; incentivos que levam as práticas de EA nas ONG; contribuições das práticas de EA para as ONG e as pessoas que participam delas; por fim, as vertentes da EA que os estudos apresentam. Crossetti (2012) orienta que as apresentações das análises nesse tipo de estudo tendem a ser narrativas, assim, feita a categorização e organização dos dados através da redução por grupos, iniciou-se a escrita narrativa dos resultados e discussões, conforme apresentados a seguir.

5. Aspectos Éticos

Não foi necessário a submissão ao comitê de ética, uma vez que, conforme a resolução nº 510, 2016, é solicitado que a pesquisa utilize de acesso ou consulta ao público (pessoas) e por se tratar de uma revisão integrativa de literatura a mesma não encaixa no grupo solicitado.

6. Resultados e Discussão

6.1 Compreensão da Educação Ambiental

Conforme visto anteriormente sobre o que é Educação Ambiental, sabe-se que a mesma apresenta-se no geral por meio de duas facetas, como conservador ou comportamentalista e emancipatório, crítico ou transformador (Loureiro, 2004). Dentro dessas faces, há outras possíveis classificações, conhecidas como correntes da EA nas quais permeiam entre a conservadora e a transformadora. Desta forma, buscou-se durante a análise dos entender a compreensão das ONG sobre a EA. Ou seja, por meio de qual corrente de EA a ONG atua.

Para realizar esta análise, utilizou-se como fundamentação teórica de Sauvé (2005), em seu texto sobre cartografias da Educa o Ambiental a autora busca apresentar algumas das correntes da EA. Embora estas se apresentem separadamente,   importante lembrar que, conforme a mesma descreve, não   intuito delimitar uma EA certa ou fragmentar essa ciência da EA, pois sabe-se que   possível a prática de uma ou mais correntes na mesma a o. Todavia, o texto serve para compreender os objetivos de determinadas práticas e a concep o de EA que institui es e educadores têm em suas atividades, assim, justificando a escolha pelo texto para essa análise.

Dando continuidade, durante a leitura dos textos pode-se perceber que as ONG possuem múltiplos direcionamentos, como ONG de cunho social ou diretamente voltadas   questão ambiental. No entanto, mesmo com direcionamentos distintos, todas realizam atividades de EA. Por meio das atividades e dos objetivos das mesmas, percebeu-se que parte das práticas são voltadas a uma EA que vise a sensibiliza o do ser humano em rela o ao ambiente em que vive. Nesse sentido, também são realizadas diversas práticas que visem o holismo, a rela o ser humano x ambiente (planeta terra) x outros seres vivos (Steil, Carvalho e Pastori, 2010) e a rela o ecológica, na qual se refere ao sentimento do indivíduo com o espaço e a a o sob ele. Conforme Goldoberg, Yunes e Freitas (2005, p. 99) descreve, *a questão ecológica reside também nas rela es dos indivíduos a partir da habita o destes ambientes e nas dinâmicas intera es entre os mais variados espaços mentais, sociais e geográficos.*

Através dessas ideias, percebe-se que a concep o da EA se d  por meio das correntes naturalista, humanista e holística. Pois, conforme Sauvé, em rela o a corrente naturalista, está está pautada na "li o de coisas" ou aprendizagem por imersão, ainda que *"a corrente naturalista pode ser associada mais especificamente ao movimento de "educa o para o meio*

natural” (nature education) e a certas proposições de “educação ao ar livre” (outdoor education)” (Sauvé; 2005, p. 19).

Sobre a corrente humanista,

Esta corrente dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente, construído no cruzamento da natureza e da cultura. O ambiente não é somente apreendido como um conjunto de elementos biofísicos, que basta ser abordado com objetividade e rigor para ser melhor compreendido, para interagir melhor. (Sauvé; 2005, p. 19)

Por fim, a holística,

A corrente holística não associa proposições necessariamente homogêneas, como é o caso das outras correntes. Algumas proposições, por exemplo, estão mais centradas em preocupações de tipo psicopedagógico (apontando para o desenvolvimento global da pessoa em relação ao seu meio ambiente); outras estão ancoradas numa verdadeira cosmologia (ou visão do mundo) em que todos os seres estão relacionados entre si, o que leva a um conhecimento “orgânico” do mundo e a um atuar participativo em e com o ambiente (Sauvé; 2005, p. 27).

Percebe-se que as correntes apesar de distintas têm semelhanças, uma vez que todas se referem ao sentimento do indivíduo com determinado espaço em que está inserido seja local ou planetário. Além disso, são semelhantes às suas práticas que tendem a partir da observação e/ou experiência, como na corrente naturalista onde parte de uma aprendizagem por imersão. Em seguida, há outras correntes da EA identificadas nas ONG através de atividades que visem uma EA para o manejo sustentável e de intervenção prática (Ghanem, 2013) além de emancipatória, transformadora e crítica (Matarezi, 2006; Tavares; Freire; 2003) e uma EA que busque a transformação por meio da participação dos indivíduos (Tavares; Ferrante; 2008).

Desta forma, identifica-se também a corrente práxica, na qual segundo Sauvé (2005, p. 41) busca “*Aprender em, para e pela ação*”. *Desenvolver competências de reflexão*”. Da eco educação, na qual busca “*experimentar o meio ambiente para experimentar-se e formar-se em e pelo meio ambiente. Construir sua relação com o mundo, com outros seres que não sejam humanos*” (p.41). Por fim, a corrente crítica, que busca “*desconstruir as realidades socioambientais visando a transformar o que causa problemas*” (p. 41). Para aprofundar a compreensão sobre essas correntes e que tipo de práticas correspondem às mesmas, no subtópico a seguir será feita uma breve descrição das práticas em EA que estão sendo realizadas pelas ONG.

6.2 Práticas de EA desenvolvidas pelas ONG

Conforme posto, este item irá abordar quais as práticas de EA estão sendo desenvolvidas pelas ONG, auxiliando também no aprofundamento sobre a compreensão de EA trazida pela ONG. Para isso será feito algumas descrições das práticas relacionadas com as correntes discutidas anteriormente. Assim, dando início, entre as atividades desenvolvidas que se relacionam com as correntes humanista, naturalista e holística estão: atividades de desenho com crianças, pois, segundo os autores, por meio de desenhos é possível interpretar a relação da criança com o lugar em que habita, por meio de símbolos que revelam conceitos. Além disso, esse tipo de prática visa uma EA que desenvolve a percepção do ambiente que o ser humano vive através da sensibilidade (Goldberg; Yune; Freitas, 2005).

Seguindo, também permeiam essas correntes trilhas interpretativas, oficinas, hortas pedagógicas, cursos de formação, nos quais tem como desafios, “*conscientizar a sociedade sobre os riscos socioambientais que gera, possibilitando mudanças de comportamento na sua relação com a natureza*” (Tristão, Tristão, 2016). Ressalta que conforme Sauvé (2005), esse tipo de corrente tende a praticar atividades de imersão, logo as trilhas interpretativas se encaixam nessa perspectiva, uma vez que os autores Stel, Carvalho e Pastori (2010) apresentam as atividades da ONG GAIA por meio de uma imersão que visam uma

experiência sensorial. Além da trilha trazida pelos dois trabalhos, ambos apresentam também cursos nos quais vão de ervas ao aperfeiçoamento para produção e consumo de alimentos agroecológicos.

Nas atividades voltadas para correntes prático, eco educativa e crítica, estão: atividades de luther, na qual se trata de uma ONG na Amazônia uma vez que identificada a vulnerabilidade social das pessoas que residem no local e o número de madeiras que não tinham finalidades resultando no projeto do caso OELA. Esta atividade surge de demandas da população construída juntamente com o coletivo, a proposta é a transformação das realidades e proporcionar atividades com os recursos disponíveis, além disso se tornou uma opção para que as pessoas que vivem na região não precisem buscar emprego em outro lugar (tendo em vista as vulnerabilidades) e possam ao mesmo tempo cuidar do espaço que vivem.

Outra atividade nessas correntes está projetos como a *recicloteca*, a atividade é composta por oficinas destinada a todos os públicos com horários agendados (frequentemente visitado por escolas). O projeto surgiu da necessidade de trabalhar o tema do lixo, uma vez que se percebia na cidade do Rio De Janeiro (localização da ONG) um grande volume de lixo nas ruas. Durante a análise foi posta relacionada a atividade com as correntes porque o autor menciona, que a ONG tem como objetivo desse projeto não somente levar a informação, mas proporcionar um ressignificado ao tema, ainda de que é preciso decodificar e para então chegar a conscientização. Além disso, os autores complementam que a ONG entende essa tomada de conscientização como a chave inicial para uma real transformação de valores e então de realidades. Logo, a atividade, que poderia também ser relacionada com recursista/ conservacionista (Sauvé,2005) põe-se aqui como prático e/ou crítica.

Por fim, outras atividades dentro dessas vertentes da EA estão ações que visam a participação da sociedade civil em espaços de tomadas de decisões de políticas públicas como conselhos. As ONG proporcionam atividades que articulam a sociedade civil e por vezes as representam em determinados espaços como os conselhos, através dessas ações possibilitam a participação dos indivíduos além da reivindicação de políticas públicas que atendam necessidades reais. Através dessa participação é garantido os direitos sociais e ambientais dos cidadãos. Tavares e Ferrante (2010, p. 13) reafirmam,

Neste sentido, a sociedade civil tem se articulado, participado em conselhos, comitês, fóruns locais, globais e demais instâncias, expressão da efetivação da democracia participativa, de forma individual ou organizada em ONGs, as quais apresentam maiores iniciativas de articulação e, ao mesmo tempo, de ampliação da abrangência de suas ações, podendo influir nos espaços político-administrativos estabelecidos, na proposta de políticas públicas que garantam os direitos dos cidadãos.

Desta forma, percebe-se que as ONG atuam em diversas correntes da EA por meio de diferentes práticas, desde a sensibilização em relação ao sentimento do indivíduo com o espaço em que vive, a relação com o meio ambiente e outros seres, a mudança de atitudes e valores e a reivindicação de direitos junto ao Estado. Finalizando este subtópico, compreende-se por quais vertentes da EA as ONG caminham e quais as práticas da EA estão sendo feitas em seus espaços. No entanto, durante as leituras, percebeu-se que as atividades surgiram por meio de necessidades locais, regionais e até nacionais e mundiais. Além disso, também foram ao longo das descrições percebidos que a implementação e desenvolvimento das atividades perpassam por muitos desafios, pensando nisso, fez se um levantamento desses desafios e incentivos para que outras ONG, estudantes e pesquisadores possam ponderar e se preparar através desta RI quando planejar atividades semelhantes ou fazer os estudos acerca do tema.

6.2.1 Práticas de EA em ONG: Desafios e incentivos

Eventualmente, através das leituras e anotações percebe-se que os desafios também são os incentivos das práticas de EA nas ONG. Pois, em suma, a maior parte das atividades são incentivadas pela degradação ambiental, onde, frente a problemática, as ONG se põem como um lugar de ação da EA para o enfrentamento da mesma. As atividades visam a articulação e participação da sociedade civil para enfrentamento de determinadas problemáticas. Além disso, são mencionados

nos textos a falta de políticas públicas em relação a questões socioambientais como o acesso ao saneamento básico e algumas das consequências da globalização (como crescimento capital em detrimento da qualidade de vida, desemprego, fome, e problemas ambientais como queimadas, desmatamento e outros) (Tristão, Tristão, 2016).

Os desafios das práticas se relacionam com os incentivos as mesmas, pois,

A baixa articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos na promoção do pensamento ambientalista (órgãos públicos, associações de base, ONGs, sindicatos) acarreta uma pulverização e fragmentação de iniciativas e não contribui para a materialização de intervenções sistematizadas e positivas, influenciadoras e formadoras, não só de opinião pública, mas de ações transformadoras. (Tavares; Frerrante, 2008 p. 14)

Logo, se o que incentiva as ONG é a promoção da participação do indivíduo ao coletivo como forma de articulação seja para o repensar ações, sensibilização referente ao modo de se relacionar com o espaço e o outro ou para reivindicar direitos, ou repensar a cultura, este também é o seu desafio. Todavia, apesar do impasse apresentado, a EA é para a ONG o que a ONG é para EA, um espaço ou ferramenta para que sejam alcançados os objetivos, a seguir será melhor discorrido acerca desse parecer.

6.2.2 Contribuições da Educação Ambiental para as ONG

Conforme observou-se durante a análise, é nítido o quanto a ONG é um espaço possível para a prática de EA em suas diferentes vertentes por meio de diversas ações. Compreende-se também de que as ONG já estão inseridas em determinados espaços e portanto têm um vínculo com as pessoas que residem ao seu redor. Entretanto, apesar da relação existente, percebe-se como desafios a articulação e participação da sociedade civil, órgão de poder público e mercado nos projetos e ações. Em contrapartida, também é possível visualizar que as atividades de EA nesses espaços proporcionam um fortalecimento de vínculo entre as ONG e os participantes e usuários.

Para exemplificar, no caso da ONG OELA, a atividade em EA transformou a ONG e auxiliou que jovens tivessem uma atividade que fortaleça seus vínculos e auxiliassem no seu sustento e cuidado com o meio ambiente (Ghanem, 2013). Nesse mesmo sentido, Tristão e Tristão, (2016, p:48) complementam que a EA se coloca como uma proposta de transformação social não somente das relações mas das realidade, pois,

A educação ambiental não formal praticada pelas organizações do terceiro setor apresenta- -se como uma nova proposta pedagógica voltada para a mudança de hábitos, atitudes e práticas sociais que indiquem uma solução para o quadro de degradação socioambiental que aflige o mundo contemporâneo.

Logo, pode-se dizer que a EA também é um espaço para a ONG buscar a articulação e participação das pessoas, pois, as atividades possuem potencial para ir além do “chamar atenção” mas de problematização e transformação social. A Educação Ambiental tem assim sua dimensão epistemológica para a produção de conhecimento, dessa produção a reflexão e o potencial de criticidade. Logo, por meio de suas ações é possível a transformação.

Loureiro (2015) traz o questionamento sobre o porquê e de que a EA seria ou pode se tornar crítica, segundo o autor, sua característica básica é colocar racionalmente sob questão toda verdade socialmente apresentada, afirmada e legitimada e refutar todo e qualquer pensamento que dissocia sociedade de natureza. Nesse sentido, as atividades apresentadas pelos trabalhos que trazem a EA nas ONG apresentam essas condições conforme o exemplo da OELA, portanto a Educação Ambiental nesses espaços tem uma contribuição positiva em auxiliar a reflexão sobre o pertencimento do ser humano e a sua não dissociação com o espaço em que vive.

Em complemento a esse deslumbramento, Toledo, Giati e Jacobi (2014, p. 633) refletem a problemática como uma questão que envolve temas físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Assim, as ações de intervenção por meio da EA

em ONG podem se dar através de diversas áreas de propostas, abrangendo desta forma as oficinas, os cursos, as trilhas e outros. Desta forma, mesmo que a ação não vise uma transformação ou criticidade pode contribuir em outro aspecto, desde a economia de quem se encontra em vulnerabilidade econômica à qualidade de vida das pessoas que participam das atividades.

7. Conclusão

Infere-se que são diversas as práticas de Educação Ambiental realizadas pelas ONG. Dentre as práticas mais citadas estão a promoção de eventos e oficinas que proporcionem a informação. Utilizando-se dos fundamentos teóricos, Loureiro (2003) traz a informação como um dos meios de instigar a participação da sociedade civil, em consonância as práticas que partem da informação segundo os trabalhos analisados também visam a participação e ressignificação dos sentidos. Outras práticas comumente utilizadas nas ONG estão os minicursos ou cursos de aperfeiçoamento, estes também tem em seu caráter a participação e informação, no entanto, soma-se às propostas o fomento a uma atividade que auxilie no desenvolvimento econômico de determinada região ou grupo. Por fim, também são abordadas pelas ONG as trilhas que tem em seu cerne a ressignificação e sensibilização em relação ao homem x natureza x ambiente.

Desse modo, considerando as atividades e as fundamentações acerca da EA, pode-se concluir que dentre as práticas de EA ofertadas pelas ONG permeiam diferentes correntes. Conclui-se assim que há potencialidade das ONG como espaços para a Educação Ambiental, bem como, a Educação Ambiental como ferramenta para o fortalecimento dos grupos e articulação dos mesmos para o enfrentamento de problemáticas socioambientais. Desta forma, partindo deste trabalho, orienta-se que profissionais da área da EA e das ONG se articulem para buscar por meio de diferentes ações que refletem o social e ambiente, produzir EA em conjunto com a comunidade civil. Dentre as atividades desencadeadoras do processo, indicamos então as que foram apresentadas e obtiveram resultados positivos como trilhas, atividades que abrangem produção para o sustento das famílias, atividades que englobem a arte como danças, pinturas, observações e outros. Ainda, orientamos por meio desse trabalho, que essas não sejam “a atividade de Educação Ambiental” mas que possam ser uma abertura para se fazer a Educação Ambiental, ou seja, que a partir destas possam coletivamente pensar outras ações.

Referências

- Crossetti, M. G. M. (2012) Revisão Integrativa de pesquisa na enfermagem o rigor científico que lhe é exigido. *Rev. Gaúcha Enferm.*33(2):8-9. Porto Alegre.
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. de A; & Macedo, M. (2011) O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão E Sociedade*, Belo Horizonte-MG.121-136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>
- Fernandes, R. C. (1994) *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. –
- Ghanem, E. (2013) Inovação em educação ambiental na cidade e na floresta: o caso Oela. *Cad. Pesqui.* 43 (150). <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000300014>
- Goldoberg, L.G., Yunes, M., A. M. & Freitas, J, V. (2005) O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano. *Psicol. Estud.* 10 (1). <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000100012>
- Loureiro, C. F. B. (2003) Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. *Ambiente & Educação*, 8(1), 37–54. <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897>
- Loureiro, C. F. B. (2004) Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *Gestão em Ação*, 7(1). <http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/FredericoLoureiro.pdf>
- Loureiro, C. F. B. (2015) Educação Ambiental e Epistemologia Crítica. Carlos Frederico B. Loureiro. *REMEA*. <https://doi.org/10.14295/remea.v3i2i2.5536>
- Matarezi, J. (2006) Despertando os sentidos da educação ambiental. *Educar*, (27), 181-199. Editora UFPR. <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n27/n27a12.pdf>
- Meirelles, M. R. G., Cendón, B. V. & Almeida, P. E. M. (2016) Comparação do processo de categorização de documentos utilizando palavras-chave e citações em um domínio de conhecimento restrito. *TransInformação*, 28(1):87-96. <https://www.scielo.br/j/tinf/a/k6xqTtL LCZ6TxxYwZbPxxLw/?format=pdf&lang=pt>
- Rodrigues, J. N., & Loureiro, C. F. B. A (2012) crise socioambiental e a atuação de ONGs ambientalistas no campo educacional. *Linhas Críticas*, 18(36), 379–394. <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v18n36/v18n36a09.pdf>

Sauvé, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Artmed, 2005. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586522/mod_resource/content/1/sauve%20correntes%20EA.pdf

Santos, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Milton Santos, Record- 2000.

Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer *Einstein*. 2010; 8(1 Pt 1). <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>

Steil, C. A., Carvalho, I. C. M., & Pastori, E. O. Educação ambiental no Rincão Gaia: pelas trilhas da saúde e da religiosidade numa paisagem ecológica. *Educação*, 33(1), 54-64. <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v33n01/v33n01a06.pdf>

Tavares, C., & Freire, I. M. "Lugar do lixo é no lixo": estudo de assimilação da informação. *Ci. Inf.*, 32(2), 125-135, <https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000200013>

Tavares, J. S., & Ferrante, V. L. S. Organizações Não Governamentais Ambientais Regionais: entre a resistência e a utopia, algumas reflexões. Jussara da Silva Tavares. Vera Lucia S. Botta Ferrante. *Revista UNIARA*, 2008. <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2007.v11i2.175>

Toledo, R. F., Giatti, L. L., & Jacobi, R. P. A pesquisa-ação em estudos interdisciplinares: análise de critérios que só a prática pode revelar. *Comunicação, Saúde e Educação - Interface (Botocatu)* 18(51):633-46. 2014. 10.1590/1807-57622014.0026

Tristão, V. T. V., & Tristão, J. A. M. The contribution NGOs of environmental education: and avaluation the stakeholders perception. *Ambient. soc.* 19 (03) • Jul-Sep 2016 • <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC132656V1932016>

Wittemore, R., & Knalfl, K. Methodological issues in nursing research the integrative review: update methodology. *Journal Of Advanced Nursing*. 52(5), 546-553. 02/2005.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação Ambiental não formal e Organização não Governamental de cunho social: incentivo para ações socioambientais futuras

Pesquisador: STEPHANIE ASSIS

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 43802321.5.0000.5324

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.665.732

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "avaliação dos Riscos de Benefícios" foram retiradas do arquivo de Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1710058.pdf, gerado em 19/04/2021) e/ou do Projeto Detalhado.

A proposta de projeto apresentada será desenvolvida em uma organização não governamental da cidade de Pelotas/RS, a organização atua em dois pontos da cidade sendo eles, o bairro Ceval e a Colônia Z3. Portanto, a proposta visa atender os dois grupos. O projeto tem como tema a identificação da Educação Ambiental em organizações não governamentais de cunho social como espaços não formais: um possível caminho para transformação de valores e atitudes frente a problemas socioambientais. No que se refere ao objetivo geral do projeto está a identificação de atividades que apresentam correntes de Educação Ambiental em Organizações não Governamentais de cunho social e incentivar atividades futuras dentro desta temática. O estudo conta com uma abordagem qualitativa e uma proposta metodológica participante. Como instrumento de pesquisa foi selecionado a análise documental e entrevistas semiestruturadas individuais. A avaliação de dados será através da interpretação dos diferentes processos desenvolvidos ao longo da pesquisa incluindo as ações e concepções dos participantes às atividades desenvolvidas pela organização. As divulgações se darão por meio de arquivos em PDF e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG



Continuação do Parecer: 4.665.732

impressos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar aspectos da EA presentes no desenvolvimento das atividades da ONG junto à comunidade

Objetivo Secundário:

1. Identificar atividades que permeiem a EA em atividades de ONG. 2. Identificar as relações entre a ONG e comunidade atendida de forma que auxilie a pensar formas de fortalecimento de vínculos futuros. 3. Identificar a compreensão das comunidades atendidas pela ONG e da ONG acerca das problemáticas socioambientais que os cercam. 4. Incentivar a emancipação dos partícipes para elaboração de atividades que reflitam suas reais necessidades através do desenvolvimento do projeto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Riscos mínimos como desconforto.

Benefícios:

a pesquisa trará benefícios como auxiliar no trabalho da organização não governamental para o crescimento dos projetos e deste modo melhorando a condição de vida dos que são atendidos por estes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional, unicêntrico. Caráter acadêmico, realizado para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Número de participantes previsto: 20

Data de início: 28/02/2021

Data de fim: 28/08/2021

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente nº 4.657.441 emitido pelo CEP em 19/04/2021.

Continuação do Parecer: 4.665.732

1. O título do projeto no arquivo PROJETO_ATENDENDOPENDENCIAS_STEPHANIE.pdf, gerado em 06/04/2021, consta: "Educação Ambiental não formal e Organização não Governamental de cunho social: incentivo a ações futuras em comunidades do RS". E na página 64, Apêndice 1, consta o seguinte texto: "...estou realizando esta pesquisa intitulada Promoção da Educação Ambiental em organizações não governamentais: Um estudo de caso,..."

No arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1710058.pdf, gerado em 06/04/2021, no título do projeto consta: "Educação Ambiental não formal e Organização não Governamental de cunho social: incentivo para ações socioambientais futuras", e no arquivo TCLE_ATENDENDOPENDENCIAS_STEPHANIE.pdf, gerado em 06/04/2021, consta o título "Educação Ambiental não formal e Organização não Governamental de cunho social: incentivo a ações futuras em comunidades do RS".

Solicita-se uniformizar as informações constantes na plataforma que devem ser as mesmas do projeto, conforme Instrução Normativa No 06/2019, Art. 4o, parágrafo único.

RESPOSTA: Conforme solicitado consta na pagina 64 do documento intitulado como PROJETO_DETALHADO_ATENDENDOPENDENCIAS_STEPHANIE o TCLE destacado em amarelo com as devidas solicitações no titulo conforme abaixo:

ANÁLISE: atendida

2. O TCLE não deve estar assinado previamente a análise do CEP para o início das atividade propostas.

RESPOSTA: Novo TCLE submetido.

ANÁLISE: atendida

3. Solicita-se ajustar o cronograma de execução, pois consta que a Coleta de dados - Entrevistas semiestruturadas por telefone terá início em 15/04/2021.

RESPOSTA: Consta na pagina 60, item 8 o novo cronograma, destacado em amarelo, conforme abaixo

ANÁLISE: atendida



Continuação do Parecer: 4.665.732

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d. O modelo encontra-se disponível no site do CEP-FURG (<https://proresp.furg.br/pt/comites/cep-furg>) e o seu prazo final é 10/10/2021.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1710058.pdf	19/04/2021 17:40:03		Aceito
Outros	RESPOSTA_PENDENCIAS_STEPHANIE.pdf	19/04/2021 17:39:38	STEPHANIE ASSIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ATENDENDOPENDENCIAS_STEPHANIE.pdf	19/04/2021 17:39:18	STEPHANIE ASSIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_ATENDENDOPENDENCIAS_STEPHANIE.pdf	19/04/2021 17:37:41	STEPHANIE ASSIS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_ATENDENDOPENDENCIAS_STEPHANIE.pdf	19/04/2021 17:27:25	STEPHANIE ASSIS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_STEPHANIE.pdf	28/02/2021 14:01:39	STEPHANIE ASSIS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_STEPHANIE.pdf	28/02/2021 10:12:20	STEPHANIE ASSIS	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Solicitacao_assinada_pelo_pesquisador_responsavel_stephanie.pdf	28/02/2021 10:11:06	STEPHANIE ASSIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_STEPHANIE.pdf	28/02/2021 10:04:29	STEPHANIE ASSIS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADOR_STEPHANIE.pdf	28/02/2021 10:03:06	STEPHANIE ASSIS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_INSTITUICAO_STEPHANIE.pdf	28/02/2021 10:02:27	STEPHANIE ASSIS	Aceito

Situação do Parecer:



Continuação do Parecer: 4.665.732

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO GRANDE, 22 de Abril de 2021

**Assinado por:
Camila Daiane Silva
(Coordenador(a))**